RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A Administração da Jereissati Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo Jereissati"), apresenta aos seus acionistas e ao mercado, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2014 marcou o início do rebalanceamento do portfolio de investimentos da Jereissati Participações S.A., Com a consolidação da Iguatemi como a grande geradora de caixa do Grupo Jereissati, atingindo vendas recordes de R$11,7 bilhões e controlando 18 shoppings centers, o Grupo Jereissati voltou seus esforços para viabilizar a liquidez, preparar a saída do setor de Telecomunicações e se concentrar no seu "core business" que é o ramo de imóveis que geram renda.

Apesar do momento de mercado desafiador, com a crise de confiança no País, marcada pelos reflexos da desvalorização do Real, pelo aumento da inflação e pelo crescimento econômico abaixo das expectativas, o Grupo Jereissati conseguiu atingir seus principais objetivos tanto nos aspectos operacionais, através de suas controladas, quanto nas operações de reestruturação societária.

O Grupo Jereissati tem atuado com forte propósito em manter nas empresas do Grupo a excelência na governança corporativa e a transparência na gestão dos negócios em que atuam. Neste contexto, o Grupo Jereissati atua em linha com alguns princípios ("Dogmas") que visam promover seu desenvolvimento. São eles:

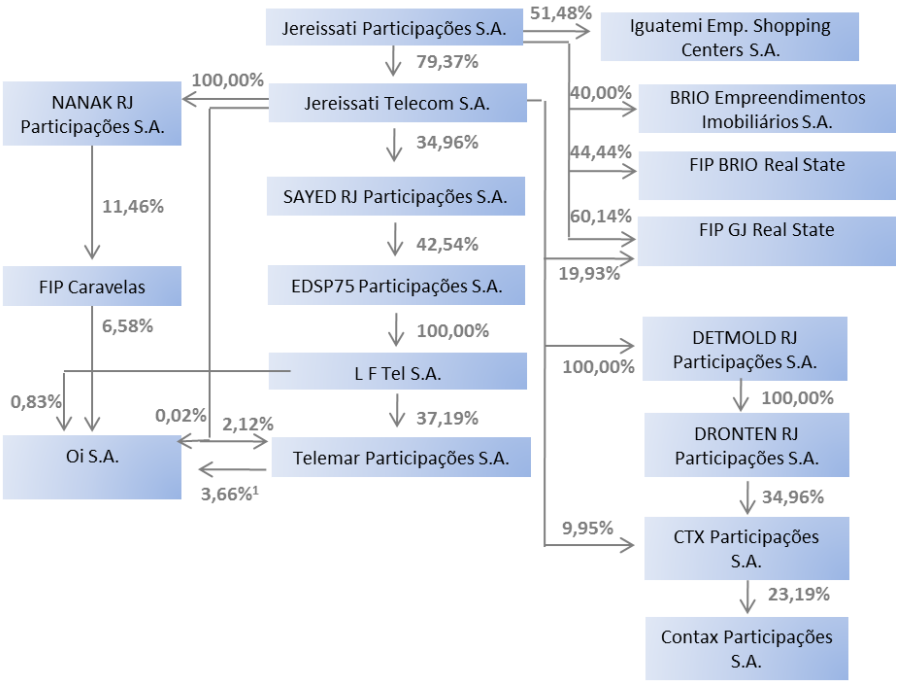
- Musculatura Empresarial, com o objetivo de buscar tamanho e representatividade do Grupo no contexto empresarial.
- Crescimento com rentabilidade.
- Endividamento equilibrado.
- Transformar juros em lucros e dividendos.
- Qualificação de recursos humanos.
- Compromisso com o desenvolvimento do país e meio ambiente.

No aspecto operacional as controladas do Grupo Jereissati, em sua maioria, também apresentaram resultados positivos com ações pontuais em suas estruturas operacionais:

- A Iguatemi encerrou o ano com 18 shopping centers entre controlados e administrados, atingindo vendas recordes de R$11,7 bilhões representando um aumento de 15,5% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi impulsionado pelo crescimento orgânico dos nossos empreendimentos e (i) à maturação dos Shoppings inaugurados nos últimos anos (Iguatemi Brasília, Iguatemi Alphaville, JK Iguatemi, Iguatemi Ribeirão Preto, Iguatemi Esplanada e Platinum Outlet) e (ii) à maturação das expansões inauguradas nos últimos anos (Galleria, Praia de Belas e São Carlos). A receita bruta contábil da Iguatemi atingiu R$643,8 milhões, um crescimento de 37,0% em relação a 2013. Destaque especial ao EBTIDA do ano que atingiu R$451,2 milhões, com margem de 78,2% e crescimento de 34,3% em relação ao ano anterior.
- No setor de Telecomunicações, a Oi concluiu o aumento de capital de R$14 bilhões, que contou com o aporte de R$8 bilhões em caixa e o restante em ativos da Portugal Telecom (Portugal e África), e apresentou um prejuízo de R$4,4 bilhões no ano de 2014. Com o aumento de capital, a Oi vem avançando na migração para o Novo Mercado e pulverização do seu capital. A saída do Grupo Jereissati do controle da Oi se dará assim que este processo esteja concluído.
- O ano de 2014 para a Contax Participações ficou marcado pela conclusão da reestruturação administrativa e pela melhoria de eficiência operacional, viabilizadas pelas novas plataformas tecnológicas e aproximação das diferentes unidades de negócios. A margem EBITDA da companhia cresceu para 12,0% no ano de 2014, o que representa um aumento de 0,8 p.p. se comparado ao ano anterior. Os investimentos na estratégia de crescimento da operação de Contact Center na América Latina continuam expressivos, capturando as vantagens competitivas de atender empresas globais e oportunidades de explorar novos mercados, fazendo com que as receitas nesse segmento em 2014 apresentassem um crescimento de 26% em moeda local, passando a representar 19% das receitas totais do Grupo Contax.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia controla as sociedades Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) e a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”). Através de sua controlada Jereissati Telecom, concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor de Telecomunicações e Serviços, participando do bloco de controle da Oi S.A. (“Oi” ou “Grupo Oi”) e Contax Participações S.A. (“Contax Participações” ou “Grupo Contax”). Já a controlada Iguatemi concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor imobiliário, com foco em imóveis que produzam renda, notadamente Shopping Centers.



[1] Inclui a participação da Valverde Participações S.A. controlada direta da Telemar Participações S.A.

A receita líquida consolidada da Companhia no exercício 2014 atingiu R$578 milhões e o prejuízo consolidado no exercício totalizou R$348 milhões, consequência expressiva dos impactos da redução de participação do Grupo Jereissati no segmento de Telecomunicações e reflexos dos prejuízos apresentados pela Oi no montante de R$4,4 bilhões.

Ainda no setor de Telecomunicações, a Oi implementou em maio de 2014, um aumento de capital de R$14 bilhões, sendo R$8 bilhões em caixa e o restante em ativos da Portugal Telecom em Portugal e na África. A controlada indireta Jereissati Telecom, por sua vez, promoveu sua reorganização societária, nas bases firmadas no memorando de entendimentos, passando a deter maior participação direta no setor de Contact Center e Serviços e reduzindo a sua participação direta e indireta no setor de Telecomunicações.

A operação ainda contará com novas movimentações em sua atual estrutura, o que poderá levar a Oi a ser listada no segmento de Novo Mercado da BM&FBOVESPA. O Grupo Jereissati em conjunto com os demais acionistas, vem envidando todos os esforços e trabalhando junto aos órgãos reguladores para que a reorganização seja concluída em 2015. A conclusão do processo de migração da Oi e a pulverização de seu capital no mercado, marcará a saída do Grupo Jereissati do seu grupo de controle.

Paralelamente a esta movimentação societária, a Oi vem se posicionando como protagonista do processo de consolidação do setor de telecomunicações no Brasil. De forma a fazer frente aos investimentos necessários a esta consolidação, a Oi negociou a venda de suas operações em Portugal à operadora francesa Altice por €7,4 bilhões. O processo de venda deve se concluir ainda no primeiro semestre de 2015.

No segmento de Shopping Centers, a Iguatemi encerrou 2014 com excelentes resultados e vendas recordes de R$11,7 bilhões no ano, 15,5% acima do ano anterior e atingindo um EBTIDA de R$451,2 milhões, com margem de 78,2% e crescimento de 34,3% em relação a 2013.

O setor de Serviços foi marcado em 2014 pela aprovação no Congresso Nacional da perpetuidade da desoneração em folha de pagamento para diversos setores, inclusive o de Contact Center e TI. No início de 2015 o Governo Federal propôs medidas visando disciplinar as bases desta desoneração no que diz respeito às alíquotas para cada setor. Com o objetivo de mitigar impactos nos seus resultados, o Grupo Contax já está desenvolvendo estudos internos para avaliar os impactos e optar pelo método menos oneroso aos seus negócios.

No âmbito regulatório, o setor passou por evoluções importantes nas discussões sobre terceirização. A visão da Companhia é de que uma maior segurança do marco regulatório da terceirização e maior alinhamento da legislação trabalhista ao contexto econômico atual possibilitará o contínuo crescimento do setor que, além do papel de facilitar um relacionamento de qualidade entre seus clientes e seus usuários/clientes finais, exerce uma importante função social para o país em termos de geração de empregos formais, principalmente, para jovens que estão iniciando suas carreiras profissionais.

As receitas líquidas das companhias nas quais o Grupo Jereissati participa como controlador atingiram R$31,7 bilhões em 2014. No mesmo período, o investimento consolidado destas empresas atingiu R$6,0 bilhões.

Isto é resultado direto do empenho e dedicação de aproximadamente 149 mil colaboradores diretos que se encontram distribuídos no negócio de Contact Center (104 mil), nas atividades de Telecomunicações (43 mil) e em Shopping Centers (2 mil).

R$ bilhões	2014	2013	Δ%
Receita líquida das controladas operacionais	R$ 31,7	R$ 32,5	-2,5%
EBITDA das controladas operacionais	R$ 10,7	R$ 10,3	3,9%
Lucro líquido (prejuízo) das controladas operacionais	-R$ 4,08[1]	R$ 1,8	-326,7%
Investimento das controladas operacionais	R$ 6,0	R$ 7,3	-17,8%
Dividendo declarado pelas controladas operacionais	R$ 0,2	R$ 1,6	-89,5%
Número de colaboradores nas controladas operacionais	149 mil	153 mil	-2,6%

Dados consolidados de Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A, Oi S.A e Contax Participações S.A.
[1]Lucro líquido (prejuízo) consolidado afetado pelo prejuízo líquido de R$ 4,5 bilhões na Oi.

Desempenho geral das controladas

Oi

Em 2014 a Oi focou no atendimento a seus clientes residenciais, superando a marca de 1 milhão de clientes de TV por assinatura via satélite, importante ferramenta de fidelização para este segmento. Dando continuidade na implantação do seu plano estratégico, fez investimentos em todo o território nacional na ordem de R$5,1 bilhões, 19% menor que o mesmo período do ano anterior. Do total dos investimentos, mais de 70% foram direcionados à expansão e melhoria da qualidade da rede móvel 3G, melhoria da rede fixa, otimização da plataforma do produto Oi TV e implantação/expansão da rede 4G.

Do ponto de vista operacional, apesar do prejuízo de R$4,4 bilhões no ano, destacam-se o crescimento da receita no segmento Residencial principalmente pelos produtos de banda larga e Oi TV e o crescimento da receita da Mobilidade Pessoal impulsionada pelos serviços de dados e pelos maiores volumes de recargas.

Indicadores Operacionais Consolidados (em milhares de usuários)	2014	2013	Δ%
Residencial	17.985	18.660	-3,6%
Mobilidade Pessoal	50.940	50.238	+1,4%
Empresarial / Corporativo	4.567	4.624	-1,2%
Telefones Públicos	653	655	-0,3%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs)	74.145	74.177	-0,1%

Contax Participações

Em 2014 a Contax Participações continuou na posição de liderança em seu segmento de atuação, encerrando o ano com operações na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru e ainda com presença comercial nos EUA, Chile, Espanha e Panamá. A Contax Participações é a maior prestadora de serviços de contact center e a única companhia de Business Process Outsourcing (BPO) especializada do país.

O ano de 2014 consolidou o patamar de rentabilidade do Grupo Contax, resultante do término de grandes projetos de reestruturação do Grupo Contax iniciados em 2013. A Contax Participações encerra o ano como a empresa líder na América do Sul e entre os maiores players de Business Process Outsourcing (BPO) do mundo. Essa operação emprega aproximadamente 104 mil colaboradores em 75 unidades operacionais e administrativas em 22 cidades.

Fora do Brasil, as operações continuaram a se desenvolver de forma bastante saudável, com crescimento de 26% ano contra ano em moeda local. As operações na Argentina, Colômbia e Peru estão entre as líderes em seus países com presença comercial consolidada. No Chile, através da exportação de serviços, o Grupo Contax já tem hoje uma presença material com um market share de aproximadamente 4%. Para essas operações, destacam-se as soluções de social media e plataformas offshore que crescem de forma consistente e rentável. Destaca-se ainda o crescimento nos mercados da Colômbia e Peru como consequência da qualidade dos serviços e força da marca Allus. Em 2014, também já se pode observar importantes sinergias comerciais entre o Brasil e demais operações onde os negócios com clientes em um país alavancam negócios nos outros países em que há presença da Contax.

Indicadores	2014	2013	Δ%
Volume PA's Faturadas	45 mil	47 mil	-4,3%
Colaboradores	104 mil	108 mil	-3,7%
Receita líquida	R$ 3,5 bilhões	R$ 3,6 bilhões	-2,8%
EBITDA	R$ 413 milhões	R$ 404 milhões	+2,2%
Margem EBITDA	12,0%	11,2%	+0,8p.p
Lucro líquido	R$96,6 milhões	R$ 102,3 milhões	-5,6%
Dívida líquida	(R$1.043 milhões)	(R$ 830 milhões)	+25,7%
Dívida líquida / EBITDA	2,5x	2,1x	+0,4p.p

Shopping Centers

A Companhia, através da sua controlada Iguatemi, atua no segmento de shopping centers e participa de 20 empreendimentos, sendo 18 shoppings entre controlados e administrados, 3 torres de escritório em operação, 2 outlets em projeto, 3 torres comerciais em construção, 1 (um) projeto de Hotel. A atividade no setor de shopping centers engloba a concepção, planejamento, desenvolvimento, administração e comercialização dos empreendimentos e dos seus espaços comerciais e promocionais.

O foco de atuação da Iguatemi continua nas regiões Sul, Sudeste e Brasília, áreas de maior poder aquisitivo e potencial de consumo per capita do país e, com público-alvo predominantemente das classes A e B, menos suscetíveis às crises e mais exigentes em termos de qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Em 2014, a Iguatemi adquiriu 14% do JK Iguatemi e inaugurou o Iguatemi São José do Rio Preto e a Expansão do Iguatemi São Carlos. Também em 2014, em relação a novos negócios, a Iguatemi anunciou a construção de um segundo Premium Outlet em Belo Horizonte - Minas Gerais e um terceiro Premium Outlet em Florianópolis – Santa Catarina.

R$ Milhões	2014	2013	Δ%
Receita bruta	644	470	37,0%
Receita líquida	577	419	37,7%
EBITDA	451	336	34,2%
Lucro líquido consolidado	231	184	25,5%
Funds From Operations (FFO)	318	238	33,6%
ABL Total (m^2/mil)	661	613	7,8%
ABL Própria (m^2/mil)	425	380	11,8%

A Iguatemi administra hoje uma ABL de aproximadamente 661 mil metros quadrados e sua participação proporcional nestes empreendimentos equivalem a aproximadamente 425 mil metros quadrados.

DESEMPENHO OPERACIONAL DA COMPANHIA

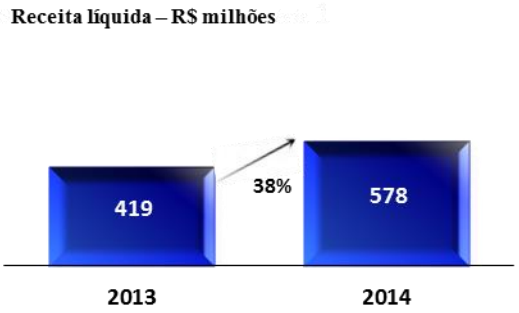
A atividade principal da Companhia é a participação societária em outras empresas. Desse modo, as informações financeiras divulgadas refletem as informações financeiras divulgadas por suas controladas e controladas indiretas em conjunto, cujas demonstrações financeiras completas, quando aplicável, encontram-se arquivadas na CVM.

Apesar do crescimento de 37,8% nas receitas líquidas, apresentamos uma queda no EBITDA e um expressivo prejuízo consolidado. Esse resultado tem sua origem no impacto da reorganização societária no segmento de Telecomunicações, onde o Grupo Jereissati reduziu significativamente a sua participação, quando do aumento de capital da Oi e também devido ao prejuízo de R$4,4 bilhões apresentado pela Oi.

Resultado operacional

Receita líquida

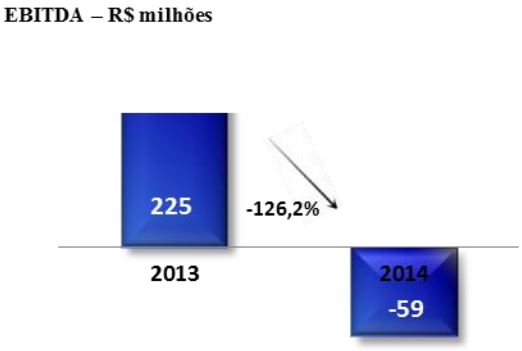
Em 2014 a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R$578 milhões, traduzindo-se em um aumento de 38% relativamente a de 2013, que atingiu R$419 milhões.



EBITDA

O resultado operacional consolidado da Companhia no exercício de 2014 foi de R$59 milhões negativos em comparação ao lucro reportado de R$225 milhões em 2013.

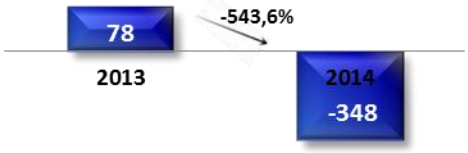
(R$ Milhões)	2014	2013	Δ%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(348)	78	-546,2%
Despesas financeiras líquidas	180	59	205,1%
Depreciação e amortização	86	47	83,0%
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	23	41	-43,9%
EBITDA	**(59)**	**225**	**-126,2%**



Lucro líquido (prejuízo)

O prejuízo consolidado em 2014 atingiu R$348 milhões, representando uma queda de 543,6% do lucro líquido reportado em 2013 que totalizou R$78 milhões.

Lucro líquido (prejuízo) – R$ milhões



AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM No. 381/03

Nos termos da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes prestadora de serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais participantes do mercado, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço.

A Administração.

Jereissati Participações S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

KPMG Auditores Independentes
Março de 2015
KPDS XXXX

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP) 2014	Controladora (BR GAAP) 2013	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2014	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	13	26	259.126	279.392
Aplicações financeiras	9	35.619	188.262	698.393	1.195.204
Contas a receber	10	-	-	186.650	194.053
Estoques		-	-	5.935	3.902
Tributos correntes e a recuperar	11	1.804	3.302	23.583	40.065
Outros tributos		-	-	-	4
Dividendos a receber	24	28.032	24.250	986	67
Demais ativos	16	14	6	23.371	5.664
Total do ativo circulante		65.482	215.846	1.198.044	1.718.351
Não circulante					
Aplicações financeiras	9	-	-	69.914	16.658
Contas a receber	10	-	-	71.575	28.986
Tributos diferidos e a recuperar	11	13.737	9.680	55.579	30.057
Depósitos e bloqueios judiciais	12	919	2.915	17.941	33.922
Créditos com partes relacionadas	24	-	-	86.283	99.314
Demais ativos	16	-	-	4.329	26.003
Investimentos	13	1.635.340	1.784.906	534.918	914.736
Propriedades para investimentos	13	-	-	3.644.122	2.769.576
Imobilizado	14	3	5	21.326	21.607
Intangível	15	2	2	127.677	109.512
Total do ativo não circulante		1.650.001	1.797.508	4.633.664	4.050.371
Total do ativo		1.715.483	2.013.354	5.831.708	5.768.722

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP) 2014	Controladora (BR GAAP) 2013	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2014	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2013
Circulante					
Salários, encargos sociais e benefícios		1.736	1.212	26.698	24.564
Fornecedores		842	195	41.830	30.438
Empréstimos e financiamentos	17	2.705	123.783	339.945	341.392
Tributos correntes a recolher	11	184	216	11.419	25.968
Dividendos a pagar	24	227	21.539	26.790	43.907
Programa de refinanciamento fiscal	18	157	157	1.365	12.826
Passivos com partes relacionadas	24	-	-	-	447
Demais obrigações	20	34	795	35.197	25.331
Total do passivo circulante		5.885	147.897	483.244	504.873
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	121.685	123.878	1.995.134	1.879.106
Tributos diferidos	11	-	-	70.845	35.409
Outros tributos		-	107	39	268
Programa de refinanciamento fiscal	18	457	614	3.981	26.965
Provisões	19	5.036	8.499	32.234	33.744
Passivos com partes relacionadas	24	-	-	120	203.437
Demais obrigações	20	3.160	3.284	81.370	95.810
Total do passivo não circulante		130.338	136.382	2.183.723	2.274.739
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	21				
Capital social		784.004	784.004	784.004	784.004
Reserva de capital		15.384	14.517	15.384	14.517
Reserva de lucros		804.840	977.628	804.840	977.628
Ações em tesouraria		(3.815)	(3.615)	(3.815)	(3.615)
Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações		78.641	57.119	78.641	57.119
Ajustes de avaliação patrimonial		(99.068)	(98.949)	(99.068)	(98.949)
Outros resultados abrangentes		(726)	(1.629)	(726)	(1.629)
		1.579.260	1.729.075	1.579.260	1.729.075
Participações dos não controladores		-	-	1.585.481	1.260.035
Total do patrimônio líquido		1.579.260	1.729.075	3.164.741	2.989.110
Total do passivo e patrimônio líquido		1.715.483	2.013.354	5.831.708	5.768.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
		2014	2013	2014	2013
Receita líquida de vendas e/ou serviços	4	2.284	2.426	577.568	419.288
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	5	(319)	(388)	(180.478)	(116.895)
Lucro bruto		1.965	2.038	397.090	302.393
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	13	(149.847)	33.714	(608.554)	(46.876)
Gerais e administrativas	5	(15.748)	(14.319)	(110.412)	(109.976)
Outras receitas operacionais	6	1.470	5	221.500	62.307
Outras despesas operacionais	6	(1.712)	(1.205)	(44.402)	(29.196)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos		(163.872)	20.233	(144.778)	178.652
Receitas financeiras	7	8.105	17.055	138.536	143.505
Despesas financeiras	7	(16.941)	(25.450)	(318.461)	(202.995)
Resultado financeiro		(8.836)	(8.395)	(179.925)	(59.490)
Lucro (prejuízo) antes das tributações		(172.708)	11.838	(324.703)	119.162
Imposto de renda e contribuição social	8				
Corrente		-	-	(44.682)	(37.799)
Diferido		-	-	21.217	(2.872)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(172.708)	11.838	(348.168)	78.491
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos controladores		(172.708)	11.838	(172.708)	11.838
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos não controladores		-	-	(175.460)	66.653
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R$) atribuível a Companhia:	21 (f)				
Ações ordinárias - básicas		(0,4477)	0,0124	(0,4477)	0,0124
Ações ordinárias - diluídas		(0,4495)	0,0113	(0,4495)	0,0113
Ações preferenciais - básicas		-	0,0124	-	0,0124
Ações preferenciais - diluídas		-	0,0113	-	0,0113

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(172.708)	11.838	(348.168)	78.491
Equivalência patrimonial reflexa sobre variação de ativos financeiros disponíveis para venda	(9.694)	-	(29.754)	-
Equivalência patrimonial reflexa sobre ganho de contabilidade de "hedge" e Ajuste reflexo de realização de reserva de operações de derivativos	3.924	(5.808)	7.509	(7.317)
Equivalência patrimonial reflexa ajuste de conversão de controladas	(2.245)	392	(5.332)	494
Equivalência patrimonial reflexa sobre ganhos e perdas atuariais	(1.612)	4.729	(4.973)	5.958
Equivalência patrimonial reflexa sobre deságio em transação de capital	10.530	-	13.267	
	903	(687)	(19.283)	(866)
Total do resultado abrangente do exercício	(171.805)	11.151	(367.451)	77.625
Resultado abrangente atribuído ao controlador	(171.805)	11.151	(171.805)	11.151
Resultado abrangente atribuído ao não controlador	-	-	(195.646)	66.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Reserva de capital			Reservas de lucros								Ágio em transações		Total da	Participação	
	Capital social	Reserva de Capital	Ganhos com ações em tesouraria	Opções de Ações Reflexa	Legal	Lucros a realizar	Investimentos	Retenção	Reserva especial de dividendos	Ações em tesouraria	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	de capital e variações de porcentagens de participações	Ajustes de avaliação patrimonial	participação dos acionistas controladores	dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2013	784.004	-	878	9.688	67.595	195.665	658.937	64.594	-	(3.615)	-	(942)	(26.540)	(86.708)	1.663.556	938.259	2.601.815
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.679	-	79.679	197.367	277.046
Plano de opção de ações de controladas	-	-	-	3.951	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.951	4.072	8.023
Aquisição de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54)		(54)	-	(54)
Ações em tesouraria e transação de capital reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.658)	(7.658)	(7.580)	(15.238)
Ajuste de conversão reflexo de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	392	-	-	392	102	494
Ganho (perda) reflexo de contabilidade de "hedge"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(460)	-	-	(460)	(120)	(580)
Ajuste reflexo de realização de reserva de operações de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.348)	-	-	(5.348)	(1.389)	(6.737)
Ajuste de ganhos e perda atuarias reflexo de controladas									-	-	-	4.729	-	-	4.729	1.229	5.958
Outros ajustes no patrimônio das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.034	(4.583)	(549)	87.868	87.319
Dividendos declarados por controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.748)	(25.748)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.838	-	-	-	11.838	66.653	78.491
Reserva legal	-	-	-	-	592	-	-	-	-	-	(592)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	4.735	6.511	-	-	-	(11.246)	-	-	-	-	(678)	(678)
Dividendos declarados (minimos obrigatórios R$0,021927 por ação ON e PN)	-	-	-	-	-	(51.607)	-	-	30.606	-	-	-	-	-	(21.001)	-	(21.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	784.004	-	878	13.639	68.187	148.793	665.448	64.594	30.606	(3.615)	-	(1.629)	57.119	(98.949)	1.729.075	1.260.035	2.989.110
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	819.268	819.268
Acervo por incorporação de controladora	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Plano de opção de ações de controladas	-	-	-	863	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	863	778	1.641
Ações em tesouraria e transação de capital reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(200)	-	-	-	5.444	5.244	4.677	9.921
Ajuste de conversão reflexo de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.245)	-	-	(2.245)	(3.087)	(5.332)
Ganho (perda) reflexo de contabilidade de "hedge"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	379	-	-	379	163	542
Ajuste reflexo de realização de reserva de operações de derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.545	-	-	3.545	3.422	6.967
Ajuste de ganhos e perda atuarias reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.612)	-	-	(1.612)	(3.361)	(4.973)
Ajuste reflexo deságio em transação de capital de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.530	-	-	10.530	2.737	13.267
Ajuste reflexo de variação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.694)	-	-	(9.694)	(20.060)	(29.754)
Ajuste reflexo na variação de participação em investimentos e minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.522	-	21.522	(268.353)	(246.831)
Outros ajustes no patrimônio das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	-	-	-	-	(5.563)	(5.643)	(1.081)	(6.724)
Dividendos declarados por controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.197)	(34.197)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(172.708)	-	-	-	(172.708)	(175.460)	(348.168)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(148.793)	-	-	(23.915)	-	172.708	-	-	-	-	-	-
	784.004	4	878	14.502	68.187	-	665.448	64.594	6.611	(3.815)	-	(726)	78.641	(99.068)	1.579.260	1.585.481	3.164.741
Saldos em 31 de dezembro de 2014	784.004			15.384					804.840	(3.815)		(726)	78.641	(99.068)	1.579.260	1.585.481	3.164.741

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2014	2013	2014	2013
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(172.708)	11.838	(324.703)	119.162
Ajuste para conciliar o lucro líquido às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	15.481	16.591	216.558	180.311
Depreciação e amortização	1	1	89.000	47.084
Perdas sobre contas a receber	-	-	6.359	3.045
Reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais	14	168	933	(5.300)
Atualização monetária de processos judiciais	-	210	1.631	797
Atualização de depósitos judiciais	(211)	(545)	(270)	(1.106)
Equivalência patrimonial	149.847	(33.714)	608.554	46.876
Resultado na alienção e baixa de ativo	267	-	1.224	817
Participação de empregados e administradores	1.429	306	15.626	13.190
Programa de Refinanciamento Fiscal	-	339	-	2.891
Atualização do programa de refinanciamento fiscal	13	445	85	21.820
Remuneração baseada em ações	-	-	5.003	8.559
Prescrição de dividendos	-	(4)	-	(5)
Ganho (perda) de participação	219	-	(54.877)	(1.817)
Deságio em investimentos	-	-	(421)	-
Ganho na apuração do valor justo	-	-	(106.320)	-
Receitas diferidas	-	-	(37.581)	-
Outras receitas, líquidas das despesas	182	(733)	(1.717)	(753)
	(5.466)	(5.098)	419.084	435.571
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	1	1	(8.742)	(38.822)
Estoques	-	-	(2.707)	(841)
Tributos correntes e a recuperar	(2.855)	(2.946)	29.664	34.438
Fornecedores	(1.634)	(145)	(4.893)	50.114
Salários, encargos sociais e benefícios	40	549	(11.541)	(9.795)
Depósitos e bloqueios judiciais	(979)	(9)	(991)	(9)
Outras contas ativas e passivas	(163)	1.059	14.579	(32.299)
	(5.590)	(1.491)	15.369	2.786
Caixa proveniente das operações				
Encargos financeiros pagos	(72.100)	(47.703)	(263.534)	(436.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(89.036)	(82.995)
Dividendos recebidos	32.855	51.607	18.348	20.779
	(39.245)	3.904	(334.222)	(498.568)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(50.301)	(2.685)	100.231	(60.211)
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-	(3)	(485.596)	(870.565)
Aumento dos investimentos permanentes	(14.375)	(61.101)	(1.159.495)	(73.555)
Recebimento (pagamento) de créditos entre empresas ligadas	-	-	(47.597)	(30.877)
Resgate (Aplicações financeiras) em título mantidos para negociação	152.642	130.464	463.639	(626.119)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	138.267	69.360	(1.229.049)	(1.601.116)
Atividades de financiamentos				
Captações liquidas de custos	-	-	369.039	731.862
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(66.667)	(66.667)	(182.192)	(122.099)
Pagamentos de dividendos	(21.312)	-	(50.682)	(32.094)
Aumento de capital de controladas	-	-	975.204	431.504
Aquisição de ações de controladas e recompra e ações	-	-	(2.817)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(87.979)	(66.667)	1.108.552	1.009.173
Fluxo de caixa do exercício	(13)	8	(20.266)	(652.154)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	13	26	259.126	279.392
Saldo inicial	26	18	279.392	931.546
Variação no exercício	(13)	8	(20.266)	(652.154)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.663	2.828	621.278	454.013
Ganho na apuração do valor justo	-	-	106.320	-
Ganho (perda) de participação	(219)	-	54.877	1.817
Deságio em investimentos	-	-	421	-
Perdas sobre contas a receber	-	-	(6.359)	(3.045)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.471	469	(24.584)	191.127
	3.915	3.297	751.953	643.912
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prods., mercs. e servs. vendidos	-	-	(74.908)	(55.004)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.284)	(2.968)	(53.789)	(183.475)
Outros insumos	(7.364)	(4.431)	(11.353)	(6.857)
	(8.648)	(7.399)	(140.050)	(245.336)
Valor adicionado bruto	(4.733)	(4.102)	611.903	398.576
Retenções				
Depreciação e amortização	(1)	(1)	(89.000)	(47.084)
Reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais	(14)	(168)	(933)	5.300
Programa de refinanciamento fiscal	-	(339)	-	(2.891)
Outras despesas	-	(294)	(68)	(294)
	(15)	(802)	(90.001)	(44.969)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(4.748)	(4.904)	521.902	353.607
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(149.847)	33.714	(608.554)	(46.876)
Receitas financeiras	8.105	17.055	138.536	143.505
	(141.742)	50.769	(470.018)	96.629
Valor adicionado total a distribuir	(146.490)	45.865	51.884	450.236
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	6.891	5.354	67.243	54.768
Benefícios	753	742	13.285	12.789
FGTS	181	275	6.142	4.121
Outros de pessoal	-	779	87	2.245
	7.825	7.150	86.757	73.923
Impostos e taxas				
Federais	1.316	1.195	58.365	73.144
Estaduais	-	-	3.042	3.195
Municipais	137	144	9.285	7.967
	1.453	1.339	70.692	84.306
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	16.756	23.536	225.683	197.905
Aluguéis	184	2.002	5.046	6.295
Outras remunerações de capitais de terceiros	-	-	11.874	9.316
	16.940	25.538	242.603	213.516
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	(172.708)	11.838	(172.708)	11.838
Participação dos não controladores	-	-	(175.460)	66.653
	(172.708)	11.838	(348.168)	78.491
Valor adicionado distribuído	(146.490)	45.865	51.884	450.236

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Jereissati Participações S.A., sociedades controladas e negócios controlados em conjunto, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
4. Receitas de vendas e/ou serviços
5. Despesas por natureza
6. Outras receitas e despesas operacionais
7. Resultado financeiro
8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
10. Contas a receber
11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
12. Depósitos e bloqueios judiciais
13. Investimentos *(inclui Propriedades para investimentos)*
14. Imobilizado
15. Intangível
16. Demais ativos
17. Empréstimos e financiamentos *(inclui debêntures)*
18. Programa de refinanciamento fiscal
19. Provisões
20. Demais obrigações
21. Patrimônio líquido
22. Benefícios a empregados
23. Informações por segmento
24. Transações com partes relacionadas
25. Seguros
26. Outras informações relevantes
27. Eventos subsequentes
28. Aprovação das Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Companhia

A Jereissati Participações S.A. ("Companhia"), é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – MLFT3 (ON) e MLFT4 (PN), e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é uma holding, sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte.

A Companhia, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto concentra seus investimentos nos segmentos de Shopping Centers, Telecomunicações e Contact Center e Serviços.

Segmento de Shopping Centers

O investimento no segmento de Shopping Centers é representado pela participação direta da Companhia na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Iguatemi") e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia detém, das ações em circulação da Iguatemi, 51,48% do seu capital total e votante.

A controlada direta Iguatemi com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&FBOVESPA, sob a sigla IGTA3, e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos ("shopping centers") são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e consórcios. Suas operações são registradas pela controlada direta Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, na sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Segmento de Telecomunicações

O investimento no segmento de Telecomunicações é representado pela participação direta da Companhia na Jereissati Telecom S.A. ("Jereissati Telecom") e sua participação indireta no negócio controlado em conjunto EDSP75 Participações S.A. ("EDSP75") e Sayed RJ Participações S.A. ("Sayed"). Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia detém, das ações em circulação da Jereissati Telecom, 79,37% do seu capital total e 80,01% e votante.

A controlada direta Jereissati Telecom, é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – LFFE3 (ON) e LFFE4 (PN), e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o

exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação.

A Sayed, controlada da Jereissati Telecom, com sede à Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 401 (parte), Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, é sociedade anônima, que tem como propósito único servir como instrumento de simplificação societária em atendimento a reorganização societária referente à união das atividades entre a Oi e a Portugal Telecom. Em 31 de dezembro de 2014, a Jereissati Telecom possui 34,96% do seu capital total e 50% mais 1 (uma) ação do seu capital votante (Nota 1 (c)).

Também em consequência da referida reorganização, a Jereissati Telecom passou deter participação direta de 2,12% no capital total e votante da Telemar Participações S.A. ("Telemar" ou "TelPart"); participação direta de 9,95% no capital total e votante da CTX Participação S.A. ("CTX") (Nota 1 (c)); e a deter 100% de participação do capital da Nanak RJ Participações S.A. ("Nanak") e a Nanak consequentemente passou a ser cotista do Caravelas Fundo de Investimento em Ações ("FIA Caravelas").

A Nanak, com sede à Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 401 (parte), Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, é sociedade anônima, que tem como propósito único servir como instrumento de simplificação societária em atendimento a reorganização societária referente à união das atividades entre a Oi e a Portugal Telecom, possuindo como principal ativo, 11,465% do FIA Caravelas (Nota 1 (c)).

O FIA Caravelas foi constituído em 18 de fevereiro de 2014, com o propósito de servir como veículo no processo de simplificação societária em atendimento a reorganização referente à união das atividades entre a Oi e a Portugal Telecom (Nota 1 (c)).

A Jereissati Telecom possui 100% da Infinity Trading Limited. ("Infinity"), e participação direta e indireta da Oi S.A. ("Oi").

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

A EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. ("LF Tel" ou "LF"), da Telemar; da Oi S.A., da CTX, da Contax Participações S.A. ("Contax Participações") e das sociedades por elas controladas. Em consequência de sua cisão e da cisão da LF Tel, a EDSP75 passou a deter 100% de participação no capital social da LF Tel e a Detmold RJ Participações S.A. ("Detmold") passou a ter 100% do capital da Dronten RJ Participações S.A. ("Dronten"), companhias que passaram a deter as participações no segmento de Contact Center e Serviços (Nota 1 (c)).

A LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Oi S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas. Em 31 de dezembro de 2014 a LF Tel detém das ações da Telemar, 37,19% do seu capital total e votante; das ações em circulação da Oi, 0,83% do capital total (Nota 1 (c)).

O negócio controlado em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Oi,

podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Em 31 de dezembro de 2014 a Telemar detém, das ações em circulação da Oi, 3,18% do seu capital total e 8,99% do seu capital votante.

Cumpre esclarecer que a diluição do percentual de participação da Telemar no capital social da Oi deveu-se ao aumento de capital desta, que constitui uma das etapas da Reorganização Societária em curso (Nota 26 (i)). Não obstante, a Telemar permanece como controladora da Oi considerando: (i) A Telemar continua a figurar como controladora da Oi S.A., nos termos dos aditivos aos acordos de acionistas que se aplicam à Telemar e à Oi S.A. celebrados em 19 de fevereiro de 2014, uma vez que sua determinação de voto deve ser acompanhada pelas ações que os demais acionistas da Telemar detêm diretamente na Oi S.A.; e (ii) O Conselho de Administração da Oi S.A. não foi alterado em função do aumento de capital.

A Oi é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Oi passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Oi ainda possui: (i) através da sua controlada integral Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da sua controlada indireta Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

A Oi é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - "*Securities and Exchange Commission"* dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR´s - "*American Depositary Receipts"* na NYSE – "*New York Stock Exchange"*.

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Oi e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS" ou "PT"), foi aprovado o aumento de capital da Oi mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal").

A PT Portugal e suas controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal e em outros países da África e da Ásia.

Em Portugal, a prestação do serviço de telefone fixo é efetuada pela MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia ("MEO"), anteriormente denominada de PT Comunicações, S.A., que presta igualmente serviços de televisão por assinatura, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, serviços de internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas, serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes e serviços de telefonia móvel, através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), UMTS *Universal Mobile Telecommunications System"* e LTE – "*Long Term Evolution"*.

Na África, o Grupo presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel Holding BV ("Africatel"). O Grupo presta serviços na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias "*Mobile Telecommunications Limited"* ("MTC"), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique ("LTM"), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL ("CST"). Adicionalmente, o Grupo tem uma participação de 25% na Unitel, a qual presta serviços de telecomunicações em Angola.

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

Além da participação na Oi, a Telemar possui participação no capital social da Valverde Participações S.A. ("Valverde") e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Telemar, que foi adquirida em 1 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 31 de dezembro de 2014 detém, das ações em circulação da Oi, 0,48% do seu capital total e 1,47% do seu capital votante.

A Bakarne era uma subsidiária integral da Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora. Em reunião de diretoria da Telemar realizada em 11 de fevereiro de 2014, foi aprovada a extinção da Bakarne, tendo sido a mesma liquidada em 2 de julho de 2014.

Segmento de Contact Center e Serviços

O investimento no segmento de Serviços de Contact Centers e Cobrança é representado pela participação indireta da Companhia na Dronten, que em 31de dezembro de 2014, possui 34,96% do capital total e votante da CTX; e pela participação indireta através da Jereissati Telecom, que em 31 de dezembro de 2014, detém 9,95% do capital total e votante da CTX (Nota 1 (c)).

O negócio controlado em conjunto CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle. A CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como principais controladas indiretas a Contax Mobitel S.A. ("Contax Mobitel"), a TODO Tecnologia da Informação S.A. ("TODO"), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("BRC"), a Ability Comunicação Integral Ltda. ("Ability"), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira ("Contax Argentina"), a Ability Trade Marketing Colômbia S.A.S ("Ability Colômbia'), a Venecia SP Participações S.A. ("Venecia") e a Stratton Spain S.L ("Stratton Espanha") que em conjunto com as suas controladas Allus Spain S.L. ("Allus"), Stratton Argentina S.A. ("Stratton Argentina"), Stratton Peru S.A. ("Stratton Peru"), Multienlace S.A. ("Multienlace"), são denominadas como ("Grupo Allus"). As controladas da Contax Participações atuam em teleatendimento em geral, prestação de tecnologia da informação em geral e de informática, dentre outros, com exceção da Venecia que não possui operações. Em 31 de dezembro de 2014 a CTX detém das ações em circulação da Contax Participações, 56,03% do capital votante e 23,19% do capital total. A Contax Participações, por sua vez, em 31 de dezembro de 2014 detém 100% do capital da Contax Mobitel.

Outros Segmentos de Negócios

A Companhia em parceria com Sollers Investimentos e Participações S.A. ("Sollers") investiu na empresa Brio Investimentos Imobiliários S.A. ("BRIO").

A BRIO é uma sociedade controlada pela Companhia que em 31 de dezembro de 2014 detém 40% do seu capital total. O seu principal objetivo é identificar, estruturar e viabilizar oportunidades de investimentos no setor imobiliário brasileiro (à exceção de Shopping Centers), e oferecer tais oportunidades a um grupo amplo de investidores, analisando a conveniência, timing, fundamentos e oportunidades de se investir nas seguintes classes de ativos: escritórios corporativos, salas comerciais, galpões industriais / logístico, residencial, loteamentos, hotelaria e Investimentos Financeiros Estruturados atrelados a ativos imobiliários.

(b) Reorganização Societária da Companhia

A reorganização societária planejada previa (i) a incorporação pela Companhia de sua controladora, JP Participações S.A. ("JPP") – a qual detinha das ações em circulação da Companhia, 71,73% do seu capital total e 87,79% do seu capital votante; (ii) a conversão da totalidade de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial de sua emissão ("Conversão de Ações"); (iii) a adoção pela Companhia das mais elevadas práticas de governança corporativa, incluindo a adoção de um Estatuto Social nos moldes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (iv) a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais da BM&FBOVESPA, em caráter transitório; e (v) a listagem da Companhia no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, uma vez atendido os requisitos de dispersão exigidos naquele segmento especial de listagem ("Reorganização Societária").

Em 28 de janeiro de 2014, foi concluída a apuração do exercício do direito de retirada pelos acionistas da Companhia, com relação à Conversão de Ações e a alteração do percentual do dividendo obrigatório para 25% do lucro líquido ajustado, aprovadas na assembleia geral extraordinária e na assembleia especial realizadas em 27 de dezembro de 2013, tendo sido apurado o exercício do direito de retirada por acionistas titulares de 50.000 ações ordinárias e 50.218.613 ações preferenciais de emissão da Companhia, o que, com base no valor patrimonial de R$1,74602 por ação, totalizaria um desembolso de R$87.770 pela Companhia.

Em virtude dos impactos que o pagamento do eventual reembolso traria às finanças da Companhia, em sua Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2014, foi aprovada a proposta de reconsideração da Reorganização Societária da Companhia.

A Reversão, tal como proposta, foi realizada por meio da incorporação da JPP, sociedade criada para os fins da reorganização societária, pela Companhia o que resultou na extinção de pleno direito da JPP e o recebimento, pelos acionistas da JPP, na proporção de suas participações no capital da JPP, da mesma quantidade de ações de emissão da Companhia detidas pela JPP imediatamente antes da incorporação JPP ("Incorporação JPP").

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2014, foi aprovado os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da JP Participações S.A. pela Companhia, bem como seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da Companhia e da JPP, em 5 de dezembro de 2014, o qual estabeleceu os termos e condições da Incorporação da JPP pela Companhia.

Considerando que o único ativo da JPP era as ações da Companhia e que a JPP não possuía qualquer passivo, a Incorporação JPP não resultou em aumento do capital social da Companhia, nem tampouco na emissão de novas ações, de forma que não haverá qualquer diluição os acionistas minoritários da Companhia em decorrência da Incorporação JPP. A relação de troca na Incorporação JPP foi determinada objetivamente, de forma que, com a Incorporação JPP, os acionistas da JPP receberam a mesma quantidade de ações da Companhia detidas pela JPP no momento imediatamente anterior à Incorporação JPP, na proporção da participação por eles detida na JPP na data da Incorporação JPP.

Previamente à aprovação da Incorporação JPP, foi realizado um aumento de capital da JPP, de modo a assegurar que, após a Incorporação JPP, os atuais acionistas da JPP detivessem a mesma participação na Companhia por eles detidas anteriormente à Reorganização Societária.

Foi consignado que as ações entregues aos acionistas da JPP em razão da Incorporação JPP conferiram aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos pelas demais ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente, inclusive recebimento integral de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta data.

(c) Reorganização Societária envolvendo União das atividades da Oi S.A. e PT

Em conformidade com o disposto nos itens (b) e (c) do Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e PT (Nota 26 (i)) e com o objetivo de simplicar a referida estrutura societária e segregar os ativos de Telecomunicações e Call Center e capitalizar as companhias LF Tel e Telemar para a conclusão das participações da LF Tel, Jereissati Telecom e do Caravelas Fundo de Investimento em Ações, acima mencionadas, em 21 de março de 2014 ocorreu a cisão parcial da EDSP75 e em 5 de maio de 2014 ocorreram os seguintes eventos: (i) a cisão parcial desproporcional da LF Tel; (ii) celebração do Contrato de Permuta de Partipação Societária entre a Jereissati Telecom e Bratel Brasil S.A. e (iii) Integralização e Conversão das Debêntures emitidas pela Sayed, EDSP75, LF Tel e Telemar.

Cisão parcial da EDSP75

Em Assembleia Geral Extraordinária da EDSP75, realizada em 21 de março de 2014, foi aprovado, dentre outros itens, (i) a sua cisão parcial, com a incorporação da parcela cindida pela empresa Detmold; (ii) Protocolo e Justificação da cisão parcial da EDSP75 e Incorporação do Acervo Cindido pela Detmold; e (iii) Grupamento da totalidade das ações ordinárias da EDSP75 à razão de 1: 0,8444382 sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital da EDSP75 de 960.922.047 para 811.439.257 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas neste momento, da seguinte forma:

Acionistas da EDSP75	Quantidade de ações antes do Grupamento	Quantidade de ações pós o Grupamento
Jereissati Telecom S.A.	624.599.331	527.435.517
Bratel Brasil S.A.	336.322.716	284.003.740
Total	**960.922.047**	**811.439.257**

Em decorrência da cisão parcial da EDSP75, o seu patrimônio líquido foi reduzido em R$419.697, tendo sido contabilizado contra a conta de Reserva de capital, e por isso, não acarretou redução do seu capital social e cancelamento de ações.

Os ativos e passivos vertidos para a empresa Detmold estão apresentados a seguir:

	EDSP75			
	Saldos em 31/12/2013	**Acervo cindido vertido para Detmold**	**Variações patrimoniais do período (*)**	**Saldos em 28/02/2014 pós cisão**
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	-	-
Créditos com partes relacionadas	203.437	203.437	-	-
Investimentos	818.614	216.360	27.164	575.090
Total do Ativo	**1.022.058**	**419.804**	**27.164**	**575.090**
Passivos com partes relacionadas	107	107		-
Capital social integralizado	122.354	-	-	122.354
Reservas de capital	1.344.675	419.697	(1)	924.979
Prejuízos Acumulados	(227.044)	-	-	(227.044)
Ajuste de avaliação patrimonial	(215.081)	-	141	(215.223)
Outros resultados abrangentes	(2.952)	-	(146)	(2.806)
Prejuízo do período	-	-	27.170	(27.170)
Total do Patrimônio líquido	1.021.951	419.697	27.164	575.090
Total do Passivo	**1.022.058**	**419.804**	**27.164**	**575.090**

(*) Variações patrimoniais entre a data base de 31 de dezembro de 2013 e período findo em 28 de fevereiro de 2014.

A Detmold teve seu capital social aumentado em R$419.697, com a emissão de 149.482.789 ações ordinárias, sendo estas novas ações totalmente subscritas e integralizadas pela incorporação do acervo cindido da EDSP75, que foi atribuído aos seus acionistas Jereissati Telecom S.A. e Bratel Brasil S.A. Desta forma o capital social da Detmold passou a ser R$419.698 representado por 149.483.689 ações ordinárias e sem valor nominal conforme composição acionária a seguir:

Acionistas	**Quantidade de ações antes da incorporação do acervo da Companhia**	**Quantidade de ações após a incorporação do acervo da Companhia**	**% Participação**
Jereissati Telecom S.A.	900	97.164.398	65%
Bratel Brasil S.A.	-	52.319.291	35%
Total	**900**	**149.483.689**	**100%**

Nesta mesma data, a Diretoria da Detmold aprovou o grupamento de suas ações à razão de 1: 0,999994, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações ordinárias em que

se divide o capital da Detmold de 149.483.689 para 149.482.789 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas, da seguinte forma:

Acionistas da Detmold	Quantidade de ações antes do Grupamento	Quantidade de ações pós o Grupamento	% Participação
Jereissati Telecom S.A.	97.164.398	97.163.813	65%
Bratel Brasil S.A.	52.319.291	52.318.976	35%
Total	**149.483.689**	**149.482.789**	**100%**

Após a incorporação da parcela cindida da EDSP75, os ativos e passivos incorporados pela Detmold, estão apresentados a seguir:

	Detmold			
	Saldos em 31/12/2013	Acervo cindido incorporado	Variações patrimoniais do período (*)	Saldos em 28/02/2014 pós incorporação
Caixa e equivalentes de caixa	1	8	-	9
Créditos com partes relacionadas	-	203.437	-	203.437
Investimentos	-	216.360	(9.483)	206.877
Total do Ativo	**1**	**419.804**	**(9.483)**	**410.323**
Passivos com partes relacionadas	-	107	2	110
Capital social integralizado	1	419.697	-	419.698
Variações patrimoniais de cisão	-	-	(9.485)	(9.485)
Total do Patrimônio líquido	1	419.697	(9.485)	410.213
Total do Passivo	**1**	**419.804**	**- 9.483**	**410.323**

(*) Variações patrimoniais entre a data base de 31 de dezembro de 2013 e período findo em 28 de fevereiro de 2014.

Aumento de Capital da Sayed

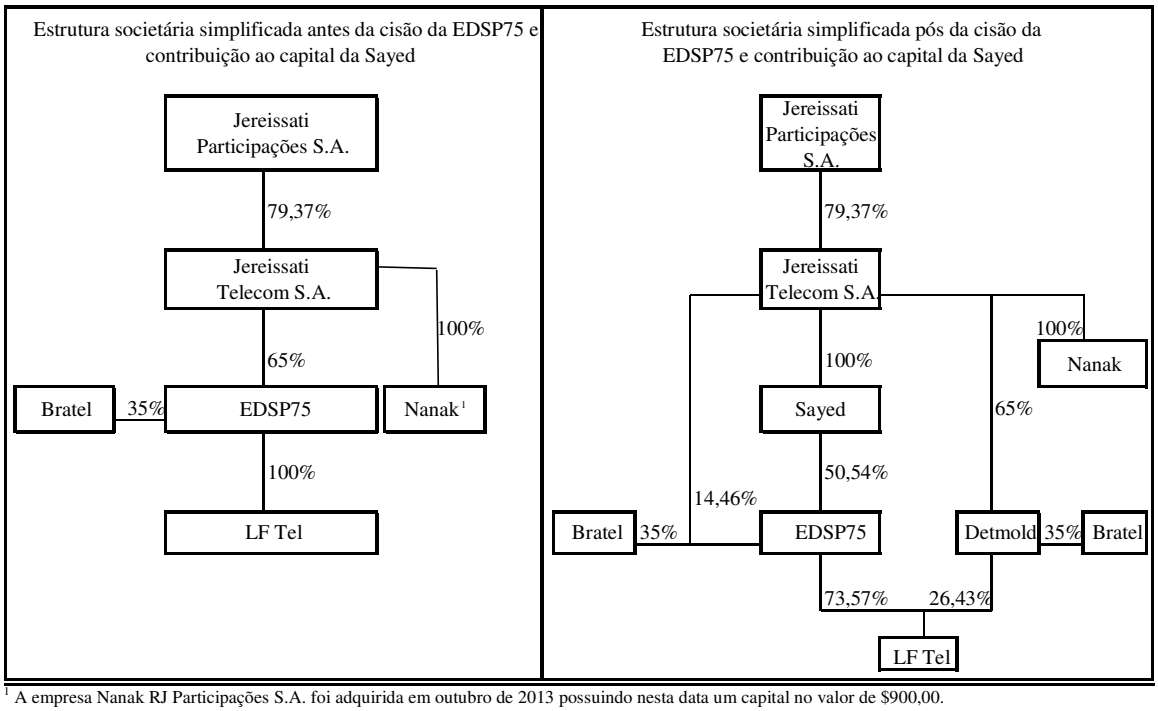
Em Assembleia Geral Extraordinária da Sayed, realizada em 24 de março de 2014, foi aprovado o seu aumento de capital no valor R$290.654, mediante a emissão de 410.105.500 novas ações ordinárias e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Jereissati Telecom S.A., mediante a conferência ao capital da Sayed de 410.106.400 ações ordinárias da EDSP75 de titularidade da Jereissati Telecom S.A.

Após a conferência ao capital da Sayed a posição acionária da EDSP75 ficou assim representada:

Acionistas	Quantidade de ações	% Participação
Sayed RJ Participações S.A.	410.106.400	50,54%
Jereissati Telecom S.A.	117.329.117	14,46%
Bratel Brasil S.A.	284.003.740	35,00%

	811.439.257	100,00%

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a cisão parcial da EDSP75 e da contribuição ao capital da Sayed:



[1] A empresa Nanak RJ Participações S.A. foi adquirida em outubro de 2013 possuindo nesta data um capital no valor de $900,00.

Cisão da LF Tel

Em Assembleia Geral Extraordinária da LF Tel, realizada em 5 de maio de 2014, foi aprovado, dentre outros itens, (i) a sua cisão parcial desproporcional, com a incorporação da parcela cindida pela empresa Dronten; (ii) Protocolo e Justificação da cisão parcial desproporcional da LF Tel e Incorporação do Acervo Cindido pela Dronten; e (iii) Desdobramento das ações ordinárias da LF Tel na proporção de 1,3592497.

A posição acionária da LF Tel antes de sua cisão parcial desproporcional e após a cisão parcial da EDSP75, era assim composta:

Acionistas da LF Tel	**Quantidade de ações ordinárias antes da cisão desproporcional**	**% Participação no capital total e votante**
EDSP75	706.950.349	73,57%
Detmold	253.971.697	26,43%
Total	**960.922.046**	**100,00%**

Os ativos e passivos vertidos para a empresa Dronten estão apresentados a seguir:

	LF Tel S.A.

	Saldos em 30/04/2014	Acervo cindido e vertido para Dronten	Saldos LF Tel pós cisão
Ativo circulante	14.383	3.089	11.294
Caixa e equivalentes de caixa	8.951	-	8.951
Aplicações financeiras	1.680	-	1.680
Tributos a recuperar	79	-	79
Dividendos a receber	3.089	3.089	-
Outros tributos	400	-	400
Demais ativos	184	-	184
Ativo não circulante	844.658	66.043	778.615
Ativo realizável a longo prazo	220	-	220
Investimentos	844.438	66.043	778.395
Total do ativo	859.041	69.132	789.909
Passivo circulante	160.529	512	160.017
Empréstimos e financiamentos	159.295	-	159.295
Fornecedores	431	-	431
Obrigações trabalhistas e sociais	292	-	292
Dividendos a pagar	512	512	-
Passivo não circulante	544.863	7.600	537.263
Empréstimos e financiamentos	533.476	-	533.476
Partes relacionadas	7.600	7.600	-
Provisões	3.786	-	3.786
Patrimônio líquido	153.649	61.020	92.629
Total do passivo	859.041	69.132	789.909

Em decorrência da cisão parcial desproporcional da LF Tel, o seu patrimônio líquido foi reduzido em R$61.020, contabilizado contra a conta de Reserva de capital, com sua respectiva redução e cancelamento 253.971.697 de ações ordinárias. Nesta mesma data foi autorizado o desdobramento de ações da LF Tel na proporção de 1,3592497, passando o seu capital a ser dividido em 960.922.046 ações ordinárias e sem valor nominal, que corresponde ao número de ações original da LF Tel, todas de titularidade da EDSP75.

A Dronten teve seu capital social aumentado em R$61.020, com a emissão de 149.481.889 ações ordinárias, sendo estas novas ações totalmente subscritas e integralizadas pela incorporação do acervo cindido da LF Tel. Desta forma o capital social da Dronten passou a ser R$61.021 representado por 149.482.789 ações ordinárias e sem valor nominal, todas de titularidade da Detmold.

Contrato de Permuta de Participações Societárias

Nesta mesma data, a Jereissati Telecom e a Bratel Brasil S.A., com os objetivos de (i) segregar as participações detidas na CTX e Contax Participações e (ii) permitir que a Portugal Telecom deixasse de ter participação em sociedades de *contact center* e concentrasse seus investimentos no Brasil exclusivamente em atividades de telecomunicações, celebraram um Contrato de Permuta de

Participações Societárias sem torna ("Permuta").

Após a implementação da cisão da EDSP75 realizada em 21 de março de 2014 e da cisão da LF Tel, a composição do capital das companhias EDSP75, Detmold, Dronten, CTX e Contax Participações, ficaram distribuídas da seguinte forma:

- EDSP75 passou a ser titular das ações representativas da totalidade do capital da LF Tel, e a sua posição acionária, imediatamente antes da Permuta, passou a ter a seguinte composição:

Acionistas da EDSP75	Quantidade de ações ordinárias antes da Permuta	% Participação no capital total e votante
Sayed	410.106.400	50,54%
Bratel Brasil S.A.	284.003.740	35,00%
Jereissati Telecom	117.329.117	14,46%
Total	**811.439.257**	**100,00%**

- A Detmold passou a ser titular das ações representativas da totalidade do capital da Dronten, e a sua posição acionária, imediatamente antes da Permuta, passou a ter a seguinte composição:

Acionistas da Detmold	Quantidade de ações ordinárias antes da Permuta	% Participação
Jereissati Telecom S.A.	97.163.813	65%
Bratel Brasil S.A.	52.318.976	35%
Total	**149.482.789**	**100%**

- A Dronten passou a ser titular de (i) 2.652.644 ações ordinárias e 10.610.576 ações preferencias representando 3,86% do capital total da Contax Participações e (ii) 2.182.441.621 ações ordinárias representando 34,96% do capital da CTX.

  O capital da CTX passou a ter a seguinte posição acionária:

Acionistas da CTX	Quantidade de ações ordinárias antes da Permuta	% Participação
Dronten	2.182.441.621	34,96%
AG Telecom Participações S.A.	2.182.441.621	34,96%
Bratel Brasil S.A.	1.242.262.444	19,90%
Outros	635.379.159	10,18%
Total	**6.242.524.845**	**100,00%**

  O capital da Contax Participações passou a ter a seguinte composição acionária

Acionistas Contax Participações	ON	%	PN	%	TOTAL	%
CTX	69.486.980	58,21%	24.947.900	11,11%	94.434.880	27,45%
Bratel Brasil S.A.	4.292.096	3,60%	17.168.384	7,64%	21.460.480	6,24%
Dronten	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
AG Telecom Participações S.A.	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
Fund Atlântico de Seg Social	772.270	0,65%	3.089.080	1,38%	3.861.350	1,12%
Ações em circulação	39.517.062	33,10%	158.207.603	70,43%	197.724.665	57,47%

Total excluindo ações em tesouraria	**119.373.696**	**100,00%**	**224.634.119**	**100,00%**	**344.007.815**	**100,00%**

Nos termos da Permuta celebrada, a Jereissati Telecom permutou 117.329.117 ações ordinárias de emissão da EDSP75, representando 14,46% de sua participação no capital social total e votante da EDSP75 por (i) 52.318.976 ações de emissão da Detmold detidas Bratel Brasil S.A., representando 35% do capital total e votante da Detmold; (ii) 50% da totalidade de 1.242.262.444 das ações de emissão da CTX detidas pela Bratel Brasil, representado 19,90% do capital total e votante da CTX e (iii) 50% da totalidade de 21.460.480 das ações de emissão da Contax Participações detidas pela Bratel Brasil, representando 6,24% do capital total e 3,60% do capital votante da Contax Participações.

Em razão da Permuta, a Portugal Telecom e a Bratel Brasil S.A. deixaram de ser acionistas, direta ou indiretamente, da CTX, da Contax e da Detmold, e os demais acionistas da EDSP75 passaram a ser, direta ou indiretamente, titulares das ações do capital da CTX e Contax ora detidas, direta ou indiretamente, pela Portugal Telecom e os únicos acionistas das Detmold.

A posição acionária da CTX e Contax Participações após a Permuta passou a ter a seguinte composição acionária:

Acionistas da CTX	**Quantidade de ações ordinárias pós Permuta**	**% Participação**
Dronten	2.182.441.621	34,96%
AG Telecom Participações S.A.	2.182.441.621	34,96%
Jereissati Telecom	621.131.222	9,95%
AG S.A.	621.131.222	9,95%
Outros	635.379.159	10,18%
Total	**6.242.524.845**	**100,00%**

Acionistas Contax Participações	**ON**	**%**	**PN**	**%**	**TOTAL**	**%**
CTX	69.486.980	58,21%	24.947.900	11,11%	94.434.880	27,45%
Jereissati Telecom	2.146.048	1,80%	8.584.192	3,82%	10.730.240	3,12%
AG S.A.	2.146.048	1,80%	8.584.192	3,82%	10.730.240	3,12%
Dronten	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
AG Telecom Participações S.A.	2.652.644	2,22%	10.610.576	4,72%	13.263.220	3,86%
Fund Atlântico de Seg Social	772.270	0,65%	3.089.080	1,38%	3.861.350	1,12%
Ações em circulação	39.517.062	33,10%	158.207.603	70,43%	197.724.665	57,47%
Total excluindo ações em tesouraria	**119.373.696**	**100,00%**	**224.634.119**	**100,00%**	**344.007.815**	**100,00%**

Também nesta data, AG, LF Tel, a Fund Atlântico de Seg Social ("FATL") e Portugal Telecom, com a interveniência de CTX, Contax, Portugal Telecom, PASA, EDSP75, AG S.A., Jereissati Telecom, Bratel Brasil, Detmold, AG Contact Center Participações S.A., celebraram aditivo ao Acordo de Acionistas da CTX e da Contax ("Acordo de Acionistas CTX e Contax Participações"), com o objetivo de substituir AG e LF Tel pela Pasa Contact Center Participações S.A. e Dronten como partes do Acordo de Acionistas CTX e Contax Participações, bem como prever a desvinculação da Portugal Telecom e da Bratel Brasil do Acordo de Acionistas CTX e Contax Participações.

Valor justo

A permuta de participações societárias entre a Jereissati Telecom e a Bratel foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considerando o valor justo das participações na data da transação, como segue:

Ativos recebidos	**Valor contábil**	**Ajuste a valor justo (i)**	**Valor justo em 5/5/2014**
Participação de 9,95% no capital da CTX Participações S.A.	11.807	23.420	35.227
Participação de 3,11919% no capital da Contax Participações S.A.	13.069	21.697	34.766
Participação de 35% no capital da Detmold RJ Participações S.A.	97.568	(39.206)	58.362
	122.444	**5.911**	**128.355**
Ativo cedido			
Valor contábil da participação de 14,46% da EDSP75 detida nesta data pela Jereissati Telecom			22.035
Ganho na apuração do valor justo (Nota 6)			**106.320**

(i) O valor justo das participações foi determinado com base no valor de mercado das ações da Contax Participações, na data de 5 de maio de 2014.

A mensuração dos ativos e passivos identificáveis para a alocação do valor justo apurado foi determinada com base nos ativos de maior relevância da Contax Participações, representando 40% do seu ativo imobilizado total consolidado. Para os demais itens, foi mantido o valor contábil como a melhor estimativa para os seus valores de mercado. O valor justo dos ativos da Contax participações foi determinado através da Metodologia da Quantificação do Custo e estão resumidos no quadro a seguir:

Imobilizado Consolidado	**Valor residual contábil**	**Valor de mercado**	**Mais valia**
Equipamentos de TI	60.413	85.500	27.274
Móveis e utensílios	46.618	62.219	13.601
Total	**107.031**	**147.719**	**40.875**

Com o objetivo de retornar ao percentual de sua participação anterior a reorganização, nos meses junho, julho, agosto e novembro de 2014, a Jereissati Telecom reduziu sua participação na Contax Participações, considerando o valor justo das participações, no qual não foram apurados impactos relevantes no seu resultado e consequentemente nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Integralização e conversões das debêntures

Sayed

Em Assembleia Geral Extraordinária da Sayed, realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados: (i) a inclusão no Estatuto Social da Sayed de previsão de emissão de ações preferenciais pela Sayed, sem direito a voto, com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; (ii) a conversão de uma debênture da primeira emissão da Sayed em 410.106.399 ações ordinárias e 352.862.887 ações preferenciais da Sayed, tendo sido integralmente integralizada pela PTB2 S.A.; (iii) o aumento de capital da Sayed em R$938.544 em decorrência da conversão da debênture referida no item (ii), e (iv) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Sayed.

Após a integralização e conversão da referida debênture, o capital da Sayed passou a ser de R$1.229.199 dividido em 820.212.799 ações ordinárias e 352.862.887 ações preferenciais passando a ter a composição acionária a seguir:

Acionistas da Sayed	Ações ordinárias	% Participação	Ações preferenciais	% Participação	Total	% Participação
PTB2 S.A.	410.106.399	50,00%	352.862.887	100,00%	762.969.286	65,04%
Jereissati Telecom	410.106.400	50,00%	-	-	410.106.400	34,96%
Total	**820.212.799**	**100,00%**	**352.862.887**	**100,00%**	**1.173.075.686**	**100,00%**

Em consequência ao aumento de capital da Sayed, (i) a participação da controlada direta Jereissati Telecom passou de 100% para 34,96%. Em virtude desta diluição, a Jereissati Telecom reconheceu um ganho, líquido da perda de variação de percentual de participação no montante de R$278.126, diretamente no seu patrimônio líquido na linha de "Variação de participações em investimento próprios". Este ganho foi particialmente compensado pela perda registrada em decorrência dos efeitos de diluição em virtude do aumento de capital na Oi (Nota 26 (i)).

A Companhia, em decorrência da sua participação direta na Jereissati Telecom, reconheceu um ganho, líquido da perda de variação de percentual de participação no montante de R$220.748, diretamente no seu patrimônio líquido na linha de "Variação de participações em investimento reflexo", compensado parcialmente pela perda registrada em decorrência dos efeitos de diluição em virtude do aumento de capital na Oi (Nota 26 (i)).

EDSP75

Em Assembleia Geral Extraordinária da EDSP75 realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados: (i) a inclusão no Estatuto Social da EDSP75 de previsão de emissão de ações preferenciais, sem direito a voto, com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; (ii) a conversão de (a) uma debênture Séria A da primeira emissão da EDSP75 em 762.969.285 ações ordinárias e (b) uma debênture Série B da primeira emissão da EDSP75 em 762.969.285 ações ordinárias e 420.211.919 ações preferenciais da EDSP75; (iii) o aumento de capital da EDSP75 em R$2.394.000 em decorrência da conversão das debêntures referidas no item (ii); e (iv) a alteração do artigo 5º do seu Estatuto Social.

A integralização da debênture Serie A, com valor nominal de R$938.544, convertida em 762.969.285 ações ordinárias foi totalmente integralizada pela Sayed; a integralização da debênture Série B, com valor nominal de R$1.455.456 convertida em 762.969.285 ações ordinárias e 420.211.919 ações preferenciais da EDSP75, foi totalmente integralizada pela Bratel Brasil S.A.

Após a integralização e conversão das referidas debêntures, o capital da EDSP75 passou a ser de R$2.516.354 dividido em 2.337.377.827 ações ordinárias e 420.211.919 ações preferenciais passando a ter a composição acionária a seguir:

Acionistas da EDSP75	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%
Sayed	1.173.075.685	50,19%	-	-	1.173.075.685	42,54%
Bratel Brasil S.A.	1.164.302.142	49,81%	420.211.919	100,00%	1.584.514.061	57,46%
Total	**2.337.377.827**	**100,00%**	**420.211.919**	**100,00%**	**2.757.589.746**	**100,00%**

Em consequência ao aumento de capital da EDSP75, (i) a participação da controlada indireta Sayed passou de 50,54% para 42,54%. Em virtude desta diluição, a controlada indireta Sayed registrou um ganho no seu resultado, na linha de "Ganhos, líquidos de perdas de participações", no montante R$67.673.

A Jereissati Telecom, em decorrência da sua participação direta na Sayed, reconheceu um ganho, diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial no montante de R$23.665. A Companhia, em decorrência da sua participação direta na Jereissati Telecom, também reconheceu um ganho no seu resultado, na linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante R$18.783.

LF Tel

Em Assembleia Geral Extraordinária da LF Tel realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados: (i) a conversão de uma debênture da quinta emissão da LF Tel, no valor de R$2.394.000 em 1.359.384.726 ações, totalmente integralizada pela EDSP75; (ii) o aumento de capital da LF Tel R$2.394.000 em decorrência da conversão da referida debênture e (iii) a alteração do artigo 5º do seu Estatuto Social.

Após a conversão da debênture e respectivo aumento de capital de R$2.394.000, o capital da LF Tel passou a ser R$2.779.180 dividido em 2.320.306.772 ações ordinárias e sem valor nominal, todas de titularidade da EDSP75.

Telemar

Em Assembleia Geral Extraordinária da Telemar, realizada em 5 de maio de 2014, foram deliberados:

a) a conversão de 2 (duas) debêntures da Décima Segunda Emissão (Segunda Emissão Privada) da Telemar, no valor total de R$3.428.000 em 4.424.095.424 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de sua emissão. As 2 (duas) debêntures ora convertidas em ações ordinárias da Telemar são de titularidade das acionistas AG Telecom Participações S.A. e LF Tel S.A.;

b) o aumento de capital da Telemar no valor de R$3.428.000 em decorrência da conversão das debêntures referidas acima, sendo o valor de R$2.675.370 destinado à conta do capital social e o saldo, no valor de R$752.630, destinado à conta de reserva de capital da Telemar, com a emissão de 4.424.095.424 (ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo: (i) 2.212.047.712 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela AG Telecom Participações S.A.; (ii) 2.212.047.712 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela LF Tel S.A.;

c) o resgate antecipado da totalidade das ações preferenciais resgatáveis (600.003) ações pelo BNDESPAR, no valor de R$743.773, acrescida de juros no montante de R$306.149 e dividendos fixos no valor de R$75.757. O referido resgate não reduziu o capital da Telemar, tendo sido as mesmas canceladas após o resgate.

Após os atos societários acima o capital social da Telemar passou para R$4.596.511 dividido em 7.600.369.419 ações ordinárias e de ação nominativas e sem valor nominal, e consequentemente a

LF Tel passou a deter 37,19% das ações representativas do capital da Telemar correspondente a 2.826.846.254 ações ordinárias.

Em consequência ao aumento de capital da Telemar, a controlada indireta LF Tel registrou uma perda no seu resultado, na linha de "Perdas, líquidas de ganhos de participações" no montante de R$1.076.503, compensada parcialmente pelo ganho gerado em virtude do seu aumento de participação na Telemar, no montante de R$792.588, gerando um efeito líquido negativo nos seus resultados no montante de R$283.915, impactando o resultado de equivalência patrimonial da EDSP75, controladora da LF Tel, no mesmo montante, no valor de R$283.915. Já a Sayed, controladora em conjunto da EDSP75, registrou na linha de equivalência patrimonial, uma perda no valor R$120.778.

Em decorrência da participação indireta detida na LF Tel, a Jereissati Telecom registrou uma perda diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante de R$42.236. Consequentemente, a Companhia também registrou uma perda diretamente no seu resultado, na linha de equivalência patrimônial, no montante de R$33.523.

Nanak

Em 5 de maio de 2014, dos recursos obtidos por meio da integralização da totalidade da primeira emissão privada de 125.000 debêntures simples da Nanak (Nota 17), o valor de R$125.000, foi destinado exclusivamente ao aporte de capital no FIA Caravelas, passando a deter 11,465%.

Aporte no Caravelas Fundo de Investimento em Ações - FIA

Em 5 de maio de 2014, o Fundo de investimento em ações - FIA Caravelas recebeu um aporte de capital no valor de R$1.090.200. A totalidade dos recursos do referido aporte foi destinada a participação do aumento de capital da Oi, passando o FIA Caravelas a deter das ações em circulação da Oi, 6,58% do seu capital total, correspondente a 171.362.482 ações ordinárias e 359.171.518 ações preferenciais.

Após o referido aporte de capital, o FIA Caravelas passou a ter a seguinte composição de quotistas:

Acionista da Companhia/Quotista	Percentual de Participação
BTG Pactual	55,95%
AG Tel Participações S.A.	11,465%
Nanak RJ Participações S.A.	11,465%
FATL	21,11%
Total	**100,00%**

Resgate de ações CTX

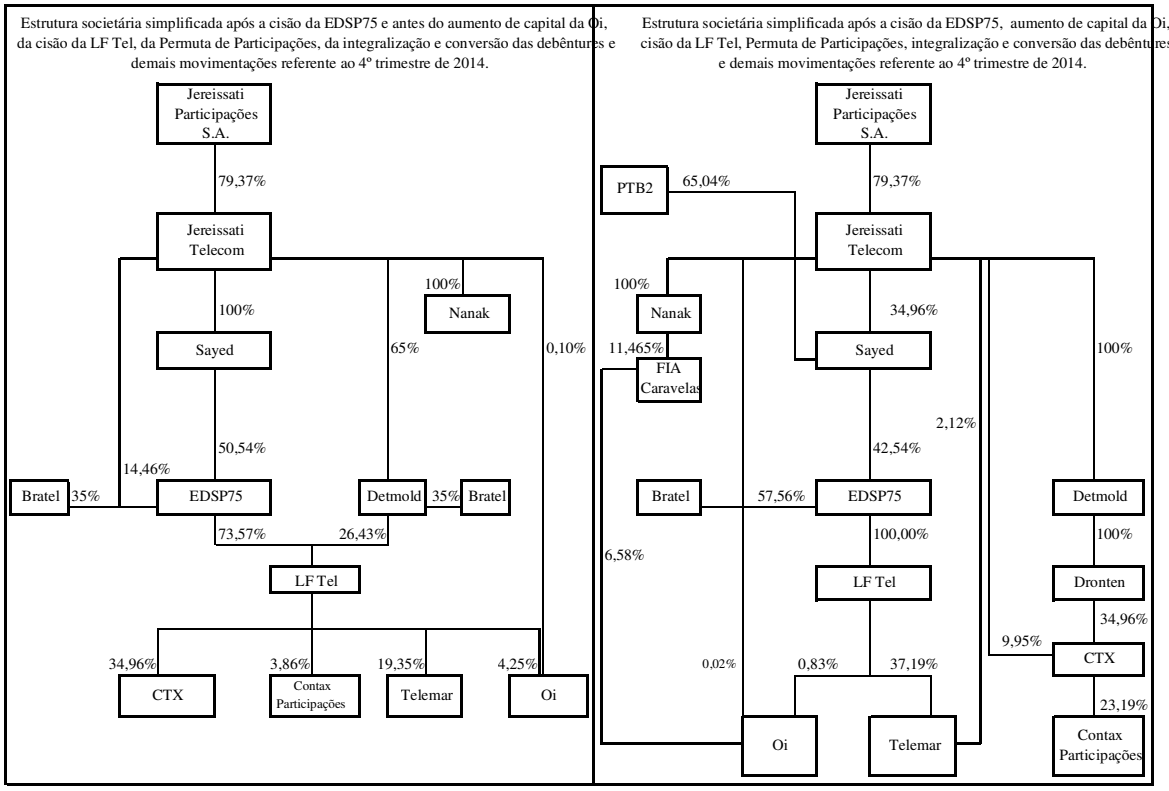
Em Assembleia Geral Extraordinária da CTX, realizada em 10 de outubro de 2014 foi deliberado o resgate de 1.047.188.294 ações ordinárias de emissão da CTX, realizado na proporção das participações societárias dos acionistas no capital social da CTX, com base no valor patrimonial por ação, com o consequente cancelamento dessas ações e dos direitos delas decorrentes. O pagamento aos acionistas da CTX foi efetuado à conta de reserva de lucros, portanto, sem redução de capital

social da CTX, através de dação em pagamento aos acionistas de certificados de depósito de ações de titularidade da CTX de emissão de sua controlada Contax Participações.

Posição acionária da CTX antes e após o resgate de ações:

	Antes do resgate de ações		Após o resgate de ações		
Acionistas	**Qt ações ordinárias**	**% Participação**	**Qt ações ordinárias**	**% Participação**	**Ações (Units) recebidas Contax Participações**
AG Contact Center Participações S.A.	2.182.441.621	34,96%	1.816.335.378	34,96%	1.107.668
Dronten RJ Participações S.A.	2.182.441.621	34,96%	1.816.335.378	34,96%	1.107.668
Fund Atlântico de Seguridade Social	635.379.159	10,18%	528.793.821	10,18%	322.477
Andrade Gutierrez S.A.	621.131.222	9,95%	516.935.987	9,95%	315.246
Jereissati Telecom S.A.	621.131.222	9,95%	516.935.987	9,95%	315.246
Total	**6.242.524.845**	**100,00%**	**5.195.336.551**	**100,00%**	**3.168.305**

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após o aumento de capital da Oi, a cisão parcial desproporcional da LF Tel, as permutas de participações societárias e a conversão das debêntures em ações.



Quadro resumo dos efeitos da reorganização societária descritos acima e dos efeitos de diluição em virtude ao aumento de capital da Oi.

	Resumo dos impactos da reorganização mensurados pelas participações diretas e indiretas de cada investimento					
Eventos	**Telemar**	**LF Tel**	**EDSP75**	**Sayed**	**Jereissati Telecom**	**Companhia**
Efeitos do aumento de capital na Oi em virtude da participação direta detida pela Telemar na Oi (Nota 26 (i))	(2.340.339)	(870.454)	(807.733)	(357.577)	(248.438)	(197.185)
Efeitos do aumento de capital na Sayed em virtude da participação direta detida da Jereissati Telecom na Sayed (Nota 1 (c))	-	-	-	-	278.126	220.748
Efeitos de diluição contabilizados diretamente no Patrimônio líquido, na linha "Variação de participações em investimento" (i)	**(2.340.339)**	**(870.454)**	**(807.733)**	**(357.577)**	**29.688**	**23.563**
Efeitos do aumento de capital na Oi em virtude da participação direta detida pela LF Tel na Oi (Nota 26 (i))	-	(528.110)	(455.020)	(209.855)	(217.297)	(172.468)
Efeitos do aumento de capital na Oi em virtude da participação direta detida pela Jereissati Telecom na Oi (Nota 26 (i))	-	-	-	-	(11.923)	(9.464)
Efeitos do aumento de capital na Telemar em virtude da participação direta detida da LF na Telemar (Nota 1 (c))	-	(283.915)	(283.915)	(120.778)	(42.236)	(33.523)
Efeitos do aumento de capital na EDSP75 em virtude da participação direta detida da Sayed na EDSP75 (Nota 1 (c))	-	-	-	67.673	23.665	18.783
Efeitos de diluição contabilizados diretamente no resultado do exercício	**-**	**(812.025)**	**(738.935)**	**(262.960)**	**(247.791)**	**(196.672)**
Efeito do ganho na apuração do valor justo em virtude da permuta de participações societárias entre a Jereissati Telecom e a Bratel.	-	-	-	-	106.320	84.386
Efeito total contabilizado no resultado do exercício (ii)	**-**	**(812.025)**	**(738.935)**	**(262.960)**	**(141.471)**	**(112.286)**
Impacto total no patrimônio líquido das companhias	**(2.340.339)**	**(1.682.479)**	**(1.546.668)**	**(620.537)**	**(111.783)**	**(88.723)**

(i) A Companhia adotou como prática contábil, registrar diretamente no patrimônio líquido, os efeitos das diluições nas participações indiretas dos investimentos e nas participações dos investimentos cujo controle é integral. Para os efeitos de diluição das participações diretas, cujo controle é em conjunto, a Companhia registrou estes efeitos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Na Companhia, a linha de equivalência patrimonial (Nota 13 (a)), foi impactada negativamente pelos efeitos da reorganização, conforme demonstrado no quadro acima, no montante R$112.286.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas a seguir, as quais devem ser lidas em conjunto com as Notas 1 (c) e 26 (i) destas Demonstrações Financeiras.

			Participação Acionária			
			Direta		Indireta	
Sociedade	**Atividade**	**País sede**	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Segmento de Shopping Centers						
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (i)			51,48%	51,64%	0,65%	0,65%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda ("SCRB") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda ("Lasul") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Rio Pinheiros Diversões LTDA. ("Rio Pinheiros") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e Planejamento de Shopping Centers Ltda. ("Leasing Mall") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%

SISP Participações S.A. ("SISP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda ("IESTAPA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	18,77%	18,83%
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("MPPart") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG) (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	26,15%
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda ("I-Retail") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Amuco Shopping S.A. ("Amuco") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
CSC41 Participações LTDA ("CS41") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
SCIALPHA Participações LTDA ("SCIALPHA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	41,70%	41,83%
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	17,38%	17,43%
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
CSC61 Participações Ltda. ("CS61") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
SCIRP Participações Ltda. ("SCRP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Market Place Torres Ltda ("MPT") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	33,36%	26,15%
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda ("JK ADM") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	41,70%	41,83%
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
I-Art Produções Teatrais ("IART") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Iguatemi Outlets do Brasil ("OLNH") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Galleria Empreendimentos Imobiliarios Ltda ("01GL") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Ork Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda ("ORKR") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,13%	-
Participações e Comércio Anhumas Ltda ("ANHU") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	-	52,29%
Segmento de Telecomunicações						
Jereissati Telecom S.A. (i)	Holding	Brasil	79,37%	79,37%		
Sayed RJ Participações S.A. (i)	Holding	Brasil	-	-	27,75%	-
EDSP75 Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	11,80%	51,59%
LF TEL S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	11,80%	51,59%
Nanak RJ Participações S.A.(i)	Holding	Brasil	-	-	79,37%	-
Telemar Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	6,07%	9,98%
Valverde Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	6,07%	10,00%
Oi S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Oi Móvel (ii)	Telefonia móvel – Região II	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia") (ii)	Tráfego de dados	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card") (ii)	Serviços financeiros	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center") (ii)	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI") (ii)	Holding	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Companhia AIX de Participações ("AIX") (ii)	Tráfego de dados	Brasil	-	-	0,17%	2,08%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções") (ii)	Financeira	Brasil	-	-	0,17%	2,08%
Ericsson Inovação S.A.(ii)	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	Brasil	-	-	0,16%	-
Oi Paraguay Multimedia Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay") (ii)	Tráfego de dados	Paraguai	-	-	0,33%	4,15%
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. ("Rio Alto") (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	0,17%	2,08%
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5") (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") (ii)	Telefonia Fixa – Região I	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
TNL PCS S.A. ("TNL PCS") (ii)	Telefonia Móvel – Regiões I e III	Brasil	-	-	0,00%	4,15%
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo") (ii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer") (ii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora") (ii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros") (ii)	Serviços financeiros	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4") (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Oi Internet S.A. ("Oi Internet") (ii)	Internet	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Telemar Internet Ltda (ii)	Internet	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo") (ii)	Compra e venda de imóveis	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
SEREDE – Serviços de Rede S.A. ("Serede") (ii)	Serviços de rede	Brasil	-	-	0,33%	4,15%

Pointer Networks S.A. (“Pointer”) (ii)	Internet Wifi	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
VEX Wifi Tec España S.L (ii)	Internet Wifi	Espanha	-	-	0,33%	4,15%
VEX Venezuela C.A (ii)	Internet Wifi	Venezuela	-	-	0,33%	4,15%
VEX Wifi S.A (ii)	Internet Wifi	Uruguai	-	-	0,33%	4,15%
VEX Ukraine LLC (ii)	Internet Wifi	Ucrania	-	-	0,30%	3,74%
VEX USA Inc (ii)	Internet Wifi	Estados Unidos da America	-	-	0,33%	4,15%
VEX Bolivia SRL(ii)	Internet Wifi	Bolivia	-	-	0,00%	4,15%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina (ii)	Internet Wifi	Argentina	-	-	0,33%	4,15%
VEX Wifi Canadá Ltd (ii)	Internet Wifi	Canada	-	-	0,33%	4,15%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda (ii)	Internet Wifi	Chile	-	-	0,00%	4,15%
VEX Colombia Ltda (ii)	Internet Wifi	Colombia	-	-	0,33%	4,15%
VEX Paraguay S.A.(ii)	Internet Wifi	Paraguai	-	-	0,33%	4,15%
Pointer Peru S.A.C (ii)	Internet Wifi	Peru	-	-	0,33%	4,15%
VEX Portugal S.A. (ii)	Internet Wifi	Portugal	-	-	0,33%	4,10%
VEX Panamá S.A.(ii)	Internet Wifi	Panamá	-	-	0,00%	4,15%
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA ("Oi Holanda") (ii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Holanda	-	-	0,33%	4,15%
Tupã Torres S.A.(ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	0,00%	4,15%
Caryopoceae Participações S.A. (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	0,00%	4,15%
Bryophyta SP Participações S.A.(ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	0,33%	4,15%
PT Portugal, SGPS, S.A.(ii) (iii)	Gestão de participações sociais	Portugal	-	-	0,33%	-
Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Lda. (“Directel”) (ii) (iii)	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais	Portugal	-	-	0,25%	-
Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Lda (ii) (iii)	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários	Portugal	-	-	0,17%	-
Openideia - Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.(ii) (iii)	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Portugal	-	-	0,33%	-
Portugal Telecom Data Center, S.A. (ii) (iii)	Prestação de serviços e fornecimento de produtos na área de sistemas e tecnologias de informação, incluindo processamento de dados, domicílio de informação e aspectos relacionados.	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Pay, S.A.(ii) (iii)	Prestação de serviços de pagamento	Portugal	-	-	0,33%	-
Portugal Telecom Inovação e Sistemas, S.A. (“PT Inovação e Sistemas”) (ii) (iii)	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações	Portugal	-	-	0,33%	-
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão de Infraestrutura de comunicações ACE (ii) (iii)	Prestação de serviços postais	Portugal	-	-	0,17%	-
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.(ii) (iii)	Gestão de fundos de pensões	Portugal	-	-	0,27%	-
PT Centro Corporativo, S.A.(ii) (iii)	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact") (ii) (iii)	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Imobiliária, S.A.(ii) (iii)	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Investimentos S.A. (“PT I”) (ii) (iii)	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos e gestão de investimentos.	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Móveis, SGPS, S.A. (“PT Móveis”) (iii)	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Participações, SGPS, S.A.(ii) (iii)	Gestão de participações sociais	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. (“PT Prestações”) (ii) (iii)	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Pro- Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.(ii) (iii)	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. ("PT Sales") (ii) (iii)	Prestação de serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação	Portugal	-	-	0,33%	-
PT Ventures, SGPS, S.A.(ii) (iii)	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais	Portugal	-	-	0,25%	-
PT Cloud e Data Centers, S.A.(“PT IS”) (ii) (iii)	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Portugal	-	-	0,33%	-
MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.(ii) (iii)	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações	Portugal	-	-	0,33%	-
TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, S.A. (“TPT”) (ii) (iii)	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor.	Portugal	-	-	0,25%	-
Carrigans Finance S.A. R.L. (ii) (iii)	Gestão de investimentos	Luxemburgo	-	-	0,33%	-

PT Brasil (ii) (iii)	Gestão de investimentos	Brasil	-	-	0,33%	-
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. (ii) (iii)	Desenvolvimento de atividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações	Brasil	-	-	0,33%	-
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil") (ii) (iii)	Gestão de investimentos	Brasil	-	-	0,33%	-
Cabo Verde Móvel, S.A.(ii) (iii)	Exploração do serviço de telecomunicações móveis	Cabo Verde	-	-	0,10%	-
Cabo Verde Multimédia, S.A.(ii) (iii)	Exploração de serviços de multimídia	Cabo Verde	-	-	0,10%	-
Cabo Verde Telecom, S.A. R.L.(ii) (iii)	Exploração de serviços de telecomunicações	Cabo Verde	-	-	0,10%	-
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.(ii) (iii)	Gestão de"call" e de "contact center"	Cabo Verde	-	-	0,33%	-
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L.(ii) (iii)	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	São Tomé	-	-	0,13%	-
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda. (ii) (iii)	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde	Cabo Verde	-	-	0,19%	-
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited (ii) (iii)	Publicação de listas telefônicas	Uganda	-	-	0,25%	-
Elta - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda. (ii) (iii)	Publicação de listas telefônicas	Angola	-	-	0,14%	-
Openideia Marrocos, S.A.(ii) (iii)	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Marrocos	-	-	0,33%	-
Openideia Angola, S.A.(ii) (iii)	Prestação de serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação	Angola	-	-	0,33%	-
Kenya Postel Directories, Ltd. (ii) (iii)	Produção, edição e distribuição de listas telefônicas e outras publicações	Quênia	-	-	0,15%	-
LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.(ii) (iii)	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações	Moçambique	-	-	0,13%	-
Mobile Telecommunications Limited (ii) (iii)	Exploração do serviço móvel	Namíbia	-	-	0,09%	-
TMM - Telecomunicações Móveis de Moçambique, S.A.(ii) (iii)	Exploração do serviço móvel	Moçambique	-	-	0,33%	-
Africatel GmbH (ii) (iii)	Gestão de investimentos	Alemanha	-	-	0,33%	-
Africatel Holdings, BV(ii) (iii)	Gestão de investimentos	Holanda	-	-	0,25%	-
CVTEL, BV(ii) (iii)	Gestão de investimentos	Holanda	-	-	0,33%	-
Portugal Telecom Internacional Finance B.V("PTIF") (ii) (iii)	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	-	-	0,33%	-
Timor Telecom, S.A.(ii) (iii)	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor	-	-	0,15%	-
PT BlueClip (ii) (iii)	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo	Portugal	-	-	0,33%	-
Segmento de Contact Center e Cobrança						
Detmold RJ Participações S.A. (i)	Holding	Brasil	-	-	79,37%	-
Dronten RJ Participações S.A. (i)	Holding	Brasil	-	-	79,37%	-
CTX Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	35,65%	18,03%
Contax Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	8,26%	8,93%
Contax S.A.(ii)	Contact Center	Brasil	-	-	-	6,94%
Ability (ii)	Trade marketing	Brasil	-	-	8,26%	6,94%
Ability Trade Marketing Colombia S.A.S.(ii)	Trade marketing	Colombia	-	-	8,26%	6,94%
Contax Mobitel (ii)	Contact Center	Brasil	-	-	8,26%	6,94%
TODO Tecnologia da Informação S.A.(ii)	Tecnologia da informação	Brasil	-	-	8,26%	6,94%
TODO Soluções em Engenharia e Tecnologia S.A.(ii)	Tecnologia & Informação	Brasil	-	-	8,26%	6,94%
Venecia S.P. Participações S.A.(ii)	Contact Center	Brasil	-	-	8,26%	6,94%
BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda (ii)		Brasil	-	-	8,26%	6,94%
Contax Sucursal Empresa Extranjera (ii)	Contact Center	Argentina	-	-	8,26%	6,94%
Stratton Spain SL(ii)	Holding	Espanha	-	-	8,26%	6,94%
Multienlace S.A.S.(ii)	Contact Center	Colombia	-	-	8,26%	6,94%
Stratton Peru S.A.(ii)	Contact Center	Peru	-	-	8,26%	6,94%
Allus Spain a Bex S.A.(ii)		Espanha	-	-	8,26%	6,94%
Allus Spain SL(ii)		Espanha	-	-	8,26%	6,94%
Allus Peru S.A.(ii)	Contact Center	Peru	-	-	8,26%	6,94%
Stratton Argentina S.A.(ii)	Contact Center	Argentina	-	-	8,26%	6,94%
Stratton Chaco S.A.(ii)	Contact Center	Argentina	-	-	8,26%	6,94%
Stratton Nea S.A.(ii)	Contact Center	Argentina	-	-	8,26%	6,94%
Outras companhias						
BRIO Investimentos Imobiliários S.A.(ii)	Gestão e administração da propriedade imobiliária	Brasil	40,00%	55,00%	-	-
FIP GJ Real State (i)	Fundo de investimento	Brasil	60,14%	40,71%	15,82%	23,53%
FIP BRIO Real State (i)	Fundo de investimento	Brasil	44,44%	71,43%		
Alium Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	39,69%	39,69%
Anwold Malls Corporation ("Anwold") (i)	Holding	Brasil	-	-	52,13%	52,29%
Infinity Trading Limited (i)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	-	-	79,37%	79,37%
Bakarne Investments Ltd (ii)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	10,00%

(i) Controladas diretas e indiretas da Companhia mensuradas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

(ii) Negócios controlados em conjunto indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(iii) Empresas relacionadas às operações descontinuadas pela Oi, devido os negócios detidos pela PT Portugal encontrarem-se comprometidos com a venda à Altice (Nota 26).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração e declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS's, passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação CVM nº 733/14, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo CPC, em função das alterações feitas no IAS 27, permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS's a partir desse exercício.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

A Companhia, com o objetivo de assegurar a comparatibilidade com o exercício corrente, efetuou reclassificações nos itens de dividendos recebidos, pagamento de dividendos e depósitos e bloqueios judiciais, alterando as atividades operacionais e de investimentos nas suas demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as Demosntrações Financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas, despesas e lucros não realizados, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

As investidas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia, suas controladas do Segmento de Shoppings Centers, seus negócios controlados em conjunto do Segmento de Telecomunicações e Segmento de Contact Centers e Serviços atuam, respectivamente como holdings, administradora de shopping centers no mercado brasileiro, operadoras no setor de telecomunicações brasileiro, prestadora de serviços de teleatendimento em geral e em atividades correlacionadas (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de produtos e serviços das controladas diretas e indiretas e seus negócios controlados em conjunto;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, das controladas diretas e indiretas e seus negócios controlados em conjunto;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores das controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R$), mesma moeda que é utilizada para apresentação destas Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

Quando aplicável, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

Determinadas controladas e negócios controlados em conjunto possuem investimentos em empresas com sede no exterior (Nota 1).

No segmento de Telecomunicações, a Oi possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29. Os efeitos da hiperinflação impactam indiretamente o patrimônio da Companhia.

O segmento de Contact Center e Serviços possui operações no exterior, que utilizam moeda funcional diferente do Real (R$), cujos ativos e passivos são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, impactando de forma reflexa indiretamente o patrimônio da Companhia.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Diretoria. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Combinações de negócios

A Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto optaram por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto procedem com a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável, testes são efetuados para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("*goodwill"*), o valor recuperável é testado anualmente, ou quando existirem indicativos de impairment.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado**.**

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos menos provisão para eventuais perdas no valor recuperável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração os valores de clientes vencidos há mais de um ano e os valores em atraso desses clientes com prazo inferior a um ano, constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança desses créditos, a qual é considerada suficiente pela Administração para a cobertura dessas perdas.

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisições. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais.

Os investimentos em sociedades em que a Administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).

Investimentos em negócios controlados em conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual uma companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os negócios controlados em conjunto da Companhia são registrados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle compartilhado foi adquirido.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. As propriedades para investimento são divulgadas ao valor justo, conforme Nota 13 (c). Periodicamente, a vida útil e o valor residual das propriedades para investimentos são revisados.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas divulgadas na Nota 14.

Intangível

Os ágios reconhecidos na aquisição dos investimentos com fundamento econômico na expectativa de lucros futuros foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 de forma linear, com base no período de lucratividade estimada na aquisição. A recuperação do saldo contábil é testada anualmente, ou em decorrência de eventos ou circunstâncias que representem indicadores de perda de valor. Para fins do teste de recuperação, os ágios são alocados à unidade geradora de caixa da forma como são monitorados pela Administração. O valor recuperável é determinado com base em modelos econômicos de avaliação que incluem o fluxo de caixa futuro descontado e a análise de dados de mercado comparáveis.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são também submetidos a teste de impairment para análise do seu valor recuperável (Nota 15).

Ajuste a valor presente

A Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto efetuam avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro,

quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto avaliam periodicamente, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Instrumentos Financeiros

A categoria é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no caso da Companhia, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 17) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada

A Companhia, as controladas diretas Iguatemi e Jereissati Telecom mantém plano de previdência complementar na Unibanco-AIG - Previdência Prever de contribuição definida. Esse plano é opcional aos seus funcionários e a Companhia e suas controladas, contribuem com 100% do valor mensal, não possuindo nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

Plano de opção de compra de ações

A controlada direta Iguatemi possui plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a controlada direta Iguatemi recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a controlada direta Iguatemi revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Participações dos empregados no resultado

A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, sendo que todos os funcionários elegíveis participam de forma proporcional ao tempo trabalhado no ano, conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido por cada companhia.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas consolidadas da Companhia, representadas substancialmente pelas receitas de alugueis do Segmento de Shopping Centers são reconhecidas pelo regime de competência e respeitando o prazo dos contratos. Receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. Os impostos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos, quando constituídos.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elabora as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira suplementar.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia e suas controladas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia, de suas controladas e de seus negócios controlados em conjunto, se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos, incluem estimativas referentes ao reconhecimento de receitas, à provisão para crédito de liquidação duvidosa, à redução ao valor recuperável de ativos de longa duração, instrumentos financeiros derivativos, à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões para benefícios a empregados, às provisões de participações dos empregados no resultado, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e a outras similares.

Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014 e normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

a) Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, aplicáveis às suas operações, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

Os pronunciamentos (novos ou revisados) e as interpretações listados a seguir, que foram emitidos pelo CPC e deliberados pela CVM, possuem aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. São eles:

- OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral – Deliberação CVM nº 727 de 11 de novembro de 2014.

O objetivo da norma é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Especificamente, dispõe sobre a evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em especial das contidas nas notas explicativas.

A norma trata que as informações evidenciadas devem ser relevantes para os usuários externos. E só são relevantes se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores. Consequentemente, as não relevantes não devem ser divulgadas.

- ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Deliberação CVM nº 729 de 27 de novembro de 2014.

O objetivo da revisão da ICPC 09 decorre, substancialmente, da emissão dos pronunciamentos técnicos CPC 18 (R2), CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3), em função das alterações feitas pelo International Accounting Standards Board (IASB) na norma internacional de contabilidade IAS 28,

IFRS 10 e IFRS 11. Outros itens também foram revistos visando ajustar o texto às necessidades atuais e mantê-los convergentes com as normas internacionais.

- ICPC 19 – Tributos – Deliberação CVM nº 730 de 27 de novembro de 2014.

A Interpretação está correlacionada com a IFRIC Interpretation 21 – Levies, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). O documento dispõe sobre a contabilização de obrigação de pagar um tributo, se a obrigação estiver no alcance do Pronunciamento Técnico CPC 25 e ainda trata da contabilização de obrigação de pagar tributo cuja época e valor sejam certos.

- Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.

- Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

- Revisão Pronunciamento Técnico nº 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

b) Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

O projeto de revisão dos normativos sobre instrumentos financeiros é composto por três fases:

Fase 1: Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Com relação à classificação e mensuração nos termos da IFRS 9, todos os ativos financeiros reconhecidos, que atualmente estejam incluídos no escopo da IAS 39, serão posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

Fase 2: Metodologia de redução ao valor recuperável

O modelo de redução ao valor recuperável da IFRS 9 reflete as perdas de crédito esperadas, em vez de perdas de crédito incorridas, nos termos da IAS 39. De acordo com a abordagem de redução ao valor recuperável na IFRS 9, não é mais necessário que um evento de crédito tenha ocorrido antes do reconhecimento das perdas de crédito. Em vez disso, uma entidade sempre contabiliza perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas. O valor das perdas de crédito esperadas deve ser atualizado em cada data das demonstrações financeiras para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Fase 3: Contabilização de hedge

As exigências de contabilização de hedge trazidas pela IFRS 9 mantêm os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge da IAS 39. Por outro lado, o novo normativo trouxe maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". A avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária. Foram introduzidas exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

Em 28 de maio de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) e o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiram novos requisitos para o reconhecimento de receita em ambos IFRS e U.S. GAAP, respectivamente. O IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, exige de uma entidade o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando esta for adotada. A aplicação é necessária para exercícios anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida para fins de IFRS e não permitida localmente antes da harmonização e aprovação do CPC e CVM.

A Companhia está avaliando os efeitos do IFRS 15 e do IFRS 9 nas suas demonstrações financeiras e ainda não concluiu suas análises até o presente momento, não podendo estimar o impacto da adoção da presente norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	Controladora	
	31/12/2014	**31/12/2013**

	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	13	26	-	26
Aplicações financeiras	35.619	-	35.619	188.262	-	188.262
Dividendos a receber	-	28.032	28.032	-	24.250	24.250
Total	**35.632**	**28.032**	**63.664**	**188.288**	**24.250**	**212.538**

	Controladora			
	2014		2013	
	Passivos ao custo amortizável	Total	Passivos ao custo amortizável	Total
Passivos				
Salários e encargos sociais e benefícios	1.736	1.736	1.212	1.212
Fornecedores	842	842	195	195
Empréstimos e financiamentos	124.390	124.390	247.661	247.661
Dividendos a pagar	227	227	21.539	21.539
Programa de refinanciamento fiscal	614	614	771	771
Total	**127.809**	**127.809**	**271.378**	**271.378**

	Consolidado					
	2014			2013		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	259.126	-	259.126	279.392	-	279.392
Aplicações financeiras	661.339	-	661.339	1.211.862	-	1.211.862
Fundo de investimento em ações	106.968	-	106.968	-	-	-
Contas a receber	-	258.225	258.225	-	223.039	223.039
Dividendos a receber	-	986	986	-	67	67
Valores a receber	-	6.667	6.667	-	12.714	12.714
Créditos com outras partes relacionadas	-	86.283	86.283	-	99.314	99.314
Total	**1.027.433**	**352.161**	**1.379.594**	**1.491.254**	**335.134**	**1.826.388**

	Consolidado			
	2014		2013	
	Passivos ao custo amortizável	Total	Passivos ao custo amortizável	Total
Passivos				
Salários e encargos sociais e benefícios	26.698	26.698	24.564	24.564
Fornecedores	41.830	41.830	30.438	30.438
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.335.079	2.335.079	2.220.498	2.220.498
Passivos com partes relacionadas	120	120	203.884	203.884
Dividendos a pagar	26.790	26.790	43.907	43.907
Programa de refinanciamento fiscal	5.346	5.346	39.791	39.791

Outras contas a pagar	39.283	39.283	58.495	58.495
Total	**2.475.146**	**2.475.146**	**2.621.577**	**2.621.577**

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*nonperformance risk"*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input"* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *"inputs"* são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os *"inputs"* são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs"* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs"* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *"inputs"* para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "*inputs"* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A tabela abaixo demonstra a hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

		Valor justo			
		Controladora		**Consolidado**	
Ativos	**Hierarquia do valor justo**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Caixa	Nível 2 (*)	13	26	54.175	40.518
Equivalentes de caixa	Nível 1	-	-	204.951	238.874
Aplicações financeiras	Nível 2	35.619	188.262	661.203	1.190.569
Fundo de investimento em ações	Nível 1	-	-	54.473	-

Ações de companhias fechadas	Nível 3	-	-	52.495	16.605
Títulos públicos	Nível 1	-	-	136	53
Debêntures compromissadas	Nível 2	-	-	-	1.747
Outras aplicações	Nível 3	-	-	-	2.888
Total dos Ativos		**35.632**	**188.288**	**1.027.433**	**1.491.254**

(*) Na Controladora Nível 1.

Administração do risco financeiro

A Companhia, como holding, com exceção ao risco de taxa de juros, não sofre impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos e do câmbio no seu resultado operacional, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas diretas e indiretas consolidadas e negócios controlados em conjunto não consolidados nas suas Demonstrações Financeiras.

As controladas diretas e indiretas consolidadas e os negócios controlados em conjunto não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinados negócios controlados em conjunto não consolidados, usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração de cada controlada e negócio controlado em conjunto.

(a) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos para Companhia e suas controladas consolidadas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos financeiros estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2014		**2013**	
	Valor Contábil	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativo				
Aplicações financeiras	35.619	35.619	188.262	188.262
	35.619	**35.619**	**188.262**	**188.262**

	Consolidado			
	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	204.951	204.951	238.874	238.874
Aplicações financeiras	713.834	713.834	1.211.862	1.211.862
	918.785	**918.785**	**1.450.736**	**1.450.736**

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinados negócios controlados em conjunto não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia, possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros da LIBOR, no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas consolidadas em suas Demonstrações Financeiras consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas. Para os negócios controlados em conjunto não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia, este risco estende-se também à taxa LIBOR USD e a EURIBOR.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou cenários de variação nas taxas IPCA, TJLP e CDI. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

2014								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA(*)	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
11,57%	5,00%	6,41%	14,46%	6,25%	8,01%	17,36%	7,50%	9,62%

(*) taxa acumulada dos últimos 12 meses

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao IPCA, CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do grupo. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia e suas controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

						Controladora
						2014
Operação	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**2 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívidas em CDI		14.128	27.269	15.736	2.527	59.660
Total vinculado a taxas de juros		**14.128**	**27.269**	**15.736**	**2.527**	**59.660**
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	17.911	36.333	24.610	5.972	84.826
Total vinculado a taxas de juros		**17.911**	**36.333**	**24.610**	**5.972**	**84.826**
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	21.792	46.383	36.020	11.050	115.245
Total vinculado a taxas de juros		**21.792**	**46.383**	**36.020**	**11.050**	**115.245**
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		**3.783**	**9.064**	**8.874**	**3.445**	**25.166**
CDI		3.783	9.064	8.874	3.445	25.166
Cenário Remoto - Cenário Provável		**7.664**	**19.114**	**20.284**	**8.523**	**55.585**
CDI		7.664	19.114	20.284	8.523	55.585

						Consolidado
						2014
Operação	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**2 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	-	157.646	259.846	177.592	183.912	778.996
Dívidas em IPCA	-	11.028	26.024	12.145	7.155	56.352
Dívidas em TR	-	27.272	50.848	47.898	141.252	267.270
Dívidas em TJLP	-	29.080	29.180	7.337	593	66.190
Total vinculado a taxas de juros	**-**	**225.026**	**365.898**	**244.972**	**332.912**	**1.168.808**

Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	180.272	316.356	220.107	239.946	956.681
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	13.185	29.621	13.648	7.785	64.239
Dívidas em TR	Alta do TR	27.320	51.168	48.622	149.044	276.154
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	33.368	33.512	8.440	682	76.002
Total vinculado a taxas de juros		**254.145**	**430.657**	**290.817**	**397.457**	**1.373.076**
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	202.705	373.300	265.128	304.958	1.146.091
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	15.342	33.208	15.147	8.461	72.158
Dívidas em TR	Alta do TR	27.368	51.488	49.353	157.023	285.232
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	37.611	37.796	9.532	771	85.710
Total vinculado a taxas de juros		**283.026**	**495.792**	**339.160**	**471.213**	**1.589.191**
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		**29.119**	**64.759**	**45.845**	**64.545**	**204.268**
CDI		22.626	56.510	42.515	56.034	177.685
IPCA		2.157	3.597	1.503	630	7.887
TR		48	320	724	7.792	8.884
TJLP		4.288	4.332	1.103	89	9.812
Cenário Remoto - Cenário Provável		**58.000**	**129.894**	**94.187**	**138.301**	**420.382**
CDI		45.059	113.454	87.536	121.046	367.095
IPCA		4.314	7.184	3.001	1.306	15.805
TR		96	640	1.455	15.771	17.962
TJLP		8.531	8.616	2.195	178	19.520

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Os riscos de crédito da Companhia estão substancialmente associados aos riscos de crédito de suas controladas que representam os segmentos de negócios nos quais a Companhia concentra seus investimentos.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicados por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

Segmento de Telecomunicações

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Segmento de Telecomunicações não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os *"ratings"* publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Segmento de Contact Center e Serviços

O risco de crédito em relação às contas a receber do Segmento de Contact Center e Serviços é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de dividendos oriundo dos resultados de suas controladas. Desta forma o risco de liquidez da Companhia está associado a capacidade de liquidez de suas controladas, principalmente na capacidade de pagar dividendos.

Segmento de Shopping Centers

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da controlada direta Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a controlada direta Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Segmento de Telecomunicações

Os recursos gerados são utilizados, principalmente, para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à sua forte posição financeira continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

A Oi e suas controladas possuem duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

Segmento de Contact Center e Serviços

Como política de gestão de ativos financeiros, a Administração procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez.

(d) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode prejudicar os planos de investimentos e a lucratividade da Companhia.

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "*covenants*" financeiros atrelados às dívidas estão detalhados na Nota 17, na seção "*Covenants*" para as controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(e) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

(f) Risco de aspecto regulatório

O Segmento de Telecomunicações no qual a Companhia concentra seus investimentos, embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"). Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Oi, negócio controlado em conjunto não consolidado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Oi junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

Entre outros pontos destacam-se:

(i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

(ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, foi firmado junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015;

(iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;

(iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

(v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;

(vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e

(vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(g) Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	**2.663**	**2.828**	**644.608**	**470.639**
Deduções da receita bruta				
Impostos e contribuições	(379)	(402)	(43.710)	(34.725)
Outras deduções	-	-	(23.330)	(16.626)
	(379)	(402)	(67.040)	(51.351)
Receita de vendas e/ ou serviços	**2.284**	**2.426**	**577.568**	**419.288**

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Depreciação e amortização	(1)	(1)	(85.760)	(46.777)
Pessoal	(7.388)	(7.256)	(67.377)	(63.116)
Serviços de terceiros	(1.286)	(2.921)	(39.323)	(39.231)
Estacionamento	-	-	(34.504)	(21.566)
Fundo de promoção	-	-	(8.432)	(7.526)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.359)	(3.045)
Outros custos e despesas	(7.392)	(4.529)	(49.135)	(45.610)
	(16.067)	**(14.707)**	**(290.890)**	**(226.871)**

	Controladora		Consolidado	
Classificadas como:	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Despesas gerais e administrativas	(15.748)	(14.319)	(110.412)	(109.976)
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(319)	(388)	(180.478)	(116.895)
	(16.067)	**(14.707)**	**(290.890)**	**(226.871)**

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Outras receitas operacionais	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Ganho na apuração do valor justo (i)	-	-	106.320	-
Ganhos de participações (ii)	-	-	54.877	1.817
Ganho na alienação de imóveis (iii)	-	-	31.882	53.360
Receita na revenda de ponto	-	-	17.290	-

Resultado na alienação de ativo permanente	1.470	-	1.470	-
Deságio em investimentos	-	-	421	-
Reversão de provisão, liquida de perdas com processos judiciais	-	-	68	5.300
Dividendos prescritos	-	4	-	5
Outras receitas	-	1	9.172	1.825
	1.470	**5**	**221.500**	**62.307**

	Controladora		Consolidado	
Outras despesas operacionais	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Participação dos empregados e administradores	(1.429)	(306)	(15.626)	(13.190)
Provisão e baixa de investimentos e outros ativos	-	-	(7.386)	-
Remunerações baseadas em ações	-	-	(5.003)	(8.559)
Amortização de intangível	-	-	(3.240)	(307)
Perda, liquida de reversão, em processos judiciais	(14)	(168)	(1.001)	-
Perda na baixa de ativo permanente	-	-	(957)	-
Tributos	-	-	(313)	(337)
Perdas de participação societária	(219)	-	-	-
Programa de Refinanciamento Fiscal	-	(339)	-	(2.891)
Outras despesas	(50)	(392)	(10.876)	(3.912)
	(1.712)	**(1.205)**	**(44.402)**	**(29.196)**

(i) Ganho na apuração do valor justo da permuta de participações societárias entre a Jereissati Telecom e a Bratel (Nota 1(c)).

(ii) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo refere-se substancialmente ao ganho de participações, referente a conversão e integralização das debêntures da EDSP75 (Nota 1 (c)), líquido da perda da participação direta na Oi detida pela Jereissati Telecom em virtude do aumento de capital da Oi (Nota 26 (i)).

(iii) Em 31 de dezembro de 2014 o saldo refere-se substancialmente a venda de frações dos terreno para construção de torres residenciais na cidade de São José do Rio Preto e Votorantim e um hotel também na cidade de Votorantim. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo refere-se substancialmente a venda de terreno na modalidade de permuta física, para construção de torres comerciais no futuro Shopping Center na cidade de São José do Rio Preto.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Rendimentos de aplicações financeiras	6.408	15.577	101.124	125.085
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	1.220	705	32.356	15.581
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	-	1.187	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	587	299
Dividendos recebidos	262	224	382	228
Atualização monetária de depósitos judiciais	211	545	270	1.106
Outras receitas	4	4	2.630	1.206

	8.105	**17.055**	**138.536**	**143.505**

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Juros sobre debêntures	-	-	(138.060)	(100.675)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(16.469)	(20.881)	(93.947)	(65.904)
Perda com ativos financeiros a valor justo (i)	-	-	(71.430)	-
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(3)	(3)	(2.760)	(1.083)
Atualização monetária de provisões	-	(210)	(1.631)	(797)
Descontos concedidos	-	-	(1.434)	-
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(156)	(1.824)	(289)	(1.943)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados e refinanciamento fiscal	(13)	(445)	(85)	(21.820)
Outras despesas	(300)	(2.087)	(8.825)	(10.773)
	(16.941)	**(25.450)**	**(318.461)**	**(202.995)**
	(8.836)	**(8.395)**	**(179.925)**	**(59.490)**

(i) Refere-se a perda das ações da Oi do FIA Caravelas (Nota 1(c)).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Consolidado	
	2014	**2013**
Tributos correntes	(44.682)	(37.799)
Tributos diferidos	21.217	(2.872)
Total	**(23.465)**	**(40.671)**

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Resultado antes dos impostos e das participações	(172.708)	11.838	(324.703)	119.162
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL		-	(132.982)	(71.594)
Total do resultado tributável	**(172.708)**	**11.838**	**(457.685)**	**47.568**
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	58.721	(4.025)	155.613	(16.173)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (i)	(2.071)	82	25.850	3.546

Efeito tributário sobre exclusões (adições) temporárias	846	-	(1.178)	-
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	(50.948)	11.463	(206.908)	(15.938)
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)	(6.548)	(8.892)	(33.131)	(11.924)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores	-	-	4.224	-
Ajustes do Regime Transitório de Transição (RTT) (iii)	-	-	32.228	-
Outros	-	1.372	(163)	(182)
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	**-**	**-**	**(23.465)**	**(40.671)**

(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes, quando aplicável, são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio, provisões indedutíveis e reversões de provisões.

(ii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da Companhia e determinadas controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

(iii) Referem-se a ajustes do RTT, substancialmente referentes ao efeito do ganho na apuração do valor justo em virtude da permuta de participações entre a controlada Jereissati Telecom e a Bratel (Nota 1 (c)).

No consolidado, as despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidas da controlada Iguatemi, no exercício de 2014, foram impactadas positivamente pelo reconhecimento de créditos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, no montante de R$16.808. Deste montante, (i) R$6.102 são relativos a créditos resultantes da aplicação do art. 2º da Lei 12.973/14, referente a dedutibilidade dos gastos com à emissão de ações da controlada Iguatemi ocorrida em 2013, (ii) R$6.690 são relativos à aplicação do art. 4º da Lei 11.941/2009, referente a não computação na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social da parcela equivalente à redução do valor das multas, juros e encargo legal em decorrência da adesão ao REFIS pela controlada Iguatemi, ocorrida em dezembro de 2013 e (iii) R$4.016 relativos às reapresentações das DIPJs de 2010 a 2013 em função da regularização de pagamentos de INSS do mesmo período. Vale ressaltar que os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados pela controlada Iguatemi neste período, além dos já existentes até então, foram utilizados para a quitação de 70% de todos os valores do REFIS em aberto desde novembro do ano corrente. Os demais 30% foram quitados em dinheiro, conforme estabelece a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014.

As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/2014 (Medida Provisória 627 de 2013)

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627/2013") e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 ("PLV 02/2014"), bem como o disposto na Instrução

Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397/2013"). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime ainda em vigor.

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia optou pela não adoção antecipada na sua DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) entregue a Receita Federal do Brasil em 21 de outubro de 2014, optando pela adoção da Lei nº 12.973/2014 a partir de 1º de janeiro de 2015.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são classificadas caixa e equivalentes de caixa e títulos mantidos para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio do fundo de investimento, com base na expectativa de utilização dos seus recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos, sendo que é garantido resgate imediato dos recursos no fundo, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Caixa	13	26	54.175	40.518
Equivalentes de caixa (i) e (ii)	-	-	204.951	238.874
Total	**13**	**26**	**259.126**	**279.392**

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Fundos de investimentos (ii)	35.619	188.262	639.729	1.190.569
Fundo de investimentos em ações (iii)	-	-	54.473	-
Ações de companhias fechadas	-	-	52.495	16.605
CDB – Certificados de Depósito Bancário (iv)	-	-	17.412	-
Fundo de investimentos em cotas	-	-	4.061	-
Títulos públicos	-	-	137	53
Debêntures compromissadas	-		-	1.747
Outras aplicações	-	-	-	2.888
Aplicações financeiras	**35.619**	**188.262**	**768.307**	**1.211.862**
Circulante	35.619	188.262	698.393	1.195.204
Não circulante	-	-	69.914	16.658

(i) Referem-se a Fundos de investimentos

(ii) Os fundos de investimentos são compostos substancialmente por fundos de renda fixa, com liquidez diária e rendimentos acumulados de 10,8807% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e rendimentos acumulados de 7,70% no ano de 2013.

(iii) Refere-se ao FIA Caravelas (Nota 1(c))

(iv) Os certificados de depósitos bancários – CDB da instituição financeira Banco Santander (Brasil S.A.), que está classificado como título mantido até o vencimento em função de sua característica, tem por objetivo a garantia do empréstimo na modalidade de crédito imobiliário firmado entre a controlada Iguatemi e (i) a Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF e o Banco Santander em 8 de agosto de 2006; e (ii) Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda em 31 de agosto de 2006.

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Títulos públicos	-	-	204.951	238.874
Títulos classificados em equivalentes de caixa	**-**	**-**	**204.951**	**238.874**
Títulos privados	11.646	56.082	391.828	546.278
Títulos públicos	19.454	81.468	195.136	471.107
CDB – Certificados de Depósito Bancário	1.493	27.312	32.407	122.015
Outros	3.026	23.400	20.358	51.169
Títulos classificados em aplicações financeiras	**35.619**	**188.262**	**639.729**	**1.190.569**
Fundos de investimentos	**35.619**	**188.262**	**844.680**	**1.429.443**

10. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2014	**2013**
Venda de imóveis (i)	129.714	109.148
Aluguéis a receber	117.076	94.513
Co-participação a receber (ii)	31.791	33.494
Outros	-	625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.356)	(14.741)
Total	**258.225**	**223.039**
Circulante	186.650	194.053
Não circulante	71.575	28.986

(i) Representadas substancialmente por vendas de imóveis realizadas pelas investidas CS41, SCRP e SJRP no consolidado, atualizado mensalmente pelo INCC/FGV.

(ii) Representa substancialmente saldos a receber pelo direito de uso do espaço imobiliário. As coparticipações são faturadas de acordo com contratos e reconhecidas no resultado conforme o prazo do aluguel contratado.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2014	**%**	**2013**	**%**
A vencer	242.498	87,1%	210.581	88,6%
Vencidas até 60 dias	19.826	7,1%	17.552	7,4%
Vencidas de 61 a 90 dias	2.359	0,8%	2.267	1,0%
Vencidas de 91 a 120 dias	10.677	3,8%	5.074	2,1%
Vencidas de 121 a 360 dias	2.105	0,8%	1.245	0,5%
Vencidas há mais de 360 dias	1.116	0,4%	1.061	0,4%
Total	**278.581**	**100%**	**237.780**	**100%**

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1/1/2013	**(10.702)**
Constituições, líquidas de reversões e baixas definitivas	(4.039)
Saldo em 31/12/2013	**(14.741)**
Constituições, líquidas de reversões e baixas definitivas	(5.615)
Saldo em 31/12/2014	**(20.356)**

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Tributos correntes a recuperar				
Impostos retidos na fonte- IR/CS (i)	1.793	-	3.633	-
Antecipação de Imposto de Renda (i)	-	3.272	2.881	13.889
Antecipação de Contribuição Social (i)	-	30	1.212	2.849
Impostos a recuperar (iii)	-	-	10.034	-
Outros tributos correntes	11	-	5.823	23.327
	1.804	**3.302**	**23.583**	**40.065**
Tributos diferidos e a recuperar				
IR e CS - sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	4.187	-
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (iii)	-	-	36.027	16.385
Impostos a recuperar (iii)	13.737	9.680	15.365	13.672
	13.737	**9.680**	**55.579**	**30.057**
Circulante	1.804	3.302	23.583	40.065
Não circulante	13.737	9.680	55.579	30.057

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	2014	2013	2014	2013
Tributos correntes a recolher				
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	-	-	4.732	18.277
Outros	184	216	6.687	7.691
Circulante	**184**	**216**	**11.419**	**25.968**
Tributos diferidos				
IR/CSLL diferido sobre receita diferida(iv)	-	-	18.967	10.580
IR/CSLL sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	51.878	24.829
Não circulante	**-**	**-**	**70.845**	**35.409**

(i) Referem-se principalmente a antecipações de Impostos de Renda ("IR"), Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") e créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento do exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A Iguatemi registrou a totalidade dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias relacionadas às provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A perspectiva de realização do saldo pela Iguatemi é de até 7 anos.

Adicionalmente, para a Companhia e controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2014, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros no montante de R$38.798 (31/12/2013 - R$33.667). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia totalizam R$76.617 (31/12/2013 – R$51.422).

(iii) Referem-se substancialmente, a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais devidos.

(iv) Os valores são apurados com base na receita diferida da controlada Iguatemi, que representam os recursos recebidos pela cessão de direitos (estrutura técnica) dos shoppings, que serão reconhecidas no resultado linearmente.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Cíveis	-	-	12.060	26.022
Tributários	2	2	4.563	3.788
Trabalhistas	917	2.913	1.318	4.112
Total	**919**	**2.915**	**17.941**	**33.922**

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

13. INVESTIMENTOS *(inclui Propriedades para investimentos)*

(a) Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Participações avaliadas por equivalência patrimonial	1.608.202	1.771.040	514.614	908.741
Mais valia (Nota 1 (c))	-	-	5.528	-
Concessão	-	-	3.146	3.544
Fundos de investimento	26.160	12.889	-	-
Outros investimentos	978	977	11.630	2.451
Subtotal	**1.635.340**	**1.784.906**	**534.918**	**914.736**
Propriedade para investimento	-	-	3.644.122	2.769.576
Total	**1.635.340**	**1.784.906**	**4.179.040**	**3.684.312**

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

							Controladora	Consolidado
	Iguatemi	Jereissati Telecom	BRIO	FIP GJ	FIP BRIO	Outros	Total	Total
Subtotal inicial em 1/1/2013	**994.752**	**658.093**	**736**	**-**	**-**	**-**	**1.653.581**	**928.280**
Concessão [1]	-	-	-	-	-	-	-	3.851
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	-	978	978	1.463
Saldo inicial em 1/1/2013	**994.752**	**658.093**	**736**	**-**	**-**	**978**	**1.654.559**	**933.594**
Resultado de equivalência patrimonial [2]	98.446	(63.471)	(1.304)	(22)	(59)	124	33.714	(46.876)
Subscrição / Aquisições de ações [4]	46.481	-	1.375	1.369	11.600	-	60.825	11.600
Ganho sobre aumento/subscrição de capital da Iguatemi [5]	79.679	-	-	-	-	-	79.679	-
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	3.965	-	(12)	-	-	-	3.953	-
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	4.210	(258)	-	-	-	-	3.952	-
Variações de ações em tesouraria reflexa	(7.712)	54	-	-	-	-	(7.658)	-
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	(6.548)	-	-	-	-	(6.548)	-
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	(307)	(688)	-	-	-	(995)	-
Dividendos de controladas	(22.646)	(17.478)	-	-	-	-	(40.124)	-
Ganhos e perdas atuariais	-	4.729	-				4.729	-
Outros	(2.429)	(2)	(1)	-	-	(124)	(2.556)	15.738
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.376				1.376	-
Subtotal em 31/12/2013	**1.194.746**	**574.812**	**1.482**	**1.347**	**11.541**	**-**	**1.783.928**	**908.742**
Concessão [1]	-	-	-	-	-	-	-	3.544
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	-	978	978	2.450
Saldo em 31/12/2013	**1.194.746**	**574.812**	**1.482**	**1.347**	**11.541**	**978**	**1.784.906**	**914.736**
Subscrição / Aquisições de quotas	-	-	-	1.596	11.200	-	12.796	-
Subscrição / Aquisições de ações	-	-	1.375	-	-	-	1.375	1.375
Dividendos das controladas	(36.375)	-	-	-	-	-	(36.375)	-
Resultado de equivalência patrimonial [2]	118.260	(267.924)	(779)	1.019	(547)	124	(149.847)	(608.554)
Ganho e perda de participação nos investimentos	-	-	(219)	-	-	-	(219)	(219)
Reserva de remuneração baseada em ações	835	27	-	-	-	-	862	-
Equivalência sobre o lucro acumulados	(13)	3	(71)	-	-	-	(81)	(71)
Variações de ações em tesouraria reflexa	7.284	(1.839)	-	-	-	-	5.445	-
Ajuste Variação Cambial	-	(3.258)	-	-	-	-	(3.258)	-
Transações de capital	(356)	(4.861)	(344)	-	-	-	(5.561)	(344)
Variação de participação de investimentos	(3.924)	-	-	-	-	-	(3.924)	-
Variação de participação de investimentos reflexa	-	25.446	-	-	-	-	25.446	-
Ajuste reflexo de variação de conversão	-	858	-	-	-	-	858	-

Deságio reflexo em Transação de Capital	-	10.530	-	-	-	-	10.530	-
Realização de reserva de operações de derivativos	-	4.344	-	-	-	-	4.344	-
IR e CS s/ operações com derivativos	-	(799)	-	-	-	-	(799)	-
Reserva Reflexa de hedge accounting	-	379	-	-	-	-	379	-
Variação cambial reflexa sobre transações com parte relacionadas	-	155	-	-	-	-	155	-
Ganhos e Perdas atuarais reflexas	-	(1.612)	-	-	-	-	(1.612)	-
Variação ativos financeiros disponíveis para venda	-	(9.694)	-	-	-	-	(9.694)	-
Alienação de investimentos	-	-	(267)	-	-	-	(267)	(267)
Outros [3]	(1)	-	2	6	(2)	(124)	(119)	213.952
Subtotal em 31/12/2014	**1.280.456**	**326.567**	**1.179**	**3.968**	**22.192**	**-**	**1.634.362**	**514.614**
Concessão [1]	-	-	-	-	-		**-**	3.249
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	-	978	978	11.629
Agio em investimentos - Mais Valia (Nota 1(c))	-	-	-	-	-	-	**-**	5.425
Saldo em 31/12/2014	**1.280.456**	**326.567**	**1.179**	**3.968**	**22.192**	**978**	**1.635.340**	**534.918**

[1] Ágio referente ao investimento da Oi registrado na controlada Jereissati Telecom, alocado em Mais Valia de Concessão.
[2] No consolidado, refere-se ao resultado de equivalência patrimonial dos investimentos não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
[3] No consolidado, refere-se à movimentação dos saldos dos investimentos não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
[4] Inclui a aquisição de 1.973.680 ações ordinárias da Iguatemi ao preço de R$23,50 conforme oferta pública.
[5] Ganho sobre o aumento de capital da controlada Iguatemi no valor de R$425.364, mediante a emissão de para subscrição pública, de 18.100.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço por ação de R$23,50, integralizado à vista conforme procedimentos previstos na regulamentação em vigor e no prospecto da oferta pública. O aumento de capital foi contabilizado líquido dos custos das transações de R$16.060.

Participações avaliadas pela equivalência patrimonial:

				Qtde. milhares de ações		Participação (*) % no Capital		2014	
Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi (iii)	2.487.189	1.231.313	229.246	90.802	-	51,4821	51,4821	1.280.456	118.260
Jereissati Telecom	411.450	226.047	(337.563)	269.674	161.942	79,3703	80,0990	326.567	(267.924)
BRIO	2.943	7.501	(1.497)	1.600		40,0000	40,0000	1.179	(779)
FIP GJ Real Estate	6.597	4.970	1.702	3.017	-	60,1400	60,1400	3.968	1.019
FIP BRIO Real Estate (i)	49.933	51.300	(1.000)	22.800	-	44,4400	44,4400	22.192	(547)
Lucros a apropriar (ii)									124
								1.634.362	**(149.847)**

				Qtde. milhares de ações		Participação (*) % no Capital		2013	
Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi (iii)	2.313.491	1.232.002	184.632	90.802	-	51,6425	51,6425	1.194.746	98.446
Jereissati Telecom	724.218	226.047	(79.969)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	574.812	(63.471)
BRIO	2.693	3.751	(2.371)	1.001		55,0000	55,0000	1.482	(1.304)
FIP GJ Real Estate	3.308	3.370	(62)	1.100	-	40,7100	40,7100	1.347	(22)
FIP BRIO Real Estate	16.157	16.240	(83)	11.600	-	71,4300	71,4300	11.541	(59)
Lucros a apropriar (ii)								-	124
								1.783.928	**33.714**

(*) Cálculo excluindo ações em tesouraria
(i) Quantidade de quotas
(ii) Lucros a apropriar entre a Companhia e a controlada
(iii) Capital social apresentado deduzido os gastos com emissão de ações

(b) Informações financeiras dos segmentos de negócios

- **Consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia**

Segmento de Shopping Centers

	Iguatemi Consolidado	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Ativo circulante	870.716	1.293.900
Ativo não circulante	4.039.940	3.331.012
Passivo circulante	499.264	375.579
Passivo não circulante	1.917.587	1.931.800
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	577.166	418.869
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(180.159)	(116.507)
Despesas operacionais	(31.436)	(13.394)
Resultado financeiro líquido	(113.072)	(64.012)
Lucro líquido do exercício de operações continuadas	230.709	184.285
Lucro líquido do exercício	230.709	184.285
Lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora	229.246	184.632
Lucro líquido atribuído a sócios não controladores	1.463	(347)

	Iguatemi Consolidado

Informações financeiras	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	238.905	278.236
Aplicações financeiras	417.585	778.909
Passivos financeiros circulantes	391.686	273.944
Passivos financeiros não circulantes	1.739.126	1.776.846
Depreciação e amortização	(85.580)	(47.072)
Receita de juros	107.417	110.922
Despesa de juros	(212.204)	(166.729)
Despesa de imposto de renda	(21.790)	(40.671)

	Iguatemi Consolidado	
Informações adicionais	**2014**	**2013**
Patrimônio líquido consolidado	2.493.805	2.317.533
Valor de mercado (*)	4.379.393	3.920.944
Ações em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:	**176.312**	**175.827**
Ações equivalentes ao investimento da Companhia *(em milhares de ações)*:	90.802	90.802
Total participação (%) direta da Companhia	**51,4821%**	**51,6425%**
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	1.280.456	1.194.746
Valor do investimento mensurado com base na cotação das ações no mercado	2.254.614	2.024.885

A Companhia recebeu a título de dividendos da Iguatemi o valor de R$31.001 no exercício findo em 31/12/2014 e R$35.758 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel) R$24,83 (30/12/2014) e R$22,30 (30/12/2013), respectivamente.

Segmento de Telecomunicações

	Jereissati Telecom Consolidado (*)	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Ativo circulante	286.119	227.788
Ativo não circulante	571.854	731.547
Passivo circulante	6.396	5.836
Passivo não circulante	161.610	229.281
Resultado abrangente total	(916)	(2.054)
Despesas operacionais	(491.979)	(92.788)
Resultado financeiro líquido	(60.193)	12.819
Prejuízo do exercício de operações continuadas	(553.847)	(79.969)
Prejuízo do exercício	(553.847)	(79.969)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(337.563)	(79.969)
Prejuízo atribuído a sócios não controladores	(216.284)	-
Outros resultados abrangentes	(19.283)	(865)

	Jereissati Telecom Consolidado (*)	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Caixa e equivalentes de caixa	20.195	981

Aplicações financeiras	258.410	223.398
Passivos financeiros circulantes	1.802	3.310
Passivos financeiros não circulantes	137.847	4.733
Depreciação e amortização	(3.419)	(463)
Receita de juros	22.958	18.375
Despesa de juros	(8.462)	(3.490)
Despesa de imposto de renda	(1.675)	-

(*) Dados consolidados da Jereissati Telecom com a Infinity, Nanak, Sayed e Detmold.

	Jereissati Telecom Consolidado (*)	
Informações adicionais	**2014**	**2013**
Patrimônio líquido	689.967	724.218
Valor de mercado (**)	516.099	1.005.241
Ações em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:	**543.801**	**543.801**
Ações ordinárias	336.676	336.676
Ações preferenciais	207.125	207.125
Ações equivalentes ao investimento da Companhia *(em milhares de ações)*:	**431.616**	**431.616**
Ações ordinárias	269.674	269.674
Ações preferenciais	161.942	161.942
Total participação (%) direta da Companhia	79,3700%	79,3700%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	326.567	574.812
Valor do investimento mensurado com base na cotação das ações no mercado	410.022	796.907

A Companhia recebeu a título de dividendos da Jereissati Telecom o valor de R$1.602 no exercício findo em 31/12/2014 e R$15.866 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(**) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON R$1,01 13/8/2014 e PN a R$0,85 em 15/10/2014; e ON R$1,70 (12/12/2013) e PN R$2,09 em 19/12/2013.

Informações financeiras das companhias Detmold e Sayed consolidados nas Demosntrações Financeiras da Jereissati Telecom

	Detmold Consolidado (*)
Informações financeiras	**2014**
Ativo circulante	33.858
Ativo não circulante	260.487
Passivo circulante	512
Passivo não circulante	7.720
Resultado abrangente total	20.275
Despesas operacionais	(76.202)
Resultado financeiro líquido	(427)
Prejuízo do exercício de operações continuadas	(76.629)
Prejuízo do exercício	(76.629)
Prejuízo do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	(76.629)
Outros resultados abrangentes	20.275

(*) Dados consolidados da Detmold com a Dronten.

	Detmold Consolidado (*)
Informações financeiras	**2014**
Caixa e equivalentes de caixa	8.469
Passivos financeiros circulantes	512

(*) Dados consolidados da Detmold com a Dronten.

	Detmold Consolidado (*)
Informações adicionais	**2014**
Patrimônio líquido	286.113
Ações ordinárias em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:	**149.484**
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Detmold detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:	**149.484**
Total participação (%) indireta da Companhia	79,37%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	286.113

(*) Dados consolidados da Detmold com a Dronten.

Informações financeiras da Dronten consolidadas nas Demonstrações Financeitas da Detmold

	Dronten
Informações financeiras	**2014**
Ativo circulante	33.850
Ativo não circulante	43.462
Passivo circulante	512
Passivo não circulante	7.600
Resultado abrangente total	(1.133)
Receitas operacionais	8.697
Resultado financeiro líquido	(417)
Lucro do exercício de operações continuadas	8.280
Lucro do exercício	8.280
Lucro do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	8.280
Outros resultados abrangentes	(1.133)

	Dronten
Informações financeiras	**2014**
Caixa e equivalentes de caixa	8.469
Passivos financeiros circulantes	512

	Dronten
Informações adicionais	**2014**
Patrimônio líquido	69.200

Ações ordinárias em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:	**149.483**
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Dronten detido pela controlada indireta da Companhia, Detmold *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:	**149.483**
Total participação (%) indireta da Companhia	79,37%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na controlada indireta da Companhia, Detmold	69.200

	Sayed
Informações financeiras	**2014**
Ativo não circulante	428.227
Resultado abrangente total	(31.398)
Despesas operacionais	(410.188)
Prejuízo do exercício de operações continuadas	(410.188)
Prejuízo do exercício	(410.188)
Prejuízo do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	(410.188)
Outros resultados abrangentes	(31.398)

		Sayed
Informações adicionais		**2014**
Patrimônio líquido		428.227
Ações em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:		**1.173.076**
	Ações ordinárias	820.213
	Ações preferenciais	352.863
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Sayed detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:		**410.106**
Total participação (%) indireta da Companhia		27,75%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom		149.708

Informações financeiras da Nanak consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Jereissati Telecom

	Nanak
Informações financeiras	**2014**
Ativo circulante	54.475
Passivo não circulante	134.323
Despesas operacionais	(27)
Resultado financeiro líquido	(79.821)
Prejuízo do exercício de operações continuadas	(79.848)
Prejuízo do exercício	(79.848)
Prejuízo do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	(79.848)

	Nanak
Informações financeiras	**2014**

Aplicações financeiras	54.475
Passivos financeiros não circulantes	134.323

	2014
Despesas de juros	(8.390)

- **Não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia**

Segmento de Telecomunicações

	EDSP75 Consolidado [1]	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Ativo circulante	5.648	15.016
Ativo não circulante	1.014.886	1.681.258
Passivo circulante	11.204	153.603
Passivo não circulante	2.681	520.719
Resultado abrangente total	(77.137)	(2.952)
Despesas operacionais	(1.164.142)	(39.053)
Resultado financeiro líquido	(33.965)	(71.284)
Prejuízo do exercício de operações continuadas	(1.198.107)	(110.337)
Prejuízo do exercício	(1.198.107)	(110.337)
Prejuízo do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	(1.114.239)	(110.337)
Prejuízo do exercício atribuído a sócios não controladores [*]	(83.868)	-
Outros resultados abrangentes	(74.184)	(18.047)

(*) Prejuízo atribuído a Detmold correspondente a sua participação de 26,43% do capital da LF Tel antes da cisão da LF Tel (Nota 1(c)).

	EDSP75 Consolidado [1]	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Caixa e equivalentes de caixa	996	73
Aplicações financeiras	4.454	11.464
Passivos financeiros circulantes	10.209	153.182
Passivos financeiros não circulantes	-	509.333
Depreciação e amortização	(32.611)	(32.475)
Receitas de juros	698	1.269
Despesas de juros	(34.278)	(71.040)

		EDSP75 Consolidado [1]	
Informações adicionais		**2014**	**2013**
Patrimônio líquido		1.006.649	1.021.952
Ações do capital social *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:		**2.757.590**	**960.922**
	Ações ordinárias	2.337.378	960.922
	Ações preferenciais	420.212	-
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na EDSP75 detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:		-	624.599
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na EDSP75 detido pela controlada indireta da Companhia, Sayed *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:		1.173.075	-

Total participação (%) indireta da Companhia	11,8038%	51,5905%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom *(Nota 1(c))*:	-	664.268
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Sayed *(Nota 1(c))*:	428.227	-

(1) EDSP75 consolidado 100% da companhia LF Tel.

	Telemar (2)	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Ativo circulante	30.354	31.644
Ativo não circulante	1.538.324	4.325.431
Passivo circulante	851	994.030
Passivo não circulante	2.716	2.283.937
Resultado abrangente total	1.071	(16.161)
Receitas (despesas) operacionais	(315.141)	46.187
Resultado financeiro líquido	(153.734)	(316.842)
Prejuízo do exercício de operações continuadas	(468.875)	(270.655)
Prejuízo do exercício	(468.875)	(270.655)
Prejuízo do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	(468.875)	(270.655)
Outros resultados abrangentes	(17.232)	(4.275)

	Telemar (2)	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Caixa e equivalentes de caixa	22.908	2.370
Passivos financeiros circulantes	-	991.786
Passivos financeiros não circulantes	-	2.267.310
Depreciação e amortização	(50.595)	(50.597)
Receitas de juros	21.015	16.869
Despesas de juros	(153.422)	(328.133)

	Telemar (2)	
Informações adicionais	**2014**	**2013**
Patrimônio líquido	1.565.111	1.079.108
Ações em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:	**7.600.369**	**3.176.941**
Ações ordinárias	7.600.369	3.176.274
Ações preferenciais	-	667
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Telemar detido pela controlada da Companhia, Jereissati Telecom *(em milhares de ações)*:	160.844	-
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Telemar detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel *(em milhares de ações)*:	2.826.846	614.799
Total participação (%) indireta da Companhia	5,6411%	9,9837%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	33.112	-

Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	582.120	208.828

(²) Representa as informações financeiras individuais da Telemar, controladora integral da Oi.

	Oi Consolidado	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Ativo circulante	49.286.795	17.687.138
Ativo não circulante	60.227.348	59.951.501
Passivo circulante	42.556.832	15.540.457
Passivo não circulante	40.920.801	43.031.476
Resultado abrangente total	45.126	(91.531)
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	28.247.099	28.422.147
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.614.681)	(16.533.947)
Despesas operacionais	(8.196.491)	(8.022.734)
Resultado financeiro líquido	(4.546.565)	(3.274.448)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício de operações continuadas	(809.430)	555.055
Lucro líquido (prejuízo) do exercício de operações descontinuadas	(4.414.539)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.223.969)	555.055
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	(5.225.259)	555.055
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído a sócios não controladores	1.290	-
Outros resultados abrangentes	136.657	(24.438)

	Oi Consolidado	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Caixa e equivalentes de caixa	2.449.206	2.424.830
Aplicações financeiras	171.415	492.510
Passivos financeiros circulantes	5.942.823	5.356.755
Passivos financeiros não circulantes	33.110.802	33.898.954
Depreciação e amortização	(5.772.113)	(5.695.144)
Receitas de juros	1.117.024	973.332
Despesas de juros	(3.449.878)	(2.722.382)
Despesa de imposto de renda	(698.792)	(35.963)

		Oi Consolidado	
Informações adicionais		**2014**	**2013**
Patrimônio líquido consolidado		26.036.510	19.066.706
Valor de mercado (*)		7.470.738	5.897.994
Ações em circulação do capital social *(em milhares de ações)* (**):		**842.766**	**1.640.028**
	Ações ordinárias	277.730	514.758
	Ações preferenciais	565.036	1.125.270
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom *(em milhares de ações)*:		157	1.574
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel *(em milhares de ações)*:		6.970	69.702
Total participação (%) indireta da Companhia		0,3186%	4,1489%

Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	4.587	18.304
Valor do investimento mensurado com base na cotação das ações no mercado	1.451	5.682
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	202.865	810.335
Valor do investimento mensurado com base na cotação das ações no mercado	64.404	250.229

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON R$9,24 e PN R$8,68 em 30/12/2014; ON R$3,61 e PN R$3,59 em 30/12/2013.

(**) Grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial (Nota 26 (ii) (f)).

Segmento de Contact Center e Serviços

	CTX (3)	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Ativo circulante	2.940	10.446
Ativo não circulante	96.702	120.305
Passivo circulante	5.710	6.119
Resultado abrangente total	17.777	27.841
Receitas operacionais	22.186	25.552
Resultado financeiro líquido	339	(1.491)
Lucro líquido do exercício de operações continuadas	22.525	24.061
Lucro líquido do exercício	22.525	24.061
Lucro líquido do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	22.525	24.061
Outros resultados abrangentes	(10.064)	(7.208)

	CTX (3)	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Caixa e equivalentes de caixa	1.878	2.388
Passivos financeiros circulantes	5.631	6.015
Receitas de juros	307	412
Despesas de juros	(199)	(1.820)

	CTX (3)	
Informações adicionais	**2014**	**2013**
Patrimônio líquido	93.932	124.632
Ações ordinárias em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:	**5.195.337**	**6.242.525**
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel *(em milhares de ações)*:	**-**	**2.182.442**
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada indireta da Companhia, Dronten *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:	**1.816.335**	**-**
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom *(em milhares de ações) (Nota 1(c))*:	**516.936**	**-**
Total participação (%) indireta da Companhia	35,6458%	18,0365%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	-	43.572
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Dronten	35.169	-

Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	9.972	-

(2) Representa as informações financeiras individuais da CTX, controladora integral da Contax Participações.

	Contax Participações Consolidado	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Ativo circulante	948.876	918.194
Ativo não circulante	1.704.878	1.720.422
Passivo circulante	1.005.819	933.277
Passivo não circulante	1.252.152	1.267.090
Resultado abrangente total	76.671	101.419
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	3.452.231	3.617.962
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.899.578)	(3.049.924)
Despesas operacionais	(313.372)	(371.672)
Resultado financeiro líquido	(93.852)	(100.702)
Lucro líquido do exercício de operações continuadas	96.646	103.620
Lucro líquido do exercício	96.646	103.620
Lucro líquido do exercício atribuído a sócios da empresa controladora	96.646	102.257
Lucro líquido do exercício atribuído a sócios não controladores	24.748	1.363
Outros resultados abrangentes	(24.748)	25.631

	Contax Participações Consolidado	
Informações financeiras	**2014**	**2013**
Caixa e equivalentes de caixa	371.626	383.710
Aplicações financeiras	25.457	56.916
Passivos financeiros circulantes	407.982	233.390
Passivos financeiros não circulantes	1.041.276	1.015.546
Depreciação e amortização	(173.459)	(207.176)
Receitas de juros	44.112	25.542
Despesas de juros	(142.501)	(130.413)
Receita (despesa) de imposto de renda	(48.783)	7.956

	Contax Participações Consolidado	
Informações adicionais	**2014**	**2013**
Patrimônio líquido	395.783	438.249
Valor de mercado	862.190	1.469.663
Ações em circulação do capital social *(em milhares de ações)*:		
Units	53.111	54.139
Ações ordinárias	65.256	65.234
Ações preferenciais	8.164	8.077
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Contax Participações detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel *(em milhares de ações – (Units))*:	**-**	**2.653**
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Contax Participações detido pela controlada indireta da Companhia, CTX *(em milhares de ações – (Units))*:		

	Units	**3.069**	
	Ações ordinárias	**63.250**	
Total participação (%) indireta da Companhia		9,9758%	6,9403%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel		-	16.897
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na CTX		96.701	120.305

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). UNT R$11,01 em 30/12/2014, ON R$3,99 em 7/102014 e PN R$2,09 em 30/12/2014; UNT R$20,00, ON R$5,48 e PN R$3,64 em 30/12/2013.

As companhias Telemar e CTX não possuem ações negociadas na Bolsa de Valores.

(c) Propriedades para investimentos

Ao custo

		Consolidado	
	Vida útil média remanescente em anos	**2014**	**2013**
Terrenos		422.130	387.782
Edificações, instalações e outros	38 a 60 (i)	3.534.225	2.610.286
Depreciação acumulada		(379.770)	(296.799)
		3.576.585	2.701.269
Ágio por mais valia de ativos (ii)			
Aquisição de 100% da SISP			
Terrenos		20.034	20.034
Edificações e instalações	40 (i)	8.777	8.777
Depreciação acumulada		(1.882)	(1.686)
		26.929	27.125
Aquisição de 100% da Solway			
Terrenos		9.318	9.318
Edificações e instalações	45 (i)	20.740	20.740
Depreciação acumulada		(4.100)	(3.683)
		25.958	26.375
Subscrições de ações da Wtorre Iguatemi			
Terrenos		5.433	5.433
Edificações e instalações	60 (i)	3.133	3.133
Depreciação acumulada		(131)	(78)
		8.435	8.488
Aquisição de 65,14% da RAS			
Edificações e instalações	45 (i)	10.289	10.289
Depreciação acumulada		(914)	(686)
		9.375	9.603
Subtotal		**3.647.282**	**2.772.860**
Eliminação lucros a realizar		(3.160)	(3.284)
Total		**3.644.122**	**2.769.576**

(i) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento é avaliada anualmente e reflete a natureza dos bens e sua utilização pela controlada direta Iguatemi.

(ii) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela controlada direta Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A controlada direta Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCRIOP e capitaliza ao custo do ativo os encargos desses financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2014, a controlada direta Iguatemi capitalizou o montante de R$13.223 (31/12/2013 - R$23.485).

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

	Consolidado	
	2014	**2013**
Saldo inicial	**2.769.576**	**1.919.765**
Adições	950.685	888.078
Baixas (*)	(957)	(747)
Depreciações	(75.306)	(37.644)
Outras movimentações	124	124
Saldo final	**3.644.122**	**2.769.576**

(*) Refere-se a baixa parcial do custo do terreno na cidade de São José do Rio Preto e Votorantim, objeto de negociação de VGV (valor geral de vendas).

A controlada direta Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento. A administração concluiu que não há indicativo de mudança significativa no valor justo em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado a seguir:

	2014			2013		
	Shoppings em operação	**Shoppings anunciados (*)**	**Total**	**Shoppings em operação**	**Shoppings anunciados (*)**	**Total**
Valor justo	7.589.202	53.629	7.642.831	6.316.833	544.730	6.861.563
Área bruta locável própria (mil m^2)	425	58	483	348	121	469

(*) Referem-se a posição das expansões e novos shoppings.

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos dos empreendimentos.

Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do "guidance").

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

Taxa de desconto real	8,4 % - 10,8% a.a.
Taxa de crescimento real na perpetuidade	2% - 3% a.a.

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração da Iguatemi concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Móveis e utensílios	**Equipamentos de processamento de dados**	**Instalações, máquinas e equipamentos**	**Benfeitorias em propriedades de terceiros**	**Outros Ativos**	**Total**
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 2013	**7.926**	**8.088**	**8.505**	**1.396**	**12.967**	**38.882**
Adições	36	350	1.764	28	374	2.552
Baixas	-	-	-	(259)	-	(259)
Saldo em 2014	**7.962**	**8.438**	**10.269**	**1.165**	**13.341**	**41.175**
Depreciação acumulada						
Saldo em 2013	**(2.701)**	**(6.353)**	**(1.787)**	**(120)**	**(6.314)**	**(17.275)**
Despesas de depreciação	(663)	(462)	(234)	(115)	(1.109)	(2.583)
Baixas	-	-	-	9	-	9
Saldo em 2014	**(3.364)**	**(6.815)**	**(2.021)**	**(226)**	**(7.423)**	**(19.849)**
Imobilizado líquido						
Saldo em 2013	5.225	1.735	6.718	1.276	6.653	21.607
Saldo em 2014	4.598	1.623	8.248	939	5.918	21.326
Taxa anual de depreciação (média)	10%	33,33%	10%	10%	20%	-

15. INTANGÍVEL

	Consolidado					
	Ágio ("Goodwill") (i)	**Sistemas de processamento de dados (ii)**	**Outros ativos**	**Ágio na aquisição de investimentos (iii)**	**Intangível em formação**	**Total**
Custo do intangível						
Saldo em 2013	**103.633**	**24.248**	**6.439**	**-**	**6.211**	**140.531**
Acervo vertido	-	-	-	26.565	-	26.565
Adições	-	-	2.342	-	4.231	6.573
Baixas	-	(2.502)	-	-	-	(2.502)
Transferências	-	5.855	356	-	(6.211)	-
Saldo em 2014	**103.633**	**27.601**	**9.137**	**26.565**	**4.231**	**171.167**
Amortização acumulada						
Saldo em 2013	**(15.464)**	**(12.539)**	**(3.016)**	**-**	**-**	**(31.019)**
Acervo vertido	-	-	-	(3.757)	-	(3.757)
Despesas de amortização	-	(4.850)	(1.725)	(927)	-	(7.502)
Baixas	-	(1.212)	-	-	-	(1.212)
Saldo em 2014	**(15.464)**	**(18.601)**	**(4.741)**	**(4.684)**	**-**	**(43.490)**

Intangível líquido						
Saldo em 2013	88.169	11.709	3.423		6.211	109.512
Saldo em 2014	88.169	9.000	4.396	21.881	4.231	127.677
Taxa anual de amortização (média)	-	20%	20%	-	-	-

(i) Ágios ("*Goodwill*")

A controlada direta Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R$14.025 (R$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R$89.608 (R$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado ("*goodwill").* O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R1).

(ii) Sistema ERP SAP

Refere-se a implantação e melhorias dos módulos do ERP SAP, cuja amortização é realizada linearmente por cinco anos. Os módulos em desenvolvimento são agregados ao custo do Projeto Ícaro (SAP), e iniciam sua amortização a partir de sua conclusão.

(iii) Ágio na aquisição de investimentos

Ágio advindo da parcela do acervo líquido vertido para as empresas Detmold e Dronten, referente a cisão parcial das companhias EDSP75 e LF Tel, respectivamente (Nota1(c)).

16. DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	-	-	8.400	-
Valores a receber	-	-	6.667	12.714
Contas a receber - stock option (i)	-	-	1.422	-
Adiantamentos a empregados	-	-	86	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	23	-
Despesas antecipadas de corretagem	-	-	-	627
Garantia créditos imobiliários (ii)	-	-	-	15.633
Outros	14	6	11.102	2.693
	14	**6**	**27.700**	**31.667**
Circulante	14	6	23.371	5.664
Não circulante	-	-	4.329	26.003

(i) Refere-se a valores a receber decorrente do exercício do direito do plano de pagamento baseado em ações pelos diretores da controlada Iguatemi.

(ii) Anteriormente os shoppings Praia de Belas Shopping Center e Shopping Center Iguatemi Florianópolis eram dados em garantia, em função de um crédito imobiliário. A partir de 29 de outubro de 2013, esta garantia passou a ser uma cessão fiduciária de aplicação financeira firmada com o Banco Santander (Brasil S/A) (Nota 17 (c)).

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Financiamentos, juros provisionados e outros encargos	124.390	247.661	1.072.207	1.037.455
Debêntures e juros provisionados	-	-	1.268.352	1.190.048
Subtotal	124.390	247.661	2.340.559	2.227.503
Custos de transação incorridos	-	-	(5.480)	(7.005)
Total	**124.390**	**247.661**	**2.335.079**	**2.220.498**
Circulante	2.705	123.783	339.945	341.392
Não circulante	121.685	123.878	1.995.134	1.879.106

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		
	2014	**2013**	**2014**	**2013**	**Vencimento**
Debêntures	-	-	1.268.352	1.190.048	Jan/2015 a Fev/2021
BNDES					
Moeda nacional	-	-	589.918	402.245	Jan/2015 a Jul/2031
Instituições financeiras					
Moeda nacional	124.390	247.661	481.207	633.975	Jan/2015 a Jan/2025
Instituições não financeiras	-	-	1.082	1.235	
Subtotal	124.390	247.661	2.340.559	2.227.503	
Custos de transação incorridos (i)	-	-	(5.480)	(7.005)	
Total	**124.390**	**247.661**	**2.335.079**	**2.220.498**	
Circulante	2.705	123.783	339.945	341.392	
Não circulante	121.685	123.878	1.995.134	1.879.106	

(i) Em 31 de dezembro de 2014: circulante R$1.875 e não circulante R$3.605 (31/12/2013: circulante R$1.776 e não circulante R$5.229).

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
CDI	124.390	247.661	1.512.498	1.430.702
TJLP	-	-	361.206	454.183
TR	-	-	292.747	-
IPCA	-	-	163.219	-
Pré fixado	-	-	4.327	334.378
IGP - DI	-	-	1.082	1.235
Total	**124.390**	**247.661**	**2.335.079**	**2.220.498**

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo, líquida do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2016	-	338.198
2017	30.451	304.345
2018	30.423	304.316
2019 e exercícios seguintes	60.811	1.048.275
Total	**121.685**	**1.995.134**

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	Consolidado
2016	(226)
2017	(360)
2018	(361)
2019 e exercícios seguintes	(2.658)
Total	**(3.605)**

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos ocorridas no exercício

(a) Empréstimos e financiamentos

Companhia

A Companhia renegociou a parcela vincenda em 28 de janeiro de 2015, do contrato de financiamento com o Banco Bradesco S.A. celebrado no ano de 2008. A renegociação teve como base o valor atualizado desta parcela no mês de janeiro de 2014, sendo que o valor principal será amortizado em 4 parcelas iguais de R$30.422, com vencimentos em 30/10/2017, 29/10/2018,

28/10/2019 e 28/10/2020 e os juros serão calculados a base de 100% CDI com vencimentos previstos para 28/10/2014, 28/11/2015 e 28/10/2016.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia amortizou a primeira parcela do principal acrescida de juros atualizados no montante de R$138.767 (31/12/2013 – R$114.370).

Segmento de Shopping Centers

Em 11 de julho de 2014, a controlada Iguatemi celebrou financiamento com o Banco Itaú S.A., no valor de R$78.000, com taxa TR + 9,50, sendo liberado na sua totalidade. A amortização ocorrerá no prazo de 144 meses a partir de julho de 2015, através do Sistema de Amortização Constante - SAC. Referido financiamento tem como objetivo a expansão do Shopping Center Iguatemi Porto Alegre.

Em 11 de julho de 2014, a controlada Iguatemi celebrou financiamento com o Banco Itaú S.A., no valor de R$152.000, com taxa TR + 9,50, sendo liberado na sua totalidade. A amortização ocorrerá no prazo de 144 meses a partir de dezembro de 2014, através do SAC. Referido financiamento tem como objetivo a expansão do Shopping Center Iguatemi Campinas.

A controlada Iguatemi e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos, celebrados nos anos de 2006, 2009, 2010, 2011 e 2012 e de 2013, contratados para a construção e expansão de shoppings centers.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada direta Iguatemi amortizou parcelas do principal mais juros atualizados, no montante de R$124.655 (31/12/2013 - R$284.923).

(b) Debêntures públicas e privadas

(b.1) Resumo das emissões de debêntures

Segmento de Shopping Centers

				Consolidado	
Emissor	**Emissão**	**Principal**	**Vencimento**	**2014**	**2013**
Iguatemi	1ª	R$200 milhões	2014	-	67.212
Iguatemi	2ª	R$330 milhões	2016	343.594	341.386
Iguatemi	3ª	R$300 milhões	2018	314.931	312.422
Iguatemi	4ª	R$400 milhões	2021	475.504	469.028
				1.134.029	**1.190.048**

Os custos totais de emissão das debêntures, a serem amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo, em 31 de dezembro de 2014 totalizam R$5.480, sendo o montante de R$1.875 registrado no circulante e R$3.605 não circulante.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada direta Iguatemi amortizou parcela do principal mais juros das debêntures da primeira emissão e juros atualizados das demais emissões no montante de R$182.304 (31/12/2013 - R$160.062).

Nanak

Em Assembleia Geral Extraordinária da Nanak, realizada em 28 de abril de 2014, foi aprovada a primeira emissão privada de 125.000 debêntures simples, de espécie quirografária, com garantia fidejussória, não conversível em ações, em uma única série, no valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando R$125.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados e associadas a uma opção irrevogável e irretratável de compras de ações de emissão (i) da Oi, caso a opção de compra seja exercida antes da incorporação de ações da Oi na Telemar (que passará a ser denominada "CorpCo") (Nota 26 (i)); ou (ii) da CorpCo, no caso de a opção de compra ser exercida após a incorporação de ações da Oi na Telemar, nos termos previstos na respectiva escritura de emissão das debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de abril de 2014 com vencimento final em 30 de outubro de 2019. A remuneração dessas debêntures será pelo IPCA com juros remuneratórios prefixados de 5% (cinco por cento), base 252 dias úteis, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a data da liquidação das debêntures. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em 30 de abril e em 30 de outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de abril de 2016. As debêntures possuem cláusulas de *covenants* de natureza financeira, contábil e societária que preveem o vencimento antecipado do saldo devedor destas debêntures.

Programação do Resgate das debêntures:

Data	*Quantidade*	*% do total das Debêntures*
30/04/2016	15.625	12,5
30/10/2016	15.625	12,5
30/04/2017	15.625	12,5
30/10/2017	15.625	12,5
30/04/2018	15.625	12,5
30/10/2018	15.625	12,5
30/04/2019	15.625	12,5
30/10/2019	15.625	12,5

Em 5 de maio de 2014 a integralização da totalidade destas debêntures foi feita no valor de R$125.932, em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Nanak, na mesma data em que ocorreu a liquidação financeira do aumento de capital da Oi.

Os recursos obtidos por meio desta emissão (R$125.000) foram destinados exclusivamente ao aporte de capital no FIA Caravelas (Nota 1 (c)). O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2014 é de R$134.323.

(c) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia 71.157.886 ações ordinárias e 71.157.886 ações preferenciais de emissão da Jereissati Telecom, de titularidade da Companhia.

Segmento de Shopping Centers

Para ambos os financiamentos celebrados com o Banco Itaú S.A. em 11 de julho de 2014, nos montantes de R$78.000 e de R$152.000, a controlada Iguatemi apresentou como garantia a fração de 40% do Shopping Center Iguatemi Campinas e a sua futura expansão.

Em 10 de julho de 2013, em virtude da cessão dos Créditos Imobiliários decorrentes da CCB e representados integralmente pela CCI à RB Capital, a controlada Iguatemi e a SJRP, constituíram, em favor da Cessionária, em garantia do pagamento, as seguintes garantias: a) alienação fiduciária de 80% da Fração Ideal Empreendimento (Shopping Center Iguatemi Rio Preto), percentual este de que a SJRP é proprietária, conforme Escritura de Permuta e Outras Avenças celebrada em 23 de janeiro de 2013, registrada junto ao Registro de Imóveis competente em 4 de fevereiro de 2013, através do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças celebrado entre a Iguatemi, a SJRP e a RB Capital na mesma data; b) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de 80% dos rendimentos líquidos provenientes da exploração do Empreendimento (Shopping Center Iguatemi Rio Preto), a ser constituída pela SJRP através do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado entre a Iguatemi, a SJRP, o Itaú Unibanco S.A., a Cessionária e a AEMP Administradora de Empreendimentos Ltda., (AEMP).; c) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de 64% dos rendimentos líquidos provenientes da exploração do Shopping Center Iguatemi Brasília até que o Futuro Shopping Centers Iguatemi Rio Preto comece a performar; d) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de operação de derivativo contratada pela Devedora com o Itaú BBA em 27 de junho de 2013, através da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa n.º 109813060121200, contratado a taxa de 92,50% CDI.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal correspondente a 50% de cada um dos imóveis onde estão localizadas as lojas que compõem o Market Place Shopping Center, registrado nas matrículas 154.271 a 154.419 do 15º Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada direta Iguatemi a garantia para 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC, através do 4° Aditivo ao Instrumento Particular de Concessão de Financiamento para Construção do Imóvel.

Para (i) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, em 27 de outubro de 2006; (ii) o financiamento com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006; e (iii) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária com a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF e o Banco Santander, em 08 de agosto de 2006; a controlada direta Iguatemi em 06 de janeiro de 2014 assinou com o Banco Santander o Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Concessão de Financiamento para Construção de Imóvel Comercial onde constitui a Garantia Adicional – Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira nº 0033368926000007391, de 29 de outubro de 2013 – Instituição Emissora – Banco Santander (Brasil S/A), no valor de R$15.380, em substituição as garantias anteriormente concedidas: (i) cessão fiduciária em garantia ao Banco Santander dos direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada direta Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas; e (ii) alienação ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (a) os imóveis, objeto do financiamento (participação de 20%), bem como todas as benfeitorias e acessões acrescidos a estes; (b) a fração ideal de 3,1% de

cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do PBSC; e (c) a cessão fiduciária dos créditos de que a controlada direta Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC.

Nanak

Para a primeira emissão privada de debêntures da Nanak, aprovada em AGE realizada em 28 de abril de 2014, a sua controladora Jereissati Telecom prestou fiança em favor dos debenturistas, obrigando-se como fiadora e principal pagadora solidariamente com a Nanak, por todas as obrigações da Nanak decorrentes da respectiva escritura de emissão.

(d) "Covenants"

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos, os quais foram cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, exceto pelas cláusulas dos contratos firmados com o BNDES, descrito abaixo.

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que prevêem o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as ações oferecidas como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas;
- Transferência ou alteração, a qualquer título, do controle acionário da Companhia, que resulte na cessão de ativos ou participações societárias para acionistas estranhos ao atual quadro societário da Companhia.

Segmento de Shopping Centers

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada direta Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente. Em 1º de setembro de 2014, para os empréstimos descritos a seguir, a controlada Iguatemi assinou aditivo aos contratos alterando o índice financeiro Dívida Líquida/EBTIDA de até 3,0 para até 3,5 e Dívida Líquida/PL até 0,80: (i) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, em 27 de outubro de 2006 cujo montante atual é de R$3.750; (ii) o financiamento com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006, cujo montante atual é de R$4.044; e (iii) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária com a Fundação

dos Economiários Federais - FUNCEF e o Banco Santander, em 08 de agosto de 2006, cujo montante atual é de R$1.325.

As debêntures, cujos montantes totalizavam em 31 de dezembro de 2014 R$1.134.029, possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00.

Contratos de financiamentos com o BNDES e a controlada Iguatemi

A controlada Iguatemi e o BNDES possuem contratos de financiamentos no montante de R$ 122.453. Tais contratos possuem obrigações de manutenção de índice financeiro ("covenant") de dívida líquida sobre EBTIDA inferior ou igual a 3,0x. Em 31 de dezembro de 2014 a controlada apresentou índice superior a tal limite. Entretanto, tais contratos possibilitam que a controlada apresente, em até 60 dias após a notificação do BNDES, garantias reais correspondentes a, no mínimo, 130% do financiamento da dívida ou por prestação de fiança bancária emitida por instituição financeira que possua grau de notória solvência a critério do BNDES. Na avaliação da administração, a controlada possui plena capacidade de apresentar tais garantias complementares caso requerida uma vez que possui ativos disponíveis em valores superiores aos definido contratualmente o que corrobora a classificação contábil dos financiamentos de acordo com suas condições de vencimento inicialmente estabelecidas.

Adicionalmente, a controlada obteve, em 10 de março de 2015, juntamente ao BNDES, uma liberação "waiver" de atendimento ao referido limite referente as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, bem como alterou o índice financeiro ("covenant") de dívida líquida sobre EBTIDA para inferior ou igual a 3,5x a partir de próxima medição.

Nanak

A primeira emissão privada de debêntures da Nanak possui cláusulas contratuais que prevêem o vencimento antecipado do saldo devedor. As principais estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Nanak;
- Ocorrência, de protesto reiterado de títulos da Nanak, em valor individual ou agregado, que ultrapasse em 12 meses consecutivos, o valor de R$10 milhões;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as atividades da Nanak;
- Alteração efetiva, por qualquer meio, ou transferência de controle;
- Aprovação de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Nanak;
- Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte da Nanak, ou entidade integrante do grupo econômico da Companhia.

(e) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Segmento de Shopping Centers

As principais linhas de crédito contratadas pela controlada direta Iguatemi e suas controladas são: (a) em 31 de janeiro de 2013, financiamento com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R$115.000, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 31 de

dezembro de 2014 tinham sido liberados R$109.250; (b) em 9 de novembro de 2012, financiamento com o BNDES no valor de R$117.312 para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 31 de dezembro de 2014 tinham sido liberados R$114.853.

18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Parcelamento da Lei 11.941/2009)	614	771	5.346	39.791
Total	**614**	**771**	**5.346**	**39.791**
Circulante	157	157	1.365	12.826
Não circulante	457	614	3.981	26.965

O Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora				
				2014	**2013**
	Principal	**Multa**	**Juros**	**Total**	**Total**
COFINS/PIS	188	8	198	394	494
Imposto de renda	13	2	30	45	58
IOF	65	2	108	175	219
Total	**266**	**12**	**336**	**614**	**771**

	Consolidado				
				2014	**2013**
	Principal	**Multa**	**Juros**	**Total**	**Total**
COFINS/PIS	188	8	198	394	21.495
Imposto de renda	1.506	226	1.849	3.581	12.898
Contribuição social	-	-	-	-	3.006
CSLL	570	78	723	1.371	1.721
Outros	-	-	-	-	671
Total	**2.264**	**312**	**2.770**	**5.346**	**39.791**

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	**Controladora**	**Consolidado**
2015	157	1.365
2016	157	1.365
2017	157	1.365

2018 a 2020	143	1.251
Total	**614**	**5.346**

19. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Cível	-	-	24.143	22.592
Trabalhistas	4.758	8.221	5.235	8.943
Tributárias	278	278	2.856	2.209
	5.036	**8.499**	**32.234**	**33.744**

Detalhamento dos processos por natureza de risco

	Controladora		
			2014
Risco	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Total**
Provisões	278	4.758	5.036
Passivos contingentes (i)	26.291	3.000	29.291

	Controladora		
			2013
Risco	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Total**
Provisões	278	8.221	8.499
Passivos contingentes (i)	29.857	260	30.117

	Consolidado			
				2014
Risco	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisões	2.856	5.235	24.143	32.234
Passivos contingentes (i)	61.006	3.207	67.115	131.328

	Consolidado			
				2013
Risco	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisões	2.209	8.943	22.592	33.744
Passivos contingentes (i)	81.142	5.282	3.020	89.444

(i) Representam os processos cujas chances de perdas são classificadas como possíveis.

Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais:

	Controladora		
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 01/01/2013	**278**	**8.479**	**8.757**
Adições / reversões (Nota 6)	-	169	169
Baixas por pagamentos/ encerramentos	-	(637)	(637)
Atualização (reversão) monetária (Nota 7)	-	210	210
Saldo em 31/12/2013	**278**	**8.221**	**8.499**
Baixas por pagamentos/ encerramentos	-	(3.463)	(3.463)
Saldo em 31/12/2014	**278**	**4.758**	**5.036**

	Consolidado			
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 01/01/2013	**22.303**	**9.173**	**22.310**	**53.786**
Adições / reversões (Nota 6)	(20.371)	168		(20.203)
Baixas por pagamentos/ encerramentos	-	(636)	-	(636)
Atualização (reversão) monetária (Nota 7)	277	238	282	797
Saldo em 31/12/2013	**2.209**	**8.943**	**22.592**	**33.744**
Adições / reversões (Nota 6)	918	69	-	987
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(351)	(3.777)	-	(4.128)
Atualização (reversão) monetária (Nota 7)	80	-	1.551	1.631
Saldo em 31/12/2014	**2.856**	**5.235**	**24.143**	**32.234**

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Trabalhista

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas movidos por ex-empregados da empresa Proconsult Ltda, que está desativada. A responsabilidade da Companhia foi reconhecida somente nos casos em que o período de trabalho do reclamante, na empresa Proconsult Ltda, é coincidente com o período em que a Companhia possuía uma pequena participação societária na Proconsult Ltda. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2014 é R$532 (31/12/2013 - R$4.056). Adicionalmente a Companhia mantem provisões para face a outras perdas de natureza trabalhista (INSS), cujo montante em 31 de dezembro de 2014 é de R$4.226 (31/12/2013 - R$4.165).

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como

responsável solidária. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, em 31 de dezembro de 2014 no montante de R$477 (31/12/2013 - R$411).

Tributária

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi, constituiu diversas provisões para fazer face a potenciais perdas com processos, que referem-se substancialmente a processos administrativos de cobrança de ISS pela Prefeitura de Campinas e IPTU pela Prefeitura de Votorantim e Sorocaba, cujos valores no consolidado em 31 de dezembro de 2014 montam R$1.626 (31/12/2013 - R$732).

Cível

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no Shopping Center Boulevard Iguatemi, equivalente a 3,58% desse empreendimento. O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial. A controlada Iguatemi constitui provisão para fazer face a eventuais perdas, cujos valores montam em 31 de dezembro de 2014 R$24.143 (31/12/2013 – R$22.592).

Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis e remotas na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas cuja expectativa de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos. O total envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2014 é de aproximadamente R$3.000 (31/12/2013 - R$260).

Tributária

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda. Em 31 de dezembro de 2014 os valores estimados totalizavam R$26.291 (31/12/2013 - R$29.857).

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e indenizatórias surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo "possível" risco de perda.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os valores estimados de perda totalizam R$30.448 (31/12/2013 - R$46.172), R$67.115 (31/12/2013 - R$3.020), R$110 (31/12/2013 – R$4.925) respectivamente. Os processos cíveis são substancialmente cobertos por apólice de seguro conforme Nota 25 (b).

Segmento de Telecomunicações

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária e trabalhista, envolvendo "possível" risco de perda, relacionados substancialmente, a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e INSS. Em 31 de dezembro de 2014 os valores estimados de perda totalizavam R$4.267 e R$97, respectivamente (31/12/2013 - R$5.113 e R$97, respectivamente).

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Receitas a apropriar (i)	-	-	77.074	61.767
Aquisição participação Outlet (iii)	-	-	14.149	13.280
Repasse contratual Co-part Previ (viii)	-	-	7.894	5.267
Aquisição de terreno Tijucas SC (iv)	-	-	2.700	-
Retenções contratuais (ii)	-	-	1.548	19.431
Aquisição do terreno Nova Lima BH (v)	-	-	718	718
Recompra de pontos	-	-	30	435
Aquisição do terreno São José do Rio Preto (vi)	-	-	-	4.980
Lucros a realizar (vii)	3.160	3.284	-	-
Outros	34	795	12.454	15.263
	3.194	**4.079**	**116.567**	**121.141**
Circulante	34	795	35.197	25.331
Não circulante	3.160	3.284	81.370	95.810

(i) Os recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) são contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.

(ii) Retenções para indenizações após a venda do Shopping Center Boulevard Iguatemi Rio.

(iii) Saldo remanescente do contas a pagar, referente a aquisição da fração de 41% do Outlet Premium em Novo Hamburgo – RS. Este saldo é atualizado pelo IPCA (IBGE), com liquidação prevista para 30 de junho de 2015.

(iv) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento no município de Tijucas em Santa Catarina.

(v) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento

em Minas Gerais

(vi) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento em São José do Rio Preto.

(vii) Valor referente a venda para a controlada Iguatemi, de 5% das cotas de participação do SCISP detidas pela Companhia.

(viii) Refere-se ao repasse das luvas recebidas conforme contrato de venda de participação do Shopping Center Iguatemi Esplanada a PREVI.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R$784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2014	**2013**
Capital total em ações		
Ações ordinárias	385.823	385.823
Ações preferenciais	578.116	578.116
Total	**963.939**	**963.939**
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	(49)	(49)
Ações preferenciais	(6.241)	(6.099)
Total	**(6.290)**	**(6.148)**
Ações em circulação		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	571.875	572.017
Total das ações em circulação	**957.649**	**957.791**
Valor patrimonial por ação em circulação (R$)	**1,65**	**1,81**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2014, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.240.900 ações preferenciais de sua própria emissão, pelo custo histórico de aquisição no montante de R$3.815. Em 31 de dezembro de 2013 as ações em tesouraria representavam 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais, pelo custo histórico de R$3.615.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data do fechamento do exercício era o seguinte:

	2014		2013	
	Preferenciais	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Ordinárias**
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	6.241	49	6.099	49
Cotação por ação na BOVESPA (R$) (i)	1,22	1,71	1,70	1,71
Valor de mercado	**7.614**	**84**	**10.368**	**84**

(i) Base é o preço médio da ação no último dia de negociação do mês (ON R$1,71 22/04/2014 e PN R$1,22 30/12/2014)

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é constituída substancialmente pela parcela do lucro líquido de cada exercício, não realizada financeiramente. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta reserva era composto pelo montante de R$148.793, tendo sido o prejuízo apurado no exercício em 31 de dezembro de 2014, absorvido parcialmente pelo saldo desta reserva.

Movimentação da reserva de lucros a realizar nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Saldo constituído anteriormente não realizado	167.462
Constituição de reserva no ano:	28.203
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2012	195.665
Parcela realizada financeiramente (*)	(51.607)
Saldo constituído anteriormente não realizado	144.058
Constituição de reserva no ano:	4.735
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2013	**148.793**
Absorção de parte do prejuízo do exercício	(148.793)
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2014	**-**

(*) Parcela realizada financeiramente pelo recebimento de dividendos das controladas no exercício findo em 31/12/2013.

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 de R$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do exercício após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia. É composta pelo montante de R$665.448 em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Reserva de especial de dividendos

A reserva de especial de dividendos foi constituída nos termos do parágrafo 4º do art. 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta reserva era composto pelo montante de R$30.606, tendo sido o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, absorvido parcialmente pelo saldo desta reserva no montante de R$23.915, permanecendo o montante de R$6.611 em 31 de dezembro de 2014.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas da Companhia, utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas.

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

A Companhia não distribuirá dividendos devido ao prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R$172.708.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes reflexos de ágio em transação de capital de seus negócios controlados em conjunto, mensurados pelo método de equivalência patrimonial, ágio pago na aquisição de ações de acionistas não controladores e as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.*

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes reflexos dos negócios controlados em conjunto que incluem itens de receita, despesa, ajustes de conversão, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e.3) Ajuste de avaliação Patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos substancialmente, os ajustes reflexos de ações em tesouraria das controladas diretas e negócios controlados em conjunto.

(f) Lucro (prejuízo) por ação

Lucro (prejuízo) básico:

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios.

Lucro (prejuízo) atribuível à Companhia

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(172.708)	11.838
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	(172.708)	4.768
Lucro alocado às ações preferenciais	-	7.070
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	571.934	572.017
Lucro (prejuízo) por centavos de ação:		
Ações ordinárias	(0,4477)	0,0124
Ações preferenciais	-	0,0124

Lucro (prejuízo) diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

(i) ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
(ii) ajuste do resultado de equivalência do negócio controlado em conjunto CTX e Contax Participações considerando os efeitos do plano de opções de ações da Contax Participações.
(iii) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da Telemar por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e
(iv) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da LF Tel por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Os eventos (iii) e (iv) descritos acima, os quais geraram efeito anti dilutivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram considerados nos cálculos abaixo.

Prejuízo atribuível à Companhia

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(172.708)	11.838
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi referente ao plano de opções de ações	(681)	(957)
Impacto dilutivo sobre equivalência da CTX e Contax Participações referente ao plano de opções de ações	(31)	(13)
	(173.420)	10.868
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	(173.420)	4.377
Lucro alocado às ações preferenciais	-	6.491
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	571.934	572.017
Lucro (prejuízo) por centavos de ação:		
Ações ordinárias	(0,4495)	0,0113
Ações preferenciais	-	0,0113

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Participações dos empregados nos lucros

A Companhia e suas controladas possuem plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, no mês de abril.

(b) Plano de previdência complementar privada

A Companhia e suas controladas Iguatemi e Jereissati Telecom mantêm plano de previdência complementar (contribuição definida) na Itaú Vida e Previdência S.A. Esse plano é opcional aos funcionários, e a Companhia e suas controladas contribuem com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

A controlada direta Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações ("Plano") para funcionários pré-selecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da controlada direta Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo seu Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Critérios gerais dos programas de outorga

Programa 2008

Em 18 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2008 ("Programa 2008"). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008, na data de outorga, é de R$13,78 por ação, correspondente ao preço médio das ações da Iguatemi nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2012

Em 14 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração da controlada direta Iguatemi aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2012 ("Programa 2012"). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2012, na data de outorga é de R$18,00 por ação, correspondente ao preço médio das ações da Iguatemi nos últimos 30 pregoes da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga (31 de março de 2012), ao qual foi aplicado um desconto de 10%. O preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 respectivamente, segue um resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

	2014		2013	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação no início do exercício	3.746.000	R$ 16,56	3.870.000	R$ 17,58
Opções exercidas	(748.800)	R$ 17,71	(124.000)	R$ 16,01
Opções em circulação no fim do exercício	2.997.200	R$ 17,76	3.746.000	R$ 16,56

As opções de compra de ações em circulação no final de cada período têm as seguintes características:

	Opções em circulação

DATA	Opções em circulação no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício (em R$)	Opções exercíveis no fim do exercício
31 de dezembro de 2013	3.746.000	58	16,47 – 16,56	1.760.000
31 de dezembro de 2014	2.997.200	46	17,66 – 17,76	1.011.200

Impactos no resultado e no patrimônio líquido

A despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R$5.003 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R$8.559). O impacto no patrimônio líquido foi de R$689 devido ao registro da provisão e as opções exercidas no exercício.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Black-Scholes". Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica de 4 anos anteriores a data de outorga.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis de cada companhia.

Em decorrência das alterações nas normas dos CPC 36 (IFRS 10) e CPC 19 (IFRS 11), a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a consolidar em suas Informações Financeiras somente o segmento de Shopping Centers e os segmentos de Telecomunicações e Contact Center e Cobrança, passaram a ser avaliados e apresentados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 1). Desta forma, as informações relevantes destes segmentos de negócios estão apresentadas na Nota 13.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

	Controladora		Consolidado	
Transações	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	28.031	22.645	-	-
LF Tel S.A. (Nota 1(c))	-	1	-	1
Dronten RJ Participações S.A. x Outros (Nota 1(c))	1	-	986	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Fleury Alliegro Imóveis Ltda.	-	-	-	66
Jereissati Telecom S.A.	-	1.604	-	-
Total de dividendos a receber	**28.032**	**24.250**	**986**	**67**

Ativo não circulante				
Mútuos com partes relacionadas				
Jereissati Telecom S.A. x South Mall Holding Ltda (i)	-	-	4.309	3.721
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi São José fo Rio Preto	-	-	4.908	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praia de Belas Shopping Center		-	6.946	15.587
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Federação das Entidades Assistenciais de Campinas	-	-	55.543	18.280
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	26.654
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	-	27.472
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	-	-	11.055	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outros	**-**	**-**	3.522	-
Total de mútuos com partes relacionadas	**-**	**-**	**86.283**	**91.714**
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Jereissati Telecom S.A. x Dronten RJ Participações S.A. (Nota 1 (c))	-	-	-	7.600
Total de adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	**-**	**-**	**7.600**
Total do Ativo	**28.032**	**24.250**	**87.269**	**99.381**
Passivo Circulante				
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar pela Companhia	227	21.539	227	21.539
Dronten RJ Participações S.A. x Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A. (Nota 1(c))	-	-	511	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Participa Empreendimentos Imob. e Participações Ltda.	-	-	-	1.023
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Acionistas não controladores	-	-	25.970	20.846
Jereissati Telecom S.A. x Outros		-	82	499
Total do Dividendos a pagar	**227**	**21.539**	**26.790**	**43.907**
Mútuos com partes relacionadas				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outras	**-**	-	-	447
Total de mútuos com partes relacionadas	**-**	**-**	**-**	**447**
Passivo não circulante				
Mútuos com partes relacionadas				
Jereissati Telecom S.A. x Detmold RJ Participações S.A. (ii)				203.437
Detmold RJ Participações S.A.		-	120	-
Total com Mútuos com partes relacionadas	**-**	**-**	**120**	**203.437**
Total do Passivo	**227**	**21.539**	**26.910**	**247.791**
Resultado do exercício				

Serviços prestados (iii)				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (iii)	2.154	2.323	-	-
Outros serviços prestados a Iguatemi	41	39	-	-
Receitas (despesas) financeiras (iv)				
South Mall Holding Ltda	-	-	587	299
Total da Receitas (despesas) financeiras (iv)	**-**	**-**	**587**	**299**

(i) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada direta Jereissati Telecom e a Southmall Holding Ltda, uma das controladoras da Companhia, com vencimento em 30/06/2020 e taxa de juros taxa de 100% CDI CETIP.

(ii) Em 31 de março de 2011, a controlada Jereissati Telecom celebrou com seu negócio controlado em conjunto EDSP75 Participações S.A., instrumento particular de contrato de mútuo, que prevê a obtenção de empréstimo no montante de R$203.437, sem juros e correção monetária e liquidável em 20 anos contados a partir da data de celebração inicial. Com a cisão da EDSP75 realizada em 21 de março de 2014 (Nota 1 (c)), o crédito foi transferido para a Detmold, nas mesmas condições contratuais originalmente celebradas entre a Jereissati Telecom e a EDSP75.Tal contrato pode, a qualquer momento durante o seu prazo de vigência, a critério da controlada Jereissati Telecom, ser amortizado parcialmente ou liquidado, não possuindo a Administração, contudo, previsibilidade quanto a tal liquidação.

(iii) A Companhia presta serviços de consultoria à sua controlada Iguatemi e é sua avalista na emissão das notas promissórias concedidas pela Iguatemi ao BNDES. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a título de prestação de serviços, receitas no montante de R$1.560 (31/12/2013 – R$1.560); a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R$594 (31/12/2013 - R$763).

(iv) Receitas e despesas financeiras referentes a atualização dos mútuos entre a Companhia e partes relacionadas.

(b) Garantias

Companhia

A Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada direta Iguatemi ao BNDES e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, registrou à título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R$594 (31/12/2013 - R$763).

Segmento de Shopping Centers

Em 18 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi na qualidade de interveniente o Instrumento Particular de Financiamento para Construção de Imóvel com Garantia Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças – Contrato nº 1595/13 a ser firmado por sua controlada CSC 41 Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.631.610/0001-68, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42), no valor de R$115.000 (cento e quinze milhões de reais), com taxa de juros CDI + 1% ao ano e prazo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses para desenvolvimento das obras do Shopping Center Esplanada.

Em 15 de agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada CSC41 Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 732/2012, de 17.07.2012, financiamento no valor de R$117.312, divididos em 4 (quatros) subcréditos, sendo que recebido até a presente data R$113.025, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP.

Em 01 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIRP Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 437/2001, de 10.05.2011, financiamento no valor de R$141.441, divididos em 3 (três) subcréditos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto/SP.

Em 7 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 456/2010, de 25.05.2010, financiamento no valor de R$138.760, divididos em 3 (três) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Alphaville, em Barueri/SP.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Benefícios de curto prazo	4.658	4.675	24.847	23.846
Remuneração com base em ações	-	-	2.247	3.844
	4.658	**4.675**	**27.094**	**27.690**

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada direta Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, cujos períodos de cobertura estendem-se até 28 de setembro de 2015:

(a) Seguro de riscos nomeados

A controlada direta Iguatemi contratou seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Allianz Seguros S.A (51%) e com a Itaú Seguros S.A. (49%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R$533.006 relativos aos danos materiais e lucros cessantes.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes	Total
Shopping Center Iguatemi São Paulo e Torres	300.937	227.069	528.006
Shopping Center Iguatemi Campinas	295.107	118.046	413.153
Shopping Center Iguatemi JK	288.720	87.592	376.312
Shopping Center Praia de Belas	248.393	71.255	319.648
Shopping Center Iguatemi Esplanada	274.973	41.993	316.966
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	182.145	118.606	300.751
Shopping Center Iguatemi Alphaville	201.969	49.822	251.791
Shopping Center Iguatemi Brasília	179.268	63.921	243.189
Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto	213.355	29.373	242.728
Market Place Shopping Center	164.025	61.519	225.544
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	169.509	40.048	209.557
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	173.083	29.064	202.147
Shopping Center Galleria	111.315	35.623	146.938
Shopping Center Esplanada	75.081	51.220	126.301
Shopping Center Iguatemi São Carlos	91.192	17.508	108.700
Outlet Novo Hamburgo	80.000	11.622	91.622
Market Place Tower I	65.163	15.818	80.981
Market Place Tower II	59.362	15.818	75.180
Power Center	17.675	4.447	22.122
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	7.117	-	7.117

(b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada direta Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada direta Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R$10.000 e pode ser dividida em: (a) shopping centers e condomínio; (b) estabelecimentos comerciais e/ou industriais: para os locais das holdings; (c) objetos pessoais de empregados com sublimite de R$40.000; (d) estabelecimentos de hospedagem, restaurante, bares, boates e similiares; (e) responsabilidade civil do empregador; (f) riscos contingentes de veículos; (g) danos ao conteúdo das lojas; (h) falha profissional da área médica (sublimite de R$1.000); (i) obras civis e/ou serviços de montagem e instalação condicional de: erro de projeto, cruzada, danos materiais ao proprietário da obra; (j) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R$500); (k) alagamento/ inundação para responsabilidade civil garagista e (l) danos morais para todas as coberturas.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

(i) Reorganização Societária (União das atividades entre a Oi e a PT)

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom SGPS S.A. ("PT"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF, a PASA Participações S.A. ("PASA"), a EDSP75, a Bratel Brasil S.A. ("Bratel Brasil"), a Avistar, SGPS, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("OnGoing") haviam celebrado memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regulariam as negociações para uma potencial operação envolvendo a PT, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia ("CorpCo"), que reuniria os acionistas da Oi, da PT e da TelPart e combinaria as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela PT em Portugal, na África e na Ásia, com o objetivo de consolidar a aliança industrial entre Oi e PT ("Operação").

Em 19 de fevereiro de 2014, no seguimento do memorando celebrado em 1 de outubro de 2013, a Oi e a PT celebraram os instrumentos contratuais definitivos que descrevem as etapas necessárias à implementação da Operação ("Contratos Definitivos"). Nestes Contratos Definitivos, ficou estabelecido que a TelPart seria a companhia que reuniria os acionistas da Oi e da PT, tendo-se previsto, ainda, as diversas etapas da Operação, dentre as quais:

(a) Aumento de capital da Oi, mediante oferta pública de ações da Oi, aprovado nas reuniões do Conselho da Administração realizadas em 28 de abril de 2014, 30 de abril de 2014 e de 5 de maio de 2014;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento, o que ocorreu em 5 de maio de 2014;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, que ocorreu em 5 maio de 2014 e da Bratel Brasil e TelPart, visando simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A. Em maio de 2014, após a sua capitalização, a TelPart não possuí dividas.

(d) Listagem das ações da TelPart no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart; e

(e) Incorporação das ações da Oi na TelPart, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da TelPart.

Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a Operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos.

Os Contratos Definitivos também previam inicialmente a incorporação da PT pela TelPart, em função da qual os acionistas da PT receberiam um número de ações da TelPart equivalente ao número de ações da TelPart detidas pela PT, imediatamente antes da incorporação.

Em virtude das negociações entre a Oi e a PT relativas às aplicações financeiras realizadas pela PT em títulos de emissão da Rio Forte Investments S.A. ("Rio Forte"), a incorporação da PT pela

CorpCo deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo da PT adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT.

Após a conclusão da operação, as ações da TelPart estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

Em 14 de janeiro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade"), sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

Aumento de capital da Oi mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com os Contratos Definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Oi realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014, o aumento do capital social da Oi no montante de R$13.217.865 mediante a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de "*American Depositary Shares"* ("ADSs") e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs. Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi ("Ações Suplementares"), no montante de R$742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Oi passou a ser de R$21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R$2,17 por ação ordinária e R$2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs ("ADSs ON", cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US$0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs ("ADSs PN", cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US$0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela PT em bens, por meio da contribuição à Oi da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual detém a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da PT, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Oi e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da PT na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Ativos PT"), aprovado em assembleia geral de acionistas da Oi realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Oi totalizou o valor bruto de R$13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R$5,71 bilhões.

Em consequência ao aumento de capital da Oi, (i) a participação da controlada indireta Telemar junto com a sua controlada Valverde passou de 16,34% para 3,66%. Em virtude desta diluição, a Telemar reconheceu uma perda de variação de percentual de participação no montante de R$2.340.339; (ii) a participação direta na Oi detida pela controlada indireta LFTel, passou de 4,25% para 0,83%, com o reconhecimento de uma perda no seu resultado, na linha de "Ganhos, líquidos de perdas de participações", no montante R$528.110, impactando negativamente o resultado do exercício da sua controladora EDSP75, no montante de R$455.020 e consequentente a controladora da EDSP75, a Sayed, também registrou um impacto no seu resultado no montante de R$209.855.

Ambos os impactos nas companhias, EDSP75 e Sayed, afetaram a linha de resultado de equivalência patrimonial. A controlada indireta LF Tel, também reconheceu uma perda no montante de R$870.454, diretamente no seu patrimônio líquido na linha de "Variação de participações em investimento reflexa", em consequência dos impactos descritos no item (i) pela sua participação direta na Telemar; e consequentemente a controlada indireta EDSP75, controladora da LF Tel, registrou uma perda reflexa diretamente no seu patrimônio líquido na linha de "Variação de participações em investimento reflexa" no montante de R$807.733. A Sayed, controladora em conjunto da EDSP75, também registrou uma perda reflexa diretamente no seu patrimônio líquido na linha de "Variação de participações em investimento reflexa" no montante de R$357.577; (iii) a participação direta na Oi detida pela controlada Jereissati Telecom, passou de 0,10% para 0,02%, impactando o seu resultado do exercício, na linha de "Ganhos, líquidos de perdas de participações" no R$11.923. A controlada direta Jereissati Telecom, também registrou uma perda no montante de R$248.438 diretamente no seu patrimônio líquido na linha de "Variação de participações em investimento reflexa", e uma perda diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante de R$217.297, em consequência dos impactos descritos nos itens (ii) e (iii) pela sua participação indireta na LF Tel.

Em decorrência dos efeitos descritos nas controladas indiretas Telemar e LF Tel e na controlada direta Jereissati Telecom, a Companhia registrou uma perda diretamente no seu resultado, impactando a linha de resultado de equivalência patrimonial, no montante de R$181.932 e uma perda registrada diretamente no seu patrimônio líquido na linha de "Variação de participações em investimento reflexa", no montante de R$197.185.

Todos os efeitos em virtude do aumento de capital na Oi, acima descritos, foram parcialmente compensados pelas conversões e integralizações das debêntures emitidas pela Sayed, EDSP75, LF Tel e Telemar (Nota 1 (c)).

Riscos relacionados às operações na África e na Ásia

É possível que não se consiga alienar a participação da Oi na Africatel ou alienená-la por um valor que exceda o seu valor contábil apresentado nas Demonstrações Financeiras da Oi. Uma eventual redução do valor justo de mercado em que o investimento indireto na Unitel está registrado nas Demonstrações Financeiras poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Oi.

No dia 17 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Oi autorizou a realização das medidas necessárias para vender as ações de emissão da Africatel, que representam 75% do capital desta. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 a participação na Africatel foi reclassificada para mantida para venda. A Oi contratou um assessor financeiro para auxiliar na venda da sua participação na Africatel.

Em 31 de dezembro de 2014, foi registrado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Oi como ativos mantidos para venda R$7.643 milhões relacionados a sua participação na Africatel, inclusive R$1.261 em dividendos acumulados devidos à Oi pela Unitel e R$4.164, representando o valor justo da participação de 25% da Africatel na Unitel no momento do aumento de capital da Oi e registrados como passivos mantidos para venda no valor de R$851 milhões relativos à participação da Oi na Africatel.

Talvez não seja possível vender a participação da Oi na Africatel ou alienená-la por um valor que exceda o seu valor contábil. O valor contábil do investimento indireto na Unitel é testado para

verificar se há redução do valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor desse investimento indireto poderá ser inferior ao seu valor justo de mercado, que é o valor contabilizado. Uma eventual redução do valor recuperável desse investimento poderá ter efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Oi.

Não é possível assegurar quando a PT Ventures irá receber o montante relativo aos dividendos declarados e devidos à PT Ventures pela Unitel ou quando a primeira receberá dividendos que poderão vir a ser declarados para o exercício de 2013 e exercícios posteriores.

Desde novembro de 2012, a PT Ventures não recebeu nenhum pagamento relativo aos valores em aberto devidos pela Unitel em relação aos dividendos por ela declarados para os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Com base nos dividendos declarados pela Unitel para esses exercícios, a PT Ventures tem direito a receber um total de US$ 190,0 milhões (R$ 504 milhões) para o exercício de 2012, US$ 190,0 milhões (R$ 504 milhões) para o exercício de 2011, e US$ 157,5 milhões (R$ 418 milhões) para o exercício de 2010. Até à data deste relatório, a PT Ventures só havia recebido US$ 63,7 milhões (R$ 169 milhões) da sua parcela dos dividendos declarados pela Unitel, relativos ao exercício de 2010 e não recebeu nenhum montante dos dividendos declarados para os exercícios de 2011 e 2012.

Em assembleia geral da Unitel, realizada em 4 de novembro de 2013, os demais acionistas apreciaram as Demonstrações Financeiras, bem como o pagamento de dividendos em relação ao ano fiscal de 2013. A PT Ventures solicitou o adiamento da reunião, porque as Demonstrações Financeiras e outas informações relevantes sobre a reunião não foram incluídos na convocação, nem foram disponibilizados à PT Ventures, apesar da PT Ventures ter solicitado esses materiais em várias ocasiões. O pedido de adiamento não foi atendido e a PT Ventures não participou desta reunião, que não poderia ter se realizado sem a PT Ventures uma vez que a cláusula 8.2 do Acordo de Acionistas estabelece que as assembleias gerais somente podem ocorrer em primeira convocação com a presença de todos os acionistas. Além disso, a PT Ventures não recebeu a ata da reunião nem foi informada sobre as decisões tomadas, apesar de ter efetuado diversas solicitações.

Até essa mesma data, a Unitel não havia declarado dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014

No dia 25 de março de 2014, a Unitel emitiu uma declaração alegando que a PT Ventures não está relacionada no cadastro de acionistas da Unitel e que o seu Conselho de Administração notificou a PT SGPS sobre a existência de uma irregularidade, que resultou na impossibilidade da Unitel distribuir dividendos à PT Ventures até que esta seja resolvida. Em junho de 2014, a PT Ventures (anteriormente denominada Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A.) resolveu tal irregularidade com o Instituto Angolano de Investimento Estrangeiro. Em 3 de junho de 2014, a PT Ventures emitiu uma Certidão de Investimento Estrangeiro confirmando a razão social atual.

A PT Ventures solicitou, em várias ocasiões, explicações à Unitel em relação ao não pagamento da sua parcela dos dividendos declarados. Até à data deste relatório, a PT Ventures não tinha recebido nenhuma explicação plausível sobre o não pagamento nem indicações confiáveis do momento previsto para o pagamento dos dividendos acumulados. Não é possível assegurar quando o pagamento dos dividendos acumulados será feito à Oi ou se esta conseguirá receber os dividendos eventualmente declarados pela Unitel no futuro. A incapacidade da Oi em receber tais dividendos poderá ter um efeito negativo relevante sobre o valor justo do seu investimento na Unitel, a sua situação financeira e os seus resultados.

Os outros acionistas da Unitel indicaram à PT Ventures que entendem que a venda pela PT SGPS de uma participação minoritária na Africatel contraria o acordo de acionistas da Unitel.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações da Unitel, com exceção das transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela PT SGPS de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que as tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até à data deste relatório, a Oi não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela PT SGPS de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco. Na hipótese dos outros acionistas da Unitel questionarem a venda de tal participação em um fórum apropriado e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a Oi poderá ser obrigada a vender sua participação acionária na Unitel a um preço significativamente inferior ao montante que a Oi registrou em suas Demonstrações Financeiras com relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Oi.

Os outros acionistas da Unitel poderão alegar que, em virtude da PT SGPS não ter oferecido a sua participação indireta na Unitel a tais acionistas antes da aquisição da PT Portugal pela Oi, esses acionistas teriam o direito de adquirir as ações de emissão da Unitel detidas pela PT Ventures pelo valor patrimonial líquido.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu um comunicado em que informou que os seus acionistas teriam um direito de preferência em caso de venda da participação indireta da PT SGPS na Unitel a outra empresa. Posteriormente, os outros acionistas da Unitel entregaram à PT SGPS uma notificação em que alegam que a aquisição indireta pela Oi da participação indireta da PT Ventures na Unitel como parte do aumento de capital da Oi desencadeou esse direito. A Oi entende que as respectivas disposições do acordo de acionistas da Unitel se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até à data deste relatório, a Oi não tinha sido notificada de nenhum processo em andamento em relação à não oferta da participação indireta na Unitel pela PT SGPS aos demais acionistas antes da aquisição da PT Portugal. Caso os outros acionistas da Unitel aleguem que esta falha de oferecer a participação indireta da PT SGPS na Unitel aos demais acionistas resultou em uma violação do acordo de acionistas da Unitel e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a PT Ventures poderá ser obrigada a vender a sua participação na Unitel por seu valor patrimonial líquido, que é significativamente inferior ao valor registrado pela Oi nas suas Demonstrações Financeiras em relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Oi.

Os outros acionistas da Unitel têm impedido a PT Ventures de exercer o seu direito de nomear o diretor-presidente e uma maioria do Conselho de Administração da Unitel.

De acordo com o acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures tem o direito de nomear três dos cinco membros do Conselho de Administração da Unitel, incluindo o seu diretor-presidente. Pelo acordo de acionistas da Unitel, a nomeação do diretor-presidente está sujeita à aprovação dos detentores de 75% das ações da Unitel. No entanto, os demais acionistas da Unitel não votaram nos membros do Conselho de Administração indicados pela PT Ventures nas assembleias gerais da Unitel, e, por conseguinte, a representação da PT Ventures no Conselho de Administração desta ficou reduzida a um único conselheiro desde junho de 2006, e o diretor-presidente da Unitel não é uma indicação da PT Ventures desde junho de 2006.

Em 22 de julho de 2014, o único membro do Conselho de Administração da Unitel indicado pela PT Ventures renunciou ao cargo, não tendo sido possível à PT Ventures indicar o seu substituto desde então. Em novembro de 2014, os demais acionistas da Unitel notificaram a PT Ventures que os seus direitos enquanto acionista foram suspensos em outubro de 2012, apesar desses acionistas não terem indicado nenhuma base jurídica justificando tal suspensão. Na assembleia geral da Unitel do dia 15 de dezembro de 2014, foi realizada a eleição dos membros do Conselho de Administração da Unitel. Nessa assembleia, os demais acionistas da Unitel alegaram que a PT Ventures não teria direito a voto devido a suspensão dos seus direitos enquanto acionista da Unitel em outubro de 2012 e recusaram-se a eleger o conselheiro indicado pela PT Ventures para o Conselho de Administração da Unitel.

A PT Ventures ajuizou, junto a um tribunal Angolano, ação de anulação das eleições dos membros do Conselho de Administração da Unitel no dia 15 de dezembro de 2014. Até à data deste relatório, nenhum conselheiro indicado pela PT Ventures participa do Conselho de Administração da Unitel.

A Unitel concedeu empréstimos a uma parte relacionada e celebrou um contrato de gestão com um terceiro sem aprovação da PT Ventures.

Pelo acordo de acionistas da Unitel, os seus acionistas e as afiliadas destes não estão autorizados a celebrar quaisquer contratos com a Unitel a menos que tais contratos sejam aprovados por deliberação de seu Conselho de Administração, com voto favorável de, pelo menos, quatro membros do seu Conselho de Administração. Como resultado da incapacidade da PT Ventures em indicar seus membros para o Conselho de Administração da Unitel, a PT Ventures está impedida de exercer o seu direito de veto implícito sobre transações com partes relacionadas.

Entre maio e outubro de 2012, a Unitel fez desembolsos à Unitel International Holdings B.V. de € 178,9 milhões (R$ 576 milhões) e US$ 35,0 milhões (R$ 93 milhões) sob um "Contrato de Empréstimo" celebrado entre a Unitel e a Unitel International Holdings B.V. (Unitel Holdings), uma entidade que concorre com a Africatel em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. A Unitel Holdings é controlada pela Sra. Isabel dos Santos, acionista indireta da Unitel, e, de acordo com as informações públicas divulgadas pela NOS, uma das acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. (que detém a maioria do capital social votante e total da NOS). O representante da PT Ventures no Conselho de Administração da Unitel votou contra essas operações que foram propostas pela Unitel e que a PT Ventures se absteve quando as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Unitel, que incluíam essas transações, foram aprovadas em assembleia geral da Unitel.

A Unitel realizou empréstimos adicionais a partes relacionadas em 2013. Não nos foi possível obter informações em relação à existência de operações similares em 2014.

Qualquer impedimento da Unitel International Holdings BV, para realizar pagamentos nos termos do Contrato de Empréstimo poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Oi nessa sociedade.

Adicionalmente, a Unitel tem registrado o pagamento de uma taxa de administração de US$ 155,7 milhões em 2013 em favor de um terceiro nas Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com os princípios contábeis de Angola. Esta taxa de administração não foi apresentada ao Conselho de Administração nem à assembleia geral da Unitel para aprovação e não foi aprovada pela PT Ventures. O pagamento de uma taxa de administração pela Unitel poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Oi nessa sociedade.

Não é possível assegurar que será possível evitar que a Unitel tome medidas que exijam a aprovação dos membros do seu Conselho de Administração indicados pela PT Ventures, inclusive a aprovação de operações com partes relacionadas com os demais acionistas da Unitel que entendemos ser prejudiciais à situação financeira e aos resultados da Unitel. O uso dos recursos da Unitel desta forma pode ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Oi nessa sociedade.

Os outros acionistas da Unitel tentaram diluir a participação indireta da Oi na Unitel através de um aumento de capital que tecnicamente impediria a Oi de participar e convocaram assembleias gerais nas quais indicaram o seu desejo de alterar unilateralmente o estatuto social e o acordo de acionistas da Unitel.

Na assembleia geral da Unitel realizada em 15 de dezembro de 2014, os demais acionistas da Unitel aprovaram o aumento de capital da sociedade e alteraram o valor nominal das suas ações. Embora a PT Ventures tenha solicitado a proposta e outras informações relevantes no que diz respeito a este e outros itens da agenda da reunião diversas vezes, a PT Ventures nunca recebeu tais documentos e informações.

Os detalhes desse aumento de capital são obscuros, uma vez que não foram incluídos no aviso de convocação da assembleia nem foram detalhados durante esta assembleia. Outros detalhes sobre este aumento de capital foram incluídos na minuta da ata da assembleia enviada à PT Ventures e, aparentemente, apesar desta ter decidido subscrever uma parcela proporcional desse aumento de capital para evitar a diluição da sua participação na Unitel, o vencimento da integralização do preço de subscrição pode ser antecipado para impedir que a PT Ventures consiga obter as aprovações cambiais necessárias antes da data de vencimento. A PT Ventures ajuizou uma ação junto a um tribunal Angolano de anulação da aprovação do aumento de capital da Unitel nessa assembleia geral.

A pauta da assembleia geral da Unitel incluiu alterações do seu estatuto social e eventuais alterações ao acordo de acionistas da Unitel, além de assuntos diversos que poderiam ser levantados e discutidos na própria assembleia, inclusive os investimentos pela Unitel no Zimbabwe e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na sociedade. A PT Ventures não recebeu os detalhes das alterações propostas ao estatuto social e eventuais alterações ao acordo de acionistas da Unitel, apesar de seus vários pedidos antes, durante e após a reunião realizada. A assembleia de 15 de dezembro de 2014 foi suspensa sem que nenhuma medida fosse tomada em relação a esses itens e está prevista para ser convocada em 9 de abril de 2015. A PT Ventures ajuizou uma ação junto a um tribunal Angolano de anulação da aprovação dos

investimentos pela Unitel no Zimbabwe e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na sociedade.

Não é possível avaliar o impacto na Unitel ou na Oi dos assuntos discutidos na assembleia geral de 15 de dezembro de 2014 ou das alterações propostas do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel porque não recebemos informações suficientes para analisá-los. Além disso, cumpre destacar que os demais acionistas não têm autoridade legal para alterar o acordo de acionistas da Unitel com base em medidas tomadas em assembleia geral, uma vez que este é um Acordo entre todas as partes. Caso os outros acionistas aprovem medidas prejudiciais à Unitel ou ao investimento da Oi nessa sociedade, tais medidas poderão ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Oi.

A concessão da Unitel para operar em Angola expirou e ainda não foi renovada.

A concessão da Unitel para prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola expirou em abril de 2012. A Oi não pode fornecer nenhuma garantia sobre os termos em que o Instituto Angolano das Comunicações concederá uma renovação desta concessão. A não obtenção da renovação desta concessão pode ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Unitel para continuar a prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola, o que poderia ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e no valor do investimento da Oi nessa sociedade.

Condições políticas, econômicas e jurídicas adversas em países africanos e asiáticos onde a Oi adquiriu investimentos poderão prejudicar a sua capacidade de receber dividendos de controladas e investimentos em África e na Ásia.

Historicamente, os governos de muitos países africanos e asiáticos onde a Oi detém investimentos exerceram e continuam a exercer influência significativa sobre as respectivas economias e sistemas jurídicos. Países onde a Oi detém investimentos poderão editar medidas legais ou regulamentares que restringem a capacidade de suas controladas e investidas de pagar dividendos. Paralelamente, condições políticas ou econômicas adversas nesses países poderão prejudicar a capacidade da Oi de receber dividendos de controladas e investidas. Historicamente, a PT SGPS recebeu dividendos de controladas e investidas africanas e asiáticas, entretanto, qualquer restrição à capacidade da Oi de receber uma parcela significativa desses dividendos poderá afetar negativamente os seus fluxos de caixa e a sua liquidez.

Além disso, os seus investimentos nessas regiões estão expostos a riscos políticos e econômicos que incluem, entre outros, variações cambiais e nas taxas de juros, inflação e políticas econômicas restritivas, além de riscos regulatórios que incluem, entre outros, processo de renovação de licenças e a evolução do varejo regulamentado e das tarifas no atacado. Adicionalmente, os nossos empreendimentos em mercados africanos e asiáticos enfrentam riscos associados ao aumento da concorrência, inclusive devido à entrada de novos concorrentes e ao rápido desenvolvimento de novas tecnologias.

O desenvolvimento de parcerias nesses mercados gera riscos relacionados à capacidade dos parceiros em explorar os ativos em conjunto. Qualquer incapacidade da Oi e de seus parceiros para explorar esses ativos poderá ter um efeito negativo na nossa estratégia e todos esses riscos poderão afetar negativamente os resultados da Oi.

A aquisição da PT Portugal poderá ter desencadeado alegações por parte dos parceiros de "joint ventures" ou conduzir a sua liquidação.

Alguns acordos que regulam as "*joint ventures*" em África e na Ásia, além da Unitel, contém disposições que conferem certos direitos, inclusive direitos de compra e de venda, aos nossos parceiros em caso de mudança de controle ou incorporação da PT SGPS. Caso esses direitos sejam exercidos, a Oi poderá ser obrigada a deixar uma ou mais "*joint ventures*" rentáveis e a vender as suas ações aos seus parceiros por um preço significativamente inferior ao valor justo de mercado dessas participações. Alternativamente, a Oi poderá ser obrigada a utilizar caixa para adquirir participações em uma ou mais "*joint ventures*" junto aos seus parceiros. Qualquer um desses casos poderá ter um efeito negativo relevante sobre a estratégia de investimento da Oi para a África e a Ásia, as suas perspectivas de crescimento e/ou a sua liquidez e fluxos de caixa.

Mesmo que nenhuma disposição contratual seja aplicada durante qualquer uma das fases da combinação de negócios, o nosso relacionamento com esses parceiros poderá mudar ou piorar em virtude dessa operação por razões políticas, comerciais ou outras. A Oi não detém nenhuma participação controladora na maioria dessas "*joint ventures*" e qualquer questionamento por parte dos seus parceiros nesses empreendimentos em virtude da combinação de negócios ou por outro motivo poderá conduzir a negociações dispendiosas e demoradas, processos de arbitragem ou judiciais ou, eventualmente, a alienação desses investimentos a preços significativamente inferiores ao valor justo de mercado do investimento da Oi.

A Oi é sócia de "joint ventures" e parcerias que poderão não ser bem sucedidas ou expor a Oi a custos futuros.

A Oi é sócia de "*joint ventures*" e parcerias em África e na Ásia. Os acordos de parceria poderão não ter os resultados previstos por diversos motivos, inclusive devido à avaliação incorreta nas necessidades ou da capacidade da Oi ou à estabilidade financeira dos seus parceiros estratégicos. A participação da Oi em eventuais prejuízos ou compromissos para contribuir com capital adicional nessas parcerias poderá ter um efeito negativo relevante sobre os resultados e a situação financeira da Oi.

A capacidade da Oi para trabalhar com esses parceiros ou desenvolver novos produtos e soluções poderá ser restringida, prejudicando a nossa competitividade nos mercados onde atuam tais "*joint ventures*" e parcerias. A Oi poderá se envolver em disputas com os seus parceiros e ter dificuldades para chegar a um acordo que esta considere ser benéfico para tais "*joint ventures*" e parcerias. Adicionalmente, as "*joint ventures*" e as parcerias em países africanos e asiáticos são, habitualmente, regidas pelas leis desses países e os nossos parceiros costumam ser participantes estabelecidos nesses mercados e poderão ter mais influência sobre essas economias que a Oi. Caso a Oi sinta dificuldades com os seus parceiros, poderá igualmente ter dificuldades para proteger os seus investimentos nesses países.

Qualquer um desses fatores poderá fazer com que essas "*joint ventures*" e parcerias deixem de ser rentáveis e resultar na perda de e ou da totalidade dos respectivos investimentos da Oi.

O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Oi a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Oi for obrigada a comprar esta participação na Africatel, terá de utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no

seu plano de negócios. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Oi, haverá um efeito negativo relevante sobre a alavancagem consolidada da Oi.

A Oi detém indiretamente 75% do capital da Africatel. A Samba Luxco S.à.r.l., uma afiliada da Helios Investors LLP, detém os 25% restantes. A Africatel detém a participação da Oi em empresas de telecomunicações na África subsaariana, incluindo a sua participação na Unitel, na Cabo Verde Telecom, S.A. em Cabo Verde, na MTC – Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, e na Companhia Santomense de Telecomunicações S.A.R.L. em São Tomé e Príncipe, entre outras. As partes do acordo de acionistas da Africatel são a PT SGPS, as controladas Africatel GmbH & Co. KG, ou Africatel GmbH, e PT Ventures, e a Samba Luxco.

No dia 16 de setembro de 2014, a controlada Africatel GmbH, controladora direta da Africatel, recebeu uma carta da Samba Luxco, por meio da qual a esta afirma que a aquisição da PT Portugal pela Oi é considerada uma mudança de controle da PT SGPS nos termos do acordo de acionistas que essa mudança lhe dá o direito de exercer a opção de venda das ações previsto nesse acordo pelo valor patrimonial de mercado das ações por ela detidas na Africatel. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

Em resposta, no dia 26 de setembro de 2014, a Africatel GmbH afirmou à Samba Luxco que, pelos termos do acordo de acionistas da Africatel, não teria ocorrido qualquer ato ou fato que desse lugar ao exercício da opção de venda e que pretende contestar o alegado exercício dessa opção por parte da Samba Luxco. Na mesma data, a Oi divulgou Fato Relevante sobre as pretensões da Samba Luxco, o entendimento de que não caberia o exercício da opção de venda e que o seu Conselho de Administração teria autorizado a administração a tomar as medidas necessárias para a alienação das participações da Oi na Africatel.

No dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretenso direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015. A Oi pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

Caso a Oi seja obrigada a adquirir a participação da Samba Luxco na Africatel em decorrência do exercício do alegado direito de venda, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos da Oi para reduzir a dívida em aberto ou a realização e outras oportunidades de investimento. Caso tal aquisição seja financiada através da assunção de dívida adicional, a alavancagem consolidada da Oi poderia aumentar consideravelmente e haverá um efeito negativo relevante sobre a sua situação financeira e os seus resultados.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Oi na Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l ("Samba Luxco"), uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A

Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG ("Africatel GmbH"), detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual a Samba Luxco exerce um suposto direito de venda das ações ("Put") por ela detidas na Africatel, de acordo com o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas pela PT, para a Oi em integralização do aumento de capital concluído em maio passado.

A Oi julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Oi deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel. Em novembro de 2014, a Samba Luxco iniciou procedimento de arbitragem em face da Africatel GmbH e a PT para a resolução de tal matéria.

A Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.

Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Oi tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela PT, da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV ("PTIF") e da PT Portugal SGPS S.A. ("PT Portugal"), sociedades contribuídas pela PT à Oi no aumento de capital, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, "Títulos" e "Rio Forte"), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo ("GES"), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela PT.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014 não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, "Subsidiárias da Oi") se tornaram controladas da Oi em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Oi, por parte da PT, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Oi aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em 15 de julho de 2014, ocorreu o vencimento de parte dos Títulos, no montante de 847 milhões de Euros. Em 17 de julho, ocorreu o vencimento do restante dos Títulos, no valor adicional de 50 milhões de Euros. A Rio Forte não liquidou suas obrigações dentro do prazo de vencimento das dívidas, e, nos dias 22 e 24 de julho de 2014, encerrou-se o período de cura para pagamento dos Títulos com vencimento em 15 e 17 de julho, respectivamente, sem que tenha sido pago o valor correspondente.

A Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado em 17 de outubro de 2014 pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o processo de falência encontrava-se em fase de habilitação de crédito, a qual se encerrará somente em 31 de março de 2015.

Termos do acordo celebrados entre a Oi, Telemar Participações S.A. ("TmarPart" ou "CorpCo") e a PT relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 15 de julho de 2014, a Oi celebrou Memorando de Entendimentos com a PT, tendo por objeto fixar as bases de um acordo com relação às aplicações financeiras realizadas nos Títulos. Em 28 de julho de 2014, foram definidos entre Oi e PT os termos que constarão dos contratos definitivos e que seriam submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Oi e à assembleia de acionistas da PT.

Em 8 de setembro de 2014, foram aprovados, pela Assembleia Geral de acionistas da PT e pelos Conselhos de Administração da Oi e da TmarPart, os termos e condições dos contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os referidos contratos foram celebrados na mesma data, entre a Oi, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a PT. Os contratos preveem (i) a realização de uma permuta ("Permuta") na qual as Subsidiárias da Oi transferirão os Títulos à PT em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Oi, e de titularidade da PT, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Oi em favor da PT ("Opção").

Tendo em vista as restrições legais e regulamentares à realização da Permuta e da Opção, a Oi protocolou pedido de autorização à CVM a respeito da Permuta e da Opção. Em 6 de março de 2015, a Oi tomou conhecimento da decisão proferida pelo Colegiado da CVM em 4 de março de 2015, no sentido de conceder as dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, condicionada (i) à aprovação dos termos de tais operações pela Assembleia Geral da Oi, e (ii) à concessão do direito de voto aos acionistas preferencialistas no referido conclave. No Extrato da Ata da Reunião do Colegiado que deliberou sobre o assunto, foi ressaltada a necessidade de que seja observado o §1º do artigo 115 da Lei nº 6.404/1976, especialmente por se tratar de transação com parte relacionada.

Dessa forma, no dia 10 de março de 2015, a fim de cumprir as condições previstas na decisão da CVM, o Conselho de Administração da Oi convocou Assembleia Geral para o dia 26 de março de 2015, tendo como ordem do dia a aprovação dos termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças ("Contrato de Permuta")

As Subsidiárias da Oi e a PT realizarão uma permuta pela qual a PT entregará às Subsidiárias da Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 ("Ações Permutadas"); e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna ("Permuta").

Com a implementação da Permuta, a PT passará a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Oi somente prestar o suporte documental à PT para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas às Subsidiárias da Oi e dos Títulos à PT, deverá ser realizada no prazo de até três dias úteis, contados a partir da aprovação da CVM. Uma vez que a decisão proferida pelo Colegiado da CVM em 4 de março de 2015 estabeleceu algumas condições para a concessão das dispensas necessárias à realização da Permuta e da Opção, a Permuta deverá ser concluída no prazo de até três dias úteis contados da implementação de tais condições. Caso tal aprovação não ocorra até 31 de março de 2015, nenhuma das companhias terá obrigação de consumar a Permuta, nos termos previstos nos contratos definitivos.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado correspondente a totalidade das ações a serem recebidas na operação de permuta, estimado com base em cotação de bolsa da mesma data é de R$1.251 milhões.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Opção")

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais de emissão da Oi ("Ações Objeto da Opção") e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da PT de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

Data de Redução	% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção
A partir do 1º aniversário da Data de Fechamento	10%
A partir do 2º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 3º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 4º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 5º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 6º aniversário da Data de Fechamento	18%

(ii) Preço de Exercício: R$ 1,8529 por ação preferencial e R$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Oi (e, conforme o caso, R$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da CorpCo), corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada *pro rata temporis*, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi e a CorpCo não estão obrigadas a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PT Portugal, a PT Finance e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à PT, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Sempre que exercida a Opção, a PT empreenderá seus melhores esforços para cumprir o objetivo de integração das bases acionárias da PT e da CorpCo, no menor prazo possível.

Enquanto vigorar a Opção, a PT não poderá comprar ações de emissão da Oi ou da CorpCo, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A PT não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a PT emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi ou da CorpCo, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da PT para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da PT; (ii) a PT passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a PT viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

A Opção somente terá eficácia e passará a produzir efeitos após a efetivação da Permuta, sendo automaticamente rescindida caso a Permuta não seja efetivada até o dia 31 de março de 2015.

No dia 31 de dezembro de 2014 a Opção que se encontra sujeita à implementação das condições previstas da decisão do Colegiado da CVM, proferida em 4 de março de 2015 e tornada pública em 6 de março de 2015, apresentava um valor justo estimado de R$112 milhões calculados pela Oi com base no modelo de "*Black-Scholes"* e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

Como resultado do processo de alienação da PT Portugal à Altice a opção de compra será assegurada unicamente pela Oi e pela PTIF.

Outras informações relativas à Operação, aprovações societárias e operação de combinação de negócios da Oi e da PT

Além dos contratos definitivos relacionados às aplicações financeiras realizadas nos Títulos, também foram celebrados em 8 de setembro de 2014 aditivos aos contratos firmados em 19 de fevereiro de 2014 e que regulam a Operação, para prever, entre outros temas: (i) a extensão dos prazos para a realização da Operação; (ii) que a incorporação da PT pela CorpCo deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo de a PT potencialmente adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT; e (iii) a alteração do estatuto social da CorpCo para incluir limitação ao máximo de 7,5% dos direitos políticos (I) da PT, e (II) de qualquer acionista que, em razão da distribuição de ações de emissão da CorpCo pela PT aos seus acionistas, resulte com uma participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social da CorpCo, excluídas as ações de emissão da CorpCo anteriormente detidas ou que venham a ser adquiridas por outro meio. Nos termos dos contratos de 8 de setembro de 2014, a Operação possuía previsão de implementação até 31 de março de 2015.

Outras informações

A Oi ressalta que a celebração dos contratos definitivos de 8 de setembro de 2014 possibilitará que a Operação continue sendo implementada, com intuito de migrar a CorpCo para o segmento do

Novo Mercado da BM&FBOVESPA, com os melhores padrões de governança corporativa, aumento de liquidez, com controle disperso no mercado. A realização da Permuta e da Opção foi aprovado em 4 de março de 2015 pela CVM estando sujeita à aprovação em AGE da Oi em 26 de março de 2015.

Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Oi e Altice Portugal S.A. ("Altice PT"), subsidiária integral da Altice S.A., ("Altice"), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi aliene a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Pela operação aprovada, a Oi alienará à Altice a totalidade das ações de emissão da PT Portugal, pelo valor da empresa ("*enterprise value*") correspondente 7,4 bilhões de Euros, com ajustes de caixa e dívida, incluindo a previsão de um pagamento diferido ("*earn-out*") de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O preço a ser pago pela Altice sofrerá ajustes usualmente adotados em operações similares, de acordo com a posição de caixa da PT Portugal no fechamento da operação.

A efetiva alienação das ações da PT Portugal ainda está sujeita à conclusão de atos de reorganização societária com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados e de segregar os investimentos da PT Portugal que não serão alienados, incluindo os investimentos na Africatel GmbH & Co. KG, na Timor Telecom S.A. e os investimentos detidos pela PT Portugal na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a PT por ações da Oi, ainda sujeita à aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários), bem como todo ou parte do endividamento da PT Portugal, assim como à obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável.

Classificação dos ativos e passivos como mantidos para venda e operações descontinuadas

Em 5 de maio de 2014, a Oi adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, a Oi classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, a Oi constiuiu provisão para perda a valor justo do investimento PT Portugal no montante de R$4.089.150, impactando o resultado da Companhia, na linha de equivalência patrimonial no montante de R$13.669.

O resultado destas operações descontinuadas, para o período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014, esta composto da seguinte forma:

	2014
Provisão para perda a valor justo do investimento PT Portugal	(4.089.150)
Despesas relacionadas a venda do investimento, líquidas dos efeitos fiscais	(75.328)
Sub total:	**(4.164.478)**
Resultado das operações descontinuadas	(250.061)
Resultado das operações descontinuadas	**(4.414.539)**

A provisão para perda no valor de R$4.164.478 no investimento da PT Portugal resulta do reconhecimento desse ativo ao seu valor justo deduzido de despesas de venda. O valor de venda considerado para determinação da provisão para perda corresponde à oferta da Altice de R$23.880 milhões (€ 7.400 milhões) deduzida do "*earn-out*" de R$1.613 milhões (€ 500 milhões) e de passivos com benefícios de reforma assumidos pela PT Portugal e outros no montante de R$ 3.872 milhões (€ 1.200 milhões).

(ii) Outras informações relevantes dos segmentos de negócios

Segmento de Shopping Centers

Em abril de 2014, a Iguatemi finalizou a aquisição de 14% da fração ideal do Shopping JK Iguatemi por R$178.090, passando a partir de 1º de abril de 2014, a deter 64% de fração ideal do Shopping JK Iguatemi, através das empresas JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliárias S.A. ("JKIG') e JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES"), que passaram a ser consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia de forma integral e não mais pelo método de equivalência patrimonial.

Os fluxos de caixa agregados advindos da obtenção do controle do Shopping JK Iguatemi foram apresentados separadamente e classificados como atividade de investimento, conforme apresentado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	11.459
Contas a receber	13.159
Outros ativos	13.455
Propriedade para investimento	492.831
Passivo circulante	(19.147)
Passivo não circulante	(108.082)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	403.675
Eliminação do saldo inicial de investimento não consolidado	(225.585)
Preço total de compra da propriedade para investimento liquidado em caixa	178.090
Caixa adquirido das investidas JKIG e JKES	(11.459)
Caixa pago pela propriedade líquido do caixa adquirido	166.631

Em 04 de fevereiro de 2014, a controlada direta Iguatemi comunicou a permuta de um terreno para a construção de um Premium Outlet em Tijucas, região metropolitana de Florianópolis – SC. O Premium Outlet terá 30.000 metros quadrados de ABL (Área Bruta Locável), com conclusão prevista para Outubro de 2015.

Em 20 de dezembro de 2013, a Iguatemi assinou contrato de permuta de terreno de 200 mil m^2 para construção de um Premium Outlet em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. O Premium Outlet terá 30.300 m^2 de ABL, onde a Iguatemi terá 54,0% do empreendimento, a construtora São José terá 36,0% e os demais sócios terão os 10,0% remanescentes. O investimento total no Outlet será de R$140.700, com previsão de inauguração para o mês de outubro de 2016.

Segmento de Telecomunicações

(a) Incorporação da TNL PCS

Em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Oi no Brasil.

(b) Transferência de torres móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Oi firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado nas Demonstrações Financeiras da Oi, em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R$1,3 bilhão.

Em 24 de junho de 2014, a Oi firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 1.641 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 1 de dezembro de 2014 e o ganho registrado nas Demonstrações Financeiras da Oi, em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R$1,1 bilhão.

(c) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 18 de abril de 2014, passou a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Oi e a sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,65%, tarifas de interconexão local (TU-RL) em 10,69%, a partir do dia 17 de abril de 2014, e reajuste do valor do crédito para utilização dos Telefones de uso Público em 0,40%.

(d) Assinatura de contrato com o Banco BTG Pactual S.A. com relação a uma proposta para aquisição de participação na TIM

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas com o objetivo de viabilizar uma proposta para a aquisição da participação detida indiretamente pela Telecom Italia SpA na TIM Participações S.A.

Como já informado ao mercado, o BTG Pactual manteve conversas com terceiros com relação a uma possível operação, sendo o contato com outros participantes de mercado que possam ter interesse na operação um dos papéis do BTG Pactual na qualidade de comissário da Oi para a operação.

Ainda não há qualquer definição ou acordo com relação a uma estrutura para a operação, e não foram assinados quaisquer instrumentos ou propostas visando a uma operação.

(e) Renuncia do Diretor Presidente

No dia 7 de outubro de 2014, o Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava renunciou ao cargo de Diretor Presidente da Oi. Nos termos do artigo 30-A do Estatuto Social da Oi, a Diretoria, em reunião realizada na referida data, designou o Sr. Bayard De Paoli Gontijo para acumular suas funções atuais de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores com as funções de Diretor Presidente.

(f) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Oi realizada em 18 de novembro de 2014, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Oi negociadas na NYSE na forma de ADSs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuarão sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Como resultado do grupamento, as 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passaram a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente.

Como consequência das alterações acima, o capital social subscrito e integralizado da Oi passou a ser composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)		
	31/12/2014	**05/05/2014**	**31/12/2013**
Capital total em ações			
Ações ordinárias	286.155	2.861.553	599.009
Ações preferenciais	572.317	5.723.167	1.198.078
Total	**858.472**	**8.584.720**	**1.797.087**
Ações em tesouraria			
Ações ordinárias	8.425	84.251	84.251
Ações preferenciais	7.281	72.808	72.808
Total	**15.706**	**157.059**	**157.059**
Ações em circulação			
Ações ordinárias	277.730	2.777.302	514.758
Ações preferenciais	565.036	5.650.359	1.125.270
Total em circulação	**842.766**	**8.427.661**	**1.640.028**

(g) GlobeNet

Em dezembro de 2013, a Oi anunciou a conclusão da operação de transferência da totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação no valor de R$1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O ganho na venda da GlobeNet foi registrado nem dezembro de 2013, no resultado da Oi, em outras receitas operacionais, no montante de R$1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

Telemar

Liquidação total das dívidas

Debêntures

Nos meses de abril, maio e junho de 2014 a Telemar amortizou integralmente os seguintes montantes (principal e juros) referentes as debêntures correspondentes:

- 8ª emissão (2ª série): R$487.998
- 9ª emissão (1ª série): R$55.803
- 9ª emissão (2ª série): R$51.752
- 9ª emissão (3ª série): R$48.257
- 9ª emissão (4ª série): R$45.190
- 9ª emissão (5ª série): R$42.509
- 10ª emissão – R$565.215
- 11ª emissão – R$532.141

Empréstimos para Capital de Giro

Em 6 de maio de 2014, a Telemar liquidou o empréstimo contraído em 2 de abril de 2014 no valor de R$110.000 com o Banco HSBC, através de Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro (CCB), com o pagamento de R$112.335.

Em 6 de maio de 2014, a Telemar liquidou o empréstimo contraído em 11 de abril de 2014 no valor de R$250.000 com o Banco do Brasil, através de Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro (CCB), com o pagamento de R$251.595.

Ações preferenciais resgatáveis

Em maio de 2014, a Telemar realizou o resgate antecipado da totalidade das ações preferenciais resgatáveis (600.003) ações pelo BNDESPAR, no valor de R$743.773, acrescida de juros no montante de R$306.149 e dividendos fixos no valor de R$75.793. O referido resgate não importou na redução do capital da Telemar, sendo as mesmas canceladas após o resgate.

Usufruto de ações

Em maio de 2014, a Telemar realizou a extinção antecipada do contrato de usufruto com o Banco Itaú BBA e realizou o pagamento integral do principal e dos juros do, no montante de R$241.275 e R$25.032, correspondentemente.

Em junho de 2014, a Telemar realizou a extinção antecipada do contrato de usufruto com o Banco Votorantim e realizou o pagamento integral do principal e dos juros do, no montante de R$74.131 e R$15.944, correspondentemente.

Celebração de contrato de mútuo

Em 6 de maio de 2014, a Telemar liquidou o Mutuo tomado com a sua controlada Valverde com o pagamento no montante de R$45.304.

Notas promissórias

Em abril de 2014, a Telemar liquidou a 3ª emissão das notas promissórias, no valor total de R$109.396.

LF Tel

Em 5 de maio de 2014, a LF Tel integralizou as debêntures emitidas pela Nanak no valor de R$125.932.

Nos dias 5 e 16 de maio de 2014, a LF Tel realizou a liquidação de sua quarta emissão de debêntures mais juros com o pagamento no valor de R$642.640.

Em 19 de maio de 2014 a LF Tel realizou o pagamento de parte do contrato de empréstimo celebrado com o Banco do Brasil, com o pagamento de principal mais juros no montante de R$42.957.

Em reunião do Conselho de Administração da LF Tel, realizada em 27 de outubro de 2014, foi aprovado o cancelamento do registro de companhia aberta (categoria A) da LF Tel. Em 11 de dezembro de 2014 a CVM concedeu o cancelamento.

Redução ao valor recuperável de ativos

LF Tel e EDSP75

Em 31 de dezembro de 2014, a LF Tel e a EDSP75 testaram a recuperação dos valores registrados nos seus investimentos. Os valores recuperáveis destes investimentos foram determinados com base no seu valor em uso. Os cálculos do valor em uso tiveram como principal base o valor recuperável da Oi apurado pelas projeções dos fluxos de caixa que a Oi espera obter com o uso dos seus ativos.

As projeções de fluxo de caixa da Oi foram elaboradas até o fim da vida útil do ativo e foram estimadas pela extrapolação das projeções de fluxos de caixa baseados em orçamentos e previsões financeiras. Não foram consideradas nas projeções de fluxo de caixa quaisquer entradas ou saídas de caixa relacionadas com reestruturações ou melhoria e aprimoramento do ativo da Oi. A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais do WACC da Oi de 12,3% medido pela Stern Stewart & Co.

Com base nas premissas acima, o valor recuperável dos ativos da Oi e da Telemar na LF Tel e consequentemente, o investimento LF Tel na EDSP75, estão assim apresentados:

Investimentos na LF Tel

Ativos	Valor do ativo registrado na contabilidade	Valor em uso	Valor recuperável (impairment)
Investimento Oi	403.181	383.193	(19.988)
Investimento Telemar	688.318	631.471	(56.847)
	1.091.499	**1.014.664**	**(76.835)**

	Investimento na EDSP75		
Ativos	**Valor do ativo registrado na contabilidade**	**Valor em uso**	**Valor recuperável (impairment)**
Investimento LF Tel	1.071.020	1.014.664	(56.356)
	1.071.020	**1.014.664**	**(56.356)**

A LF Tel e a EDSP75, em 31 de dezembro de 2014, constituíram provisão para perda ao valor recuperavél dos seus investimentos nos montantes de R$76.835 e R$56.356, respectivamente, impactando o resultado da Companhia, na linha de equivalência patrimonial no montante de R$15.722. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, a Telemar e a Oi não apresentaram perdas nos valores recuperáveis dos seus ativos.

Segmento de Contact Center e Serviços

Contax Participações

(a) Novas normas de restrição à contratação de serviços terceirizados

A discussão sobre novas normas de restrição à terceirização teve grande avanço com tratamento dado pelo Superior Tribunal Federal (STF), com a decretação da repercussão geral e a decisão de que a Corte irá se pronunciar a respeito do assunto.

Uma vez constatada a existência de repercussão geral, o STF analisa o mérito da questão e a decisão proveniente dessa análise será aplicada posteriormente pelas instâncias inferiores, em casos idênticos.

Atualmente, não dispomos de legislação especifica sobre a terceirização e o Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de "atividade meio" das empresas.

(b) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2014, a Contax Participações apresentou capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R$56.943 (31/12/2013 - R$15.083). A Contax Participações continua realizando ações para a reestruturação e o alongamento do perfil de sua dívida, dentre elas, destaca-se a captação de R$310.000 de debêntures.

A Administração da Contax Participações acredita que os seus recursos disponíveis são suficientes para suas necessidades presentes de capital de giro e necessidades previstas para as despesas de capital para os próximos 12 meses.

(c) Novo plano de opção de compra de ações da Contax Participações

Em 30 de abril de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o novo plano de opção de compra de ações da Contax Participações.

São elegíveis a participar do plano e adquirir ações da Contax Participações no mercado, os seus administradores e empregados de nível gerencial e de sociedades controladas, considerados "executivos-chave", indicados pelo Comitê de Gestão de Pessoas e aprovados pelo Conselho de Administração da Contax Participações.

A Contax Participações conduzirá tal operação por meio de corretora. O plano determina que os executivos mantenham a propriedade das "ações próprias" pelo período mínimo de um ano, quando então são outorgadas ao beneficiário ações da opção e no máximo quatro anos.

(d) Incorporação

Em 1º de julho de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Contax Participações, a realização da incorporação reversa entre a Contax S.A., controlada direta, e a Contax-Mobitel S.A., controlada indireta e subsidiária integral da Contax S.A. Essa operação não acarretou qualquer variação patrimonial junto à Contax Participações, tendo única e exclusivamente propiciado a simplificação da sua estrutura societária, bem como aumentado a sinergia operacional entre suas controladas.

(e) Emissão de debêntures

Em setembro de 2014, a Contax-Mobitel captou o montante de R$310.000 originários da emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com emissão de 31.000 debêntures em série única, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de setembro de 2014. O valor nominal das debêntures será pago no prazo de 18 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de março de 2016.

(f) Programa de recompra de ações

Em 06 de outubro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Contax Participações a proposta de abertura do 6º Programa de Recompra de Ações da Contax Participações, até o limite de 2,08% das ações ordinárias e preferenciais em circulação, nos termos da Instrução CVM 10/80 e alterações posteriores, nas seguintes condições: (i) Objetivo: realizar lastro para utilização no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Contax Participações S.A. realizada em 30/04/2014; (ii) Quantidade de ações/units: até 1.006.289 units – representantes de 1.006.289 ações ordinárias e 4.025.156 ações preferenciais; (iii) Prazo para a realização das operações: 365 dias a contar desta data, encerrando-se em 05.10.2015; (iv) Quantidade de Ações em circulação no mercado: 48.518.902 ações ordinárias e 194.214.163 ações preferenciais; e (v) Instituições Financeiras: Itaú Corretora de Valores S.A.; Bradesco S.A. CTVM; Credit Suisse (Brasil) S/A CTVM e Brasil Plural Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(g) Redução atípica na receita auferida junto a Oi S.A.

A Administração da Contax Participações tem observado, a partir de janeiro de 2015, uma queda atípica na prestação de serviços e consequentemente na receita auferida junto à Oi S.A., dentro dos limites previstos contratualmente, em comparação com a média do último trimestre de 2014. A Administração monitora constantemente os fluxos de caixa esperados valendo-se de sua Política de Risco e tem envidado esforços na mitigação dos efeitos da redução de faturamento nas operações da Oi S.A. por meio da busca de novos negócios e redução de despesas.

CTX

Em Assembeia Geral Extraordinára da CTX, realizada em 12 de dezembro de 2014, foi aprovada a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2013, ora contabilizados na conta de reserva de lucros retidos e dividendos intermediários no valor de R$18.046. Os dividendos aprovados foram pagos aos acionistas da CTX em 18 de dezembro de 2014.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Segmento de Telecomunicações

Autorização da CVM sobre as Operações de Permuta e Opção

Em 6 de março de 2015, a Oi, tomou ciência da decisão unânime proferida pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 4 de março de 2015 sobre o pedido de autorização apresentado pela Oi para a realização das operações de permuta e de opção com a PT SGPS (respectivamente, "Permuta" e "Opção") relacionadas aos investimentos da PT SGPS em títulos de emissão da Rio Forte Investments, S.A.

Abaixo segue transcrição da referida decisão da CVM.

"Por fim, a Relatora ressalta a necessidade de que seja observado o §1º do art. 115 da Lei nº 6.404/1976, especialmente por se tratar de transação com parte relacionada.

O Colegiado, por unanimidade, acompanhando o voto da Relatora, decidiu conceder as dispensas pleiteadas pela Companhia, condicionadas (i) à aprovação do Acordo pela assembleia geral; e (ii) à concessão de direito de voto aos acionistas preferencialistas no referido conclave."

Conforme requerimento da CVM, o Conselho de Administração da Oi convocou Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2015, para deliberar sobre as operações de Permuta e de Opção. No julgamento da Administração da Oi, a PT SGPS e sua controlada não votaram na assembleia geral, em linha com o comportamento adotado por seus representantes no Conselho de Administração da Oi. Os acionistas aprovaram a operação na referida assembleia e, a Oi efetuará os devidos registros dentro do prazo estipulado pelo contrato firmado que é de três dias úteis.

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2015 dando continuidade ao processo de Reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Oi, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre incorporações das seguintes empresas pela Oi Internet:

(i) Incorporação da BrTI com a extinção da mesma; e
(ii) Incorporação da Telemar Internet, sendo a mesma extinta.

A unificação das operações da BrTI e da Telemar Internet na Oi Internet, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas por estas companhias trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

Diretor Presidente

Em 21 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Oi elegeu o Sr. Bayard De Paoli Gontijo para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Oi acumulando as funções atuais de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores.

Segmento de Contact Center e Serviços

Alteração de alíquota para recolhimento da contribuição previdenciária patronal

Em 26 de fevereiro de 2015, o Governo Federal do Brasil, promulgou a Medida Provisória MP 669/15, que alterou a alíquota para determinação da contribuição previdenciária patronal de 2% para 4,5% sobre a receita bruta excluída as vendas canceladas e os descontos incondicionais, a partir do mês de junho de 2015.

Como consequência desse incremento na alíquota, a Contax Participações deverá optar no mês de junho se manterá a adesão pela opção de tributação substitutiva ou se voltará a recolher tal contribuição pelo valor correspondente a 20% sobre salário, férias e 13º salário. Atualmente a Contax Participações está desenvolvendo estudos internos para avaliar os impactos da MP 669/15 e optar pelo método menos oneroso aos seus negócios.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia em 30 de março de 2015 submeteu estas Demonstrações Financeiras à apreciação do Conselho de Administração da Companhia e aprovou as presentes Demonstrações Financeiras, nas quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre estas Demonstrações Financeiras.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., em conformidade com as atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, bem como nos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e, com base no Parecer dos Auditores Independentes, a KPMG Auditores Independentes, é da opinião de que a documentação supra mencionada reflete, adequadamente, a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, recomenda sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 30 de março de 2015.

Presidente: Elidia Resula Ulerich Bomfim
Secretário: Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino – "ad hoc"

Conselheiros:

ROBERTO SCRIPILLITI
ELIDIA RESULA ULERICH BOMFIM
ADRIANO FARINHA DE CAMPOS
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER
FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1° do art. 25 da Instrução CVM n.° 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 30 de março de 2015.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1° do art. 25 da Instrução CVM n.° 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 30 de março de 2015.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores